



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA
VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

TAYLINE WALVERDE BISPO

**AGROEXTRATIVISMO NO VALE DO RIO URUCUIA –
MINAS GERAIS: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA
PRODUÇÃO E DA DISTRIBUIÇÃO**

PUBLICAÇÃO: 95/2014

**Brasília/DF
Fevereiro/2014**

TAYLINE WALVERDE BISPO

**AGROEXTRATIVISMO NO VALE DO RIO URUCUIA – MINAS GERAIS:
FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA DISTRIBUIÇÃO**

TAYLINE WALVERDE BISPO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios.

Orientadora: Janaína Deane de Abreu Sá Diniz

**Brasília/DF
Fevereiro/2014**

BISPO, T.W. **Agroextrativismo no vale do Rio Urucuia – Minas Gerais: formas de organização da produção e da distribuição.** Brasília: Faculdade de Agronomia e Veterinária, Universidade de Brasília, 2014, 146p. Dissertação de Mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada à fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1015288.

B622a Bispo, Tayline Walverde.
Agroextrativismo no Vale do Rio Urucuia - Minas Gerais :
formas de organização da produção e da distribuição / Tayline
Walverde Bispo. -- 2014.
xviii, 146 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Programa
de Pós-Graduação em Agronegócios, 2014.

Inclui bibliografia.

Orientação: Janaína Deane de Abreu Sá Diniz.

1. Extrativismo. 2. Agricultura sustentável. 3. Produtos florestais. 4. Cerrados. 5. Vale do Rio Urucuia. I. Diniz, Janaína Deane de Abreu Sá. II. Título.

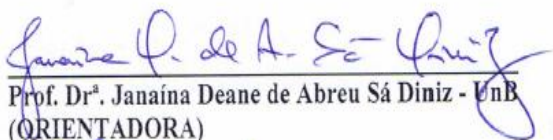
CDU 634.0(81)


TAYLINE WALVERDE BISPO


AGROEXTRATIVISMO NO VALE DO RIO URUCUIA – MINAS GERAIS: FORMAS
DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA DISTRIBUIÇÃO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em Agronegócios.

Aprovada pela seguinte banca examinadora:


Prof. Dr^a. Janaina Deane de Abreu Sá Diniz - UnB
(ORIENTADORA)


Prof. Dr. Manoel Pereira de Andrade - UnB
(EXAMINADOR INTERNO)


Prof. Dr^a. Mônica Celeida Rabelo Nogueira - PPG-MADER/UnB
(EXAMINADORA EXTERNA)

BRASÍLIA/DF, 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Dedico este trabalho à minha mãe
Zidalva, que esteve ao meu lado
em todos os momentos, sempre
com palavras de incentivo e amor.

A gratidão é um dos sentimentos mais importantes que o ser humano pode ter. Devemos agradecer por todas as coisas, porque, boas ou ruins, elas têm um propósito na nossa vida.

Agradeço a Deus por realizar mais um sonho na minha vida. E porque toda honra e toda glória deve ser dada a Ele.

Agradeço a toda minha família, em especial minha mãe Zidalva, que me apoiou e nunca me desamparou em todas as etapas da minha vida.

Agradeço à minha orientadora Professora Janaína Diniz pelo direcionamento, conselhos e amizade.

Sou grata também à Professora Maria Júlia Pantoja que me apresentou ao mundo acadêmico e me incentivou a entrar no mestrado.

Agradeço a todos os professores da Faculdade UnB Planaltina e do PROPAGA que contribuíram para a construção do meu conhecimento.

Agradeço aos Professores Manoel de Andrade e Mônica Celeida pela contribuição e participação na banca de defesa do meu trabalho.

Agradeço aos funcionários da COPABASE, especialmente, a Dionete Figueiredo e Adriana Rocha, que me ajudaram de todas as maneiras possíveis para a efetivação da minha pesquisa.

Agradeço a todos os agroextrativistas entrevistados, que colaboraram de forma imprescindível para este estudo.

Agradeço a todos os meus amigos pelo incentivo: Lourdes Coelho, Jéssica Caliman, Tauanna Faleiro, Alberto Abadia, Ana Karoline Ferreira, Leisy Mikaelly Teixeira, Mariana Falqueto e Sued Wilma Melo.

Ao proteger um bioma
Muito se faz, na verdade
Não se congela em redoma
Sua biodiversidade

Frutos, sementes ou goma
Dali se pode extrair
Com o cuidado que se toma
Para nada destruir

Geovane Alves de Andrade

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar como estão organizados os canais de distribuição e a produção de agroextrativistas localizados na região do bioma Cerrado. Primeiramente, foram feitas pesquisas bibliográficas para compreender o contexto histórico do Cerrado e de seus povos e populações tradicionais, assim como sobre o conceito de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs), que são produtos que podem ser coletados sem que haja destruição do meio ambiente, desde que seja executada de uma maneira consciente e não predatória, e trazem um retorno financeiro para seus extrativistas. Como os extrativistas que atuam na região do bioma estudado não vivem somente da coleta, também atuam como agricultores, o termo agroextrativista parece se adequar mais à realidade encontrada. Uma vez que os agroextrativistas individualmente não conseguiam ter produção suficiente para comercialização, observa-se a criação de cooperativas para o fortalecimento da categoria e aumento da possibilidade de investimentos externos para a produção e comercialização dos produtos. Para que houvesse um entendimento de como os agroextrativistas estão organizados buscou-se na Nova Economia Institucional e na Economia dos Custos de Transação uma base teórica para que fosse feita uma análise da situação dos mesmos. A pesquisa de campo foi realizada nos municípios que estão localizados na região do Vale do Rio Urucua, em Minas Gerais, sendo eles Arinos, Buritis, Chapada Gaúcha, Riachinho e Urucua. Esta região foi escolhida pelo seu potencial ambiental, presença de cooperativas agroextrativistas e por ser uma das regiões que abastecem o Distrito Federal com produtos e frutos do Cerrado. A pesquisa foi realizada com 19 agroextrativistas e 3 cooperativas que processam e comercializam seus produtos. As cooperativas exercem diversos papéis na realidade dos seus associados. Essas organizações, além de processar e comercializar os produtos, também exercem atividades de assistência técnica e extensão rural, com um trabalho social no meio rural dos municípios que atuam. Entre os agroextrativistas entrevistados, foi identificado que o extrativismo se tornou uma atividade efetiva somente após a organização das cooperativas, uma vez que antes eles eram apenas agricultores. Houve melhoria de vida financeira e social após o ingresso dos entrevistados nas organizações. Mesmo com tantas mudanças, ainda há muito a se fazer em relação à distribuição e a logística dos produtos do agroextrativismo. São muitos obstáculos de infraestrutura e, principalmente, financeiros que afetam a atividade agroextrativa na região pesquisada.

Palavras Chaves: Agroextrativismo; Cerrado; Canais de Distribuição; Vale do rio Urucua.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how the distribution channels and the production agroextractivist located in the Cerrado region are organized. First, literature review was carried out, in order to understand the historical context of the Cerrado and its peoples and traditional populations, as well as the concept of Non-Wood Forest Products (NWFPs), which are products that can be gathered without any destruction of the environment, provided that it is performed in an aware and non-predatory way, and bring a financial return for their extraction. As the gatherers who work in the studied biome not only live from collecting, they also practice agriculture, the term agroextractivist seems to fit more to the reality found. Since the agroextractivist could not have enough production to marketing, it is observed the creation of cooperatives to strengthen the category and increase the possibility of external investment for production and marketing of products. For an understanding of how the agroextractivist are organized, we sought in the New Institutional Economics and Transaction Cost Economics a theoretical basis in order to analyze the situation of those workers. The field research was carried in the municipalities that are located in the Urucuia River Valley, in the state of Minas Gerais, they being Arinos, Buritis, Chapada Gaúcha, Riachinho and Urucuia. This region was chosen for its environmental potential, presence of agroextractivist cooperatives and for being one of the regions that supply the Federal District with products and Cerrado fruits. The survey was carried with 19 agroextractivists and 3 cooperatives that process and market their products. These cooperatives exert different roles in the reality of their members. These organizations, in addition to process and market the products, also have technical assistance and agricultural extension, with a social work in rural areas of the municipalities they serve. Among the interviewed agroextractivist, it was identified that the extraction has become an effective activity among them only after the organization of cooperatives, since before they were just farmers. There was improvement in financial and social life after the entry of the interviewees in the organizations. Even with so many changes, there is still much to be done in relation to the distribution and logistics of agroextractivism products. There are many infrastructure obstacles and, mainly, financial, affecting the agroextrativism activity in the surveyed area.

Key Words: Cerrado; Agroextractivism; Distribution Channels; The Urucuia River Valley.

Lista de Figuras

Figura 1- Ocorrência do bioma Cerrado.....	12
Figura 2 - Fluxo de canais de distribuição.....	43
Figura 3 – Diferentes comprimentos dos canais de distribuição.....	44
Figura 4 - Localização dos agroextrativistas participantes da pesquisa no estado de Minas Gerais.....	54
Figura 5 - Produtos da cooperativa A.....	62
Figura 6 - Canais de distribuição da cooperativa A.....	66
Figura 7 - Canais de distribuição da cooperativa B.....	66
Figura 8 - Canais de distribuição da cooperativa C.....	67
Figura 9 - Situação das propriedades dos agroextrativistas.....	74
Figura 10 - Área das propriedades dos agroextrativistas.....	75
Figura 11 - Grau de escolaridade dos agroextrativistas.....	75
Figura 12 - Canal de distribuição do baru no Vale do Rio Urucuia.....	95
Figura 13 - Canal de distribuição do buriti no Vale do Rio Urucuia.....	97
Figura 14 - Canal de distribuição da favela no Vale do Rio Urucuia.....	99
Figura 15 - Canal de distribuição do jatobá no Vale do Rio Urucuia.....	100
Figura 16 - Canal de distribuição do pequi no Vale do Rio Urucuia.....	101
Figura 17 – Representação genérica dos canais de distribuição do araçá, cagaita, coquinho-azedo, jabuticaba, mangaba e umbu no Vale do Rio Urucuia.....	102
Figura 18 - Participação em organizações comunitárias.....	103

Lista de Quadros

Quadro 1- Tipos de pluriatividade.....	28
Quadro 2 - Classificação de cooperativas de acordo com a atividade.....	31
Quadro 3 - Produtos participantes da PGPM-Bio	87

Lista de Tabelas

Tabela 1 - População dos municípios pesquisados.....	56
Tabela 2 - Tamanho dos municípios pesquisados	57
Tabela 3 - Densidade demográfica dos municípios pesquisados	58
Tabela 4 - PIB dos municípios pesquisados	59
Tabela 5 - IDH dos municípios pesquisados	60
Tabela 6 - Transferências governamentais de renda	76
Tabela 7 - Familiares que participam da coleta.....	77
Tabela 8– Participação dos agroextrativistas nas organizações	80
Tabela 9 – Principais compradores de produtos dos agroextrativistas.....	84
Tabela 10 – Principais itens agropecuários da renda dos agroextrativistas.....	90
Tabela 11– Local de coleta de frutos do Cerrado.....	92
Tabela 12 – Frutos do Cerrado coletados pelos agroextrativistas entrevistados	93

Lista de Siglas

ADISVRU – Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Urucuia

ADRS – Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável

BPF – Boas Práticas de Fabricação

CAPUL – Cooperativa Agropecuária Unaí LTDA.

Conab – Companhia Nacional de Abastecimento

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

ECT – Economia dos Custos de Transação

EMATER – MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAEMG - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais

FAO – *Food and Agriculture Organization of United Nations*

FBB – Fundação Banco do Brasil

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IADH – Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NEI – Nova Economia Institucional

NWFPs – *Non-Wood Forest Products*

NTFPs – *Non-Timber Forest Products*

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCTAFs – Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares

PFNMs – Produtos Florestais Não Madeireiros

PGPM-Bio – Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PPP-Ecos – Programa de Pequenos Projetos Ecosociais

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIF – Serviço de Inspeção Federal

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*

WWF – *World Wide Fund for Nature*

Sumário

1. Introdução.....	1
1.1. Problema de pesquisa	4
1.2. Objetivos.....	9
1.2.1. Objetivo Geral	9
1.2.2. Objetivos Específicos	9
2. O Cerrado e o Agroextrativismo: Espaço e Estratégia de Desenvolvimento Rural.....	10
2.1. Cerrado.....	10
2.1.1. Impactos da Ocupação Humana no Cerrado Mineiro	15
2.2. Produtos Florestais Não Madeireiros.....	17
2.3. Agroextrativismo	19
2.4. Cooperativas	29
2.5. Os Programas de Compras Governamentais de Alimentos: PAA e PNAE.....	34
2.6. Conclusão do Capítulo 2.....	37
3. Canais de Distribuição e Economia de Custos de Transação: Ferramentas de Gestão para Empreendimentos Agroextrativistas	39
3.1. Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos.....	39
3.2. Canais de Distribuição	42
3.3. Nova Economia Institucional/ Economia de Custos de Transação	45
3.4. Conclusão do Capítulo 3.....	50
4. Metodologia	51

4.1. Delimitação geográfica	53
5. Agroextrativismo na região do Vale do Rio Urucuia – MG: Agroextrativistas e suas Organizações	55
5.1. Perfil Socioeconômico dos Municípios Pesquisados.....	56
5.2. As Organizações Pesquisadas	60
5.2.1. Canais de Distribuição e Logística das Cooperativas	65
5.2.2. Funcionamento das Cooperativas.....	70
5.2.3. Conclusão dos Resultados das Cooperativas	71
5.3. Os Agroextrativistas do Vale do Rio Urucuia	73
5.3.1. O Agroextrativista do Cerrado: Perfil	73
5.3.2. Pluriatividade entre os Agroextrativistas do Vale do Rio Urucuia	77
5.3.3. Cooperativismo	79
5.3.4. Logística e Canais de Distribuição.....	81
5.3.5. Produção Agropecuária e Renda	88
5.3.6. Os Principais Produtos Coletados no Cerrado	91
5.4. Sistema de Governança nos Canais de Distribuição.....	103
5.5. Conclusão do Capítulo 5.....	107
Conclusão geral	108
Referências	111
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS DIRIGENTES DAS COOPERATIVAS	121
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS AGROEXTRATIVISTAS	125

1. Introdução

O Cerrado é um importante provedor de sustento de várias populações, nele são encontrados de povos indígenas a grandes populações urbanas, e de populações tradicionais com base no trabalho familiar até grandes latifundiários com acesso às mais novas tecnologias e com grandes ganhos em produtividade e produção. Tem-se na verdade uma miscelânea de indivíduos com diferentes objetivos neste bioma.

Quando se direciona o foco para a área rural, tem-se um histórico não tão igualitário entre as populações. Os indígenas foram os primeiros a viver os efeitos da ocupação pelos povos europeus, sendo que muitos foram mortos para que o território fosse ocupado pela atividade mineradora. Como esta atividade mineradora não perdurou por muitos anos, logo as reservas de pedras e minerais preciosos ficaram escassas e uma parte considerável da população que veio para os “sertões” em busca de riquezas não retornou para seus estados de origem. Por diversos motivos eles permaneceram no interior do país, onde tiveram que desenvolver atividades para sobreviverem. Nos locais anteriormente dominados pela atividade mineradora, prevaleceu a agricultura de subsistência e uma produção pecuária bem pequena, de baixo impacto, assim, a população do Cerrado viveu durante muitos anos um quadro de pobreza e isolamento, porém sem grandes interferências na natureza local.

O cenário do Cerrado brasileiro perdurou por séculos, a produção agropecuária era de baixo impacto, e muitos dos moradores desse bioma tiveram contato com povos indígenas e também acrescentaram práticas destes nas suas vidas. Com isso, desde o fim da exploração mineral, em meados do século XIX, até o fim da década de 1960, houve a conservação deste bioma.

Porém, o governo militar brasileiro, na época da sua vigência, via o Cerrado como um lugar inóspito, desabitado, desconsiderando toda a população que o habitava, e que não gerava riquezas para a nação. Além disso, via a vegetação típica de savanas como uma vegetação pobre e sem significância, desvalorizando um bem tão precioso, que é a biodiversidade do Cerrado. Assim, foram criadas diversas políticas de incentivo à ocupação do Cerrado para substituir a vegetação natural pela grande produção. Essa ideia também era

impulsionada pela tão aclamada Revolução Verde, que fazia com que a produção agrícola por todo o mundo tivesse índices cada vez mais altos de produtividade aliados à modernização da agricultura.

Os programas governamentais de intervenção e financiamento para a produção mais conhecidos e mais marcantes para o Cerrado foram o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), assinados na década de 1970. Com eles abriu-se definitivamente uma fronteira agrícola no Cerrado, para citar um exemplo, somente o estado de Goiás teve 30% do seu território destinado para a produção agropecuária (MENDES, 2008). Concomitante com estes programas, a utilização dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde era crescente no país. A visão de que somente os grandes latifúndios eram eficientes e que a produção de monoculturas direcionadas para exportação, como soja, milho, algodão, arroz e cana-de-açúcar, eram as únicas capazes de trazer desenvolvimento e riquezas para o meio rural foram priorizadas.

Lembrando que, para ocupar o interior do país, não aconteceram somente incentivos para a produção agrícola, mas também para o aumento populacional no oeste do país. Até mesmo a capital do país foi transferida para o centro do Brasil, havendo, assim, certa melhora da infraestrutura da região. Através disso, os grandes produtores agropecuários, até mesmo pessoas que não tinham tradição agrícola, adquiriram terras na região, atraídos pela melhoria estrutural, financiamento do governo e aumento da demanda por alimentos, agora no interior do país.

Com as ações das políticas agrícolas estatais, o Cerrado, novamente, teve seus ocupantes expulsos, desta vez pequenos agricultores, posseiros, quilombolas e indígenas, para que houvesse a expansão da produção agrícola e a ocupação da fronteira oeste do país. Assim, grande parte da biodiversidade deste bioma se perdeu para dar lugar à crescente produção agropecuária. As populações e povos tradicionais tiveram suas áreas de atuação diminuídas e seus meios de sustento também.

Mesmo com a presença cada vez mais marcante dos grandes latifúndios, as populações tradicionais locais, mesmo com dificuldades, permaneceram no Cerrado, com seus conhecimentos sobre a biodiversidade. Com suas áreas de atuação reduzidas, essas pessoas

buscaram alternativas alimentares e de incremento de renda a partir das espécies encontradas no Cerrado. São inúmeras espécies que possuem uso medicinal, alimentício, ornamental, madeireiro, para produção de cortiças, fibras, óleos e artesanatos. Assim, o aproveitamento econômico da flora oferece opções para o desenvolvimento sustentável do bioma (FARIA, 2006).

Nos últimos anos houve uma atenção maior para a importância desse bioma, uma vez que ações de conservação da biodiversidade e valorização das populações que o habitam estão sendo realizadas tanto pelo governo quanto por organizações não governamentais e civis. Por isso, tem-se nas práticas extrativistas um meio para a conservação, aliado ao desenvolvimento e ganho de renda para as populações do Cerrado. Quando é possível ganhar com a floresta em pé, não é necessário o seu desmate para obtenção de produtos e dinheiro.

O agroextrativismo, que é a combinação da atividade agrícola com o extrativismo de produtos florestais não madeireiros, se destaca como meio de geração de renda para as populações tradicionais. Os produtos cultivados servem como base para a alimentação dos agroextrativistas, sendo que a parte não consumida também pode ser comercializada, e os produtos coletados também melhoram a alimentação e, como são mais valorizados no mercado, constituem uma forma de obtenção de renda.

Os produtos derivados do Cerrado vêm ganhando espaço como produtos especiais nos mercados e têm alcançado preços mais valorizados. Entretanto, nem sempre o agroextrativista tem tido um retorno financeiro de acordo com o preço dos produtos que comercializa. Os agroextrativistas não consomem muito dos produtos coletados, inclusive na região de origem dos produtos não há uma demanda muito grande, então é necessário o escoamento desses produtos até os centros consumidores, e como os agroextrativistas, em sua maioria, não possuem capital para terem transporte, beneficiamento e armazenagem próprios, eles precisam de outro agente para fazer a intermediação entre eles e o consumidor final.

Cooperativas compostas pelos próprios agroextrativistas têm sido criadas com a perspectiva de reduzir o papel do atravessador nos canais de distribuição. Além disso, a cooperativa possibilita maior controle das comunidades envolvidas com o agroextrativismo na comercialização dos seus produtos. Neste trabalho abordaremos o agroextrativismo no Cerrado Brasileiro, buscando relações com a Nova Economia Institucional e Economia dos

Custos de Transação, assim como ferramentas de gestão, mapeamento de canais de distribuição, que auxiliarão na gestão desses empreendimentos diferenciados que são as cooperativas agroextrativistas.

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta o tema escolhido, bem como a introdução e os objetivos geral e específicos.

No segundo capítulo é apresentado o contexto histórico e atual do Cerrado e do Agroextrativismo, com a explicação do que são produtos florestais não madeireiros e do que se tratam os programas governamentais de aquisição de alimentos. Ainda nessa primeira parte apresenta-se como estão organizadas as cooperativas no Brasil.

No terceiro capítulo está demonstrada a base teórica que será utilizada, que é a da Nova Economia Institucional e da Economia de Custos de Transação, assim como as ferramentas de gestão que podem ser utilizadas para a melhor produção e comercialização dos produtos do agroextrativismo, sendo elas a logística e os canais de distribuição.

No quarto capítulo está a metodologia, com a descrição dos instrumentos utilizados na pesquisa e a localização da região pesquisada. Por fim, no último capítulo estão os resultados e a discussão da pesquisa realizada, e a conclusão final de toda a pesquisa.

1.1. Problema de pesquisa

O extrativismo vegetal foi a primeira atividade de importância econômica do Brasil. Por mais de três séculos, do século XVI até o início do XIX, o pau-brasil (*Caesalpinia echinata* Lan) foi tido como um dos principais itens de exportação do país, quando era utilizado como corante e na indústria de móveis finos na Europa. Porém, com a coleta indiscriminada da espécie, o mesmo entrou em colapso aproximadamente no final do século XIX (HOMMA, 2008).

Homma (2012) afirma que os produtos derivados do extrativismo tiveram sua importância econômica modificada com o passar dos anos. As “drogas do sertão” e o cacau

(*Theobroma cacao* L.) tinham preços valorizados na Europa no período colonial. Posteriormente a borracha (*Hevea brasiliensis* M.) teve dois ciclos de extração importantes, no final do século XIX e no período da II Guerra Mundial, tendo sido geradora de riquezas para os fazendeiros e intermediários da produção. Atualmente a castanha-do-brasil¹ (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) e o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) são os principais itens do extrativismo de produtos florestais não madeireiros (PFNMs) na Amazônia. Porém alguns dos produtos florestais não madeireiros (PFNMs) são domesticados e passam a ser cultivados em plantios racionais, diminuindo o preço dos mesmos e extinguindo a produção extrativa, ou ainda, sendo substituídos por similares sintéticos (HOMMA, 2012).

A borracha e a castanha-do-brasil são produtos muito importantes para a história do extrativismo no Brasil. Primeiramente a borracha, derivada da *Hevea*, a seringueira. Os primeiros relatos da utilização da borracha indicam o uso do produto por sociedades indígenas para diversas destinações, desde vestuário até o uso medicinal. As plantas das quais se podiam extrair as gomas elásticas eram de variadas espécies, mas a principal dessas espécies é a *Hevea brasiliensis*. Depois de ter sido descrita pelos europeus que exploravam a Amazônia, ela passou a ter novas utilidades, sobretudo na fabricação de vestuários e calçados. Somente com a descoberta de um processo químico que submetia a borracha à ação do enxofre e a alta temperatura, processo esse conhecido como vulcanização, é que a borracha teve seus usos ampliados, principalmente na fabricação de pneus (ANDRADE, 2004).

Com a expansão da indústria automobilística, houve um crescimento exponencial do extrativismo da borracha para a fabricação de pneus. Porém, Henry Alexander Wickham contrabandeou milhares de sementes de seringueira para a Inglaterra, e posteriormente, essas sementes foram plantadas na Ásia, o que constituiu enormes áreas de monocultivo de *Hevea* e grande produção. Com isso, a hegemonia da borracha amazônica no mercado mundial declinou. E em 1912 a produção da borracha cultivada asiática ultrapassou a borracha silvestre brasileira. Posteriormente houve um surto de produção extrativa durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que atingiu seu ápice em 1944, mas logo depois do fim da guerra declinou novamente (ANDRADE, 2004). No caso da borracha, ainda foi descoberto um substituto sintético, aumentando ainda mais a oferta do produto no mercado mundial, e

¹ Conhecida também como castanha-do-pará e castanha-da-amazônia.

com isso os preços ficaram mais baixos. Atualmente a produção da borracha brasileira é feita, principalmente, em cultivos racionais no sudeste do país. Mas ainda existe o extrativismo do produto na Amazônia, agora combinado com a produção agropecuária e extrativismo de outros produtos amazônicos.

Já a castanha-do-brasil, que assim como a borracha, é um produto amazônico, teve sua comercialização iniciada no Século XVII, mas já era consumida por índios, inclusive questiona-se sobre a ocorrência natural dos castanhais, acredita-se que as castanheiras, na verdade, foram plantadas por indígenas há muito tempo atrás. A castanha-do-brasil era exportada do estado do Pará, estado com grande produção, principalmente o sudeste paraense, mas o produto comercializado nesse estado também vinha do Acre, Amapá e Amazonas. Contudo, com o incentivo governamental da ocupação pela agropecuária na Amazônia, o sudeste do Pará foi amplamente ocupado por essa atividade, e muitas castanheiras derrubadas para plantio de pasto, transferindo para outros estados a maior parte da produção (DINIZ, 2008).

De acordo com Diniz (2008), ainda não existem castanhais cultivados comercialmente no planeta, fazendo da castanha-do-brasil a única amêndoa comercializada no mercado internacional que é exclusivamente obtida a partir do extrativismo.

Homma (1993) apresenta uma sequência da economia extrativa. Inicialmente é descoberto um produto que é útil para o homem ou que pode ser utilizado para fins comerciais. Após a descoberta, dá-se início ao extrativismo como atividade econômica, posteriormente o crescimento do mercado e o processo tecnológico fazem com que se busquem formas de domesticação dos recursos extrativos, também podendo ser desenvolvidos substitutos sintéticos, o que leva ao fim ou a diminuição da atividade extrativa. Alguns produtos passam por todas as etapas descritas pelo autor, outras só vão até certo ponto e permanecem nele por muito tempo.

O extrativismo, portanto, apresenta grande potencial econômico e seus produtos são utilizados para as mais diversas indústrias, sendo exportados para muitos países. Essa atividade é feita por povos e populações tradicionais e agricultores familiares, mas sua comercialização é feita por grandes empresas, que muitas vezes fazem a domesticação das espécies e desmantelam a lógica produtiva anterior, como no caso do jaborandi (*Pilocarpus*

pennatifolius), em que um grande laboratório internacional investiu numa grande plantação e se tornou autossuficiente em relação ao produto (HOMMA, 2008), desarticulando todas as famílias que o coletavam no Maranhão.

De acordo com Suárez, Miguel e Souza (2006), os derivados do extrativismo são comercializados regional, nacional e internacionalmente. Porém, a atividade extrativa possui baixos investimentos de capital e a tecnologia é pouco desenvolvida, uma vez que os extrativistas fazem o trabalho, quase todo, manualmente.

Devido aos riscos da dependência em um único produto, os extrativistas, em sua maioria, não vivem exclusivamente dos produtos coletados, eles também possuem criações de animais e produção agrícola, então o termo agroextrativismo surge da combinação da atividade extrativa com a produção agrícola. Assim, existe a possibilidade de maior segurança alimentar, devido ao acesso a produtos alimentícios produzidos dentro das suas propriedades, e a não dependência econômica total relacionada a um único produto, que pode ter sua oferta aumentada, em função da substituição por sintéticos ou domesticação da planta.

Nogueira e Fleischer (2005) afirmam que o agroextrativismo é uma categoria que teve origem no movimento social amazônico. A prática exclusivamente extrativa, principalmente de produtos florestais não madeireiros (PFNMs), abre-se para um termo mais abrangente que inclui todo o sistema familiar de produção, com a produção agrícola e a criação de animais.

O agroextrativismo é praticado no Cerrado, devido a este bioma ter uma gama muito grande de frutos e plantas medicinais. Os índios que anteriormente habitavam a região detinham grande conhecimento das plantas do Cerrado e suas funcionalidades. Com a ocupação portuguesa e a presença de negros, outras populações passaram a morar no interior do Brasil, com isso, o conhecimento indígena foi disseminado entre esses novos moradores e, até os dias atuais é possível se ter contato com os produtos do Cerrado, que são gerados a partir do conhecimento herdado por povos e populações tradicionais.

Os principais artigos do agroextrativismo no Cerrado são produtos florestais não madeireiros (PFNMs), e dentre estes, os que são utilizados para consumo possuem muitos representantes neste bioma. Alguns são direcionados para o artesanato, como flores, folhas, sementes e cipós, como as sempre-vivas das montanhas mineiras utilizadas para fazer arranjos

e o capim dourado do Jalapão no Tocantins, do qual se faz adornos e itens para decoração; e como alimentos a castanha do baru, o pequi, o buriti e diversas frutas nativas como a cagaita, a mangaba e o murici (NOGUEIRA; SANTANNA, 2010).

Um dos principais problemas encontrados na produção agroextrativista está relacionado à gestão da comercialização, uma vez que existem diversos canais de distribuição, muitas vezes desorganizados e, em alguns casos com os interesses individuais tendo maior relevância que os coletivos (CAMPOS; FILOCREÃO, 2008).

Em uma pesquisa feita com os agroextrativistas do Cerrado, ficou demonstrado que as questões financeiras e logísticas são as que mais prejudicam a comercialização dos produtos derivados do agroextrativismo, enquanto que as principais dificuldades para a regularização da produção são a falta de capital de giro, deficiências no sistema de transporte e escassez de matéria prima e infraestrutura (NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005).

A partir do levantamento da situação do agroextrativismo no Cerrado, através de pesquisa de campo e revisão bibliográfica, observou-se que é muito importante uma organização da produção e de sua distribuição. Quando os canais de distribuição e os circuitos informais de comercialização estão descoordenados toda a produção e os envolvidos com as cadeias produtivas participantes são afetados de forma negativa. Pois não há como saber a verdadeira dimensão da oferta e da demanda e a qualidade desses produtos. A região escolhida para a realização deste estudo é caracterizada pela falta de infraestrutura nos municípios e pelos baixos índices de desenvolvimento humano. Assim, o agroextrativismo caracteriza uma forma de desenvolvimento para as populações rurais, que são mais vulneráveis, porém para que haja uma verdadeira mudança na vida dessas pessoas, a comercialização e a produção dos seus produtos devem ser feitas de forma profissional, para que tenham maior presença e aceitação nos mercados. A partir dessas colocações, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa:

- Quais as especificidades da produção e da organização da distribuição dos produtos agroextrativistas na região do Vale do Rio Urucuia em Minas Gerais?

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Analisar como estão organizados os canais de distribuição e a produção dos produtos do agroextrativismo na região do Vale do Rio Urucuia em Minas Gerais.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Mapear os canais de distribuição de cooperativas e verificar se existem outros circuitos de comercialização utilizados pelos cooperados;
- Analisar o sistema de governança dos canais de distribuição das cooperativas agroextrativistas;
- Caracterizar a organização da produção dos produtos do agroextrativismo;
- Identificar quais são os principais produtos extraídos do Cerrado na região.

2. O Cerrado e o Agroextrativismo: Espaço e Estratégia de Desenvolvimento Rural

2.1. Cerrado

A natureza foi afetada de forma negativa em todo o planeta. A ação humana sobre o sistema terrestre pode levar a uma mudança abrupta do ambiente global, os humanos tornaram-se o principal vetor da mudança ambiental sistêmica, nos últimos 10 mil anos o planeta manteve parâmetros biofísicos estáveis, porém, após a revolução industrial a ação antrópica tem sido um vetor do desequilíbrio ambiental com consequências destrutivas irreversíveis (VIOLA; FRANCHINI, 2012), os recursos terrestres tem sido utilizados indiscriminadamente, esquecendo que eles são limitados. Com isso, todos os biomas do mundo estão sendo deteriorados sem que possa haver uma reversão.

Neste trabalho abordaremos com maior ênfase o Cerrado Brasileiro, que é um bioma de grande importância, porém por muito tempo desvalorizado ambientalmente por ter uma vegetação não tão atrativa como das florestas tropicais brasileiras, como a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica, e falta de conhecimento da sua biodiversidade. De acordo com Rocha, Tejerina-Garro e Pietrafesa (2008), este bioma participa de um modelo de desenvolvimento econômico competitivo que consegue atingir grandes lucros, porém acarreta esgotamento dos recursos naturais devido à contaminação dos solos, das águas e do ar. Klink e Machado (2005) afirmam que mais da metade da área original do Cerrado já foi transformada em pasto, isto porque, mesmo sendo a savana com a flora mais rica do mundo e um bioma com alto índice de endemismo, o Cerrado não teve a mesma atenção que a Amazônia, e com isso a cada dia mais investimentos em sua devastação estão sendo feitos para dar lugar à grande produção de gado bovino e de *commodities* agrícolas, como soja e milho. Sawyer (2009) afirma que o desmatamento do Cerrado é de duas a três vezes maior que o da Amazônia e, mesmo assim, não há nenhum programa ou política para controlar todas essa devastação.

O bioma Cerrado possui grande diversidade natural, apresentando três formações vegetacionais principais (florestais, savanas e campestres), divididas em onze subtipos, além de uma flora com mais de 10.000 espécies e fauna rica em aves, mamíferos, anfíbios, répteis, insetos e outros (SANTOS *et al.*, 2006). Outros autores consideram o Cerrado como um domínio morfoclimático (DIAS, 1992) ou ainda um complexo de biomas (BATALHA, 2011), sendo eles campo tropical, savana e floresta estacional. Entretanto, o processo de ocupação tem causado grandes alterações dentro do bioma, devido à interferência realizada pelo homem no Cerrado, seja pelo processo de urbanização ou através de desmatamentos, queimadas, preparação de áreas para cultivos. Tudo isso coloca em risco a existência equilibrada desse bioma, que possui grande potencial para a ciência, porém ainda pouco explorado (DAYRELL, 1998).

O Cerrado representa uma região de grande importância no Brasil, ocupando 23,92% (IBGE, S/D) de todo o território do país, com área nuclear localizada no Planalto Central Brasileiro, como mostra a figura 1, estando presente nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Piauí, Maranhão, Distrito Federal, Minas Gerais, além de algumas manchas vegetacionais nos estados do Amapá, Roraima, Rondônia, Pará, São Paulo e Paraná (CARVALHO, I.S.H., 2007). Possui expressiva biodiversidade, importantes recursos hídricos, além de uma gama imensa de plantas medicinais e frutos comestíveis, ou seja, é um dos biomas mais ricos do mundo. Apesar de toda essa importância, é o mais ameaçado bioma brasileiro, isto porque é altamente atrativo para produções extensivas, pois possui duas estações bem definidas: invernos secos e verões chuvosos, além de relevos relativamente suaves, aptos à mecanização agrícola. Os solos são ácidos, mas facilmente corrigíveis. Por fim, possui potencial hídrico, uma vez que é onde nascem as principais bacias hidrográficas do Brasil (DOMINGOS, 2008).

Figura 1- Ocorrência do bioma Cerrado.



Fonte: Carvalho, I.S.H., (2007, p. 41).

A diversidade das espécies e dos ambientes no Cerrado possibilitaram inúmeras formas de reprodução social por muitas populações que conviveram neste bioma. Há mais de 12 mil anos os primeiros grupos humanos ocuparam o Cerrado, praticando caça, pesca e extrativismo vegetal, e ainda hoje, mesmo com a grande perda da biodiversidade, comunidades tradicionais tiram seu sustento desse bioma (RIBEIRO, 2008).

Estudos demonstram a presença de populações humanas desde períodos pré-históricos, mas foi com os militares, que tinham a ideia da modernização da agricultura, para assim vincular o setor agrícola ao setor urbano industrial, que o Cerrado foi amplamente ocupado (SANTOS *et al.*, 2006). Fernandes e Pessôa (2011) consideram que o Governo Federal teve grande participação no tipo de ocupação do Cerrado, com a política de expansão agrícola num modelo predatório de produção, e com investimentos em pesquisas agropecuárias por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e outras instituições de pesquisas estaduais. Confirmando os autores anteriores, Ribeiro (2008, p. 13) afirma que:

“Nenhum bioma brasileiro sofreu um processo de destruição tão acelerado, como o que se observa no Cerrado nas últimas quatro décadas, especialmente favorecido pela construção da nova capital federal no centro do seu território e pelas estradas que lhe dão acesso. O Estado implementou a partir dos anos 70 diversos programas de desenvolvimento do Cerrado, baseado em um uso intensivo de tecnologia e de capital e no preço baixo das terras favoráveis à mecanização e que compensavam

investimentos destinados à correção do solo. Já havia, naquele momento, todo um conhecimento científico e tecnológico suficiente para torná-lo produtivo e economicamente viável. Vantagem que se somava à sua topografia plana, que facilitava a mecanização, e à sua localização e infraestrutura disponível, que ofereciam melhores condições de produção e favoreciam o seu escoamento para os grandes centros urbanos e os mercados internacionais”.

A mudança no paradigma produtivo no Cerrado teve impactos positivos do ponto de vista econômico e social, com o aumento da oferta dos produtos agrícolas para o uso doméstico e para a exportação e aumento da produtividade agropecuária. Esses ganhos anteriormente inimagináveis trouxeram melhoria financeira e desenvolvimento para diversas cidades no interior do país, porém com o custo muito alto da degradação ambiental (KLINK; MACHADO, 2005).

Para Myers *et al.* (2000), o Cerrado é considerado um *hotspot*² mundial, ou seja, é uma área de relevante interesse para a conservação da biodiversidade. Segundo Santos *et al.* (2006), no Cerrado tem ocorrido um intenso processo de modernização das técnicas produtivas no campo, que está aliado a um acréscimo constante de investimento financeiro, causando um avanço indiscriminado sobre o bioma. Essa área tem se tornado viável para a utilização pela agropecuária decorrente de uma grande área agricultável, fácil mecanização, fartos recursos hídricos e estar perto de grandes centros consumidores. Temos como exemplo poucas áreas preservadas na porção central do bioma, que possui somente alguns blocos de áreas nativas, sendo eles a Ilha do Bananal – médio Rio Araguaia, na Serra da Mesa e no norte do Distrito Federal (TEJERINA-GARRO, 2008).

“Apesar das restrições edáficas e hídricas, graças aos estudos para o manejo de solos através de calagem, adubação e irrigação, à boa topografia e textura, baixo custo de terra, boa rede de estradas e proximidade dos centros consumidores, os Cerrados se transformaram nas últimas duas décadas na nova fronteira agrícola do País, a ponto de o Cerrado ser a maior região produtora de grãos do Brasil (DIAS, 1992, p.7)”.

² *Hotspot* é um termo criado pelo ecólogo inglês Norman Myers, designado para toda área prioritária para conservação, que tenha alta biodiversidade, e está ameaçada no mais alto grau. Áreas com o mínimo de 1.500 espécies endêmicas de plantas e que já tenha perdido mais de ¾ da sua vegetação original são consideradas *hotspot*. No Brasil existem dois *hotspots*, sendo eles o Cerrado e a Mata Atlântica (CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL, 2003).

Entre os principais efeitos deixados pela ocupação desordenada do Cerrado, tem-se a contaminação de mananciais hídricos com mercúrio decorrente da mineração, aumento da malha viária sem estudos de impactos, aliada à expansão urbana sem política adequada de ocupação territorial, desmatamentos, queimadas e poluição de grandes áreas. Porém, a pecuária e a agricultura são as maiores responsáveis pela devastação do Cerrado, causando grandes problemas com a utilização de agrotóxicos e insumos químicos, alta mecanização, além de sucessivos desmatamentos para a obtenção de maiores áreas de produção. De acordo com o *World Wide Fund for Nature* (WWF, S/D), cerca de 80% do Cerrado já foi modificado pelo homem. Já um estudo que utilizou imagens do satélite Modis do ano de 2002, demonstrou que 55% do Cerrado foi desmatado ou transformado pela ação humana, isso equivale a uma área de 880.000 km², ou três vezes a área desmatada da Amazônia brasileira (MAMEDE, 2012). O Cerrado vem perdendo suas áreas naturais, a cada dia que passa, para pastagens, plantações e outras formas de ocupação antrópica.

Outro ponto que deve ser considerado, de acordo com Tejerina- Garro (2008), é a inserção de espécies exóticas, que são aquelas que estão fora de sua distribuição natural, nos biomas. Essas espécies afetam o funcionamento dos ecossistemas, a saúde das plantas e dos animais, além de interferir na evolução das espécies nativas por exclusão competitiva, deslocamento de nicho, hibridização, introgressão, predação e extinção.

Nesse cenário, devem-se tomar ações imediatas no sentido de conservar o bioma, pois além dos prejuízos ambientais, o Brasil poderá perder uma importante alternativa econômica, baseada na utilização sustentável da diversidade biológica do Cerrado. De acordo com Carvalho, I.S.H. (2007), o uso de frutos do Cerrado contribui para a melhoria da qualidade de vida de comunidades envolvidas e, ao mesmo tempo, para a conservação de seus recursos naturais, uma vez que a renda gerada vem se mostrando significativa e a valorização da biodiversidade nativa tem levado à proteção e à recuperação dos ecossistemas. Existe, porém, a necessidade de ações do poder público, da cooperação internacional e da sociedade civil em prol da viabilização desta atividade econômica como geradora de amplos benefícios socioambientais.

2.1.1. Impactos da Ocupação Humana no Cerrado Mineiro

Minas Gerais faz parte do interior do Brasil e não possui áreas litorâneas, por isso o interesse no seu território se deu pelo extrativismo mineral, principalmente de ouro. Rodrigues (2003, p.254) afirma que “a história de Minas Gerais, na sua origem, é a história das catas de ouro e faiscação de diamantes pelos ribeirões e córregos que cortavam a região montanhosa dos matos gerais dos índios cataguás”.

O território mineiro começou a ser ocupado após o bandeirante Fernão Dias Paes ter partido para o norte de São Paulo em busca de pedras preciosas, no final do Século XVII. Mas foi no ano de 1692, com Antônio Rodrigues Arzão, quando os acessos auríferos foram encontrados nas imediações do Rio Casca, que o povoamento de Minas teve seu real crescimento (RODRIGUES, 2003). De acordo com o Governo de Minas Gerais (S/D), o seu povoamento foi muito rápido devido ao ouro ter tornado o estado em um importante centro econômico da colônia. Pessoas de toda parte, principalmente Bahia, Rio de Janeiro e Portugal, foram para Minas com o sonho da riqueza advinda do ouro.

Assim, no lugar que anteriormente era habitado exclusivamente por índios, em pouco tempo, havia pessoas das mais diversas origens. As vilas do ouro, Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João Del Rei, Caeté, Pitangui, Serro Frio e São José Del Rei, eram as cidades mais importantes de Minas (RODRIGUES, 2003). Segundo Rodrigues (2003) a produção agropecuária básica e têxtil (somente confecção de tecidos grosseiros), eram produzidas no próprio território mineiro. Somente artigos de luxo vinham do exterior pelos portos do Rio de Janeiro ou de São Paulo, ou dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

A região Norte³ de Minas é de fato muito importante para o desenvolvimento do estado. Moreira (2010) conclui que Minas Gerais tem duas vertentes históricas que aparecem até no nome, onde “Minas” representa parte do estado que se desenvolveu a partir da mineração de ouro e diamante e “Gerais” a ligação com os sertões gerais. O norte do estado

³ Aqui também abrange a mesorregião Noroeste de Minas.

ou sertão se desenvolveu às margens do Rio São Francisco e seus afluentes, de onde a produção agrícola e pastoril abastecia com alimentos as áreas de exploração mineral mineira.

A região Norte de Minas tem características muito próximas da região Nordeste do Brasil, no que se refere ao clima, vegetação e cultura, por isso a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a partir de 1963 passou a atender, através da Lei n.º 4.239, a região, que também é conhecida como Polígono das Secas de Minas Gerais (MOREIRA, 2010). O modelo de desenvolvimento seguido pelo governo do Brasil na época era direcionado para o grande latifúndio⁴, então a região também teve esse direcionamento:

“O modelo de desenvolvimento implantado no Norte de Minas, consoante os planos de desenvolvimento da época, era orientado pelas teorias de crescimento econômico, calcado na ação do Estado planejador e interventor. Buscava-se criar condições para a produção e para a reprodução capitalista, sendo, para tanto, necessário o estabelecimento de condições estruturais em detrimento de concepções e estruturas sociais já existentes nos locais alvos do desenvolvimento (MOREIRA, 2010, p.41)”.

Assim, a grande produção extensiva foi privilegiada, em detrimento dos antigos moradores locais. Grandes empreendedores mineiros ou de outros estados ficaram com propriedades enormes e também com o dinheiro que fora investido para o desenvolvimento da região. Como o modelo de exploração agropecuária era extensivo e predatório, grande parte dos mananciais, flora e fauna foram destruídos, mudando, portanto, a dinâmica da população que já morava na região.

Concomitante com estas ações, a Revolução Verde⁵ foi estabelecida no Brasil no final dos anos de 1960 e início da década de 1970, com ações estatais lideradas pelos militares, a visão dos grandes latifúndios e a preferência por monoculturas direcionadas para exportação, como soja, milho, algodão, arroz e cana de açúcar (ANDRADES; GANIMI, 2007). Com esse

⁴ Os projetos implantados na região seguiam quatro eixos: grandes projetos agropecuários, industrialização, reflorestamento (plantação de eucalipto) e projetos de irrigação. Todos esses pensados para a grande propriedade (MOREIRA, 2010).

⁵ Modelo produtivo baseado no uso intensivo da terra, sementes melhoradas geneticamente, implementação agrícola, agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, com foco na maior produtividade na agricultura (ANDRADES; GANIMI, 2007).

histórico, os povos e populações tradicionais mineiras foram prejudicados e tiveram suas áreas de atuação diminuídas e degradadas.

2.2. Produtos Florestais Não Madeireiros

O termo Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs), proveniente do termo em inglês *Non-Wood Forest Products* (NWFPs)⁶, foi desenvolvido pela *Food and Agriculture Organization of United Nations* (FAO) para que houvesse uma melhor comunicação entre os estudiosos da área, já que existiam diversos nomes para designar o mesmo conceito. Entre as nomenclaturas utilizadas, temos subprodutos das florestas, produtos florestais menores, bens e serviços não madeireiros, bens e benefícios não madeireiros, outros produtos florestais, produtos florestais secundários, produtos florestais especiais. Em 1995, a FAO unificou todos esses termos em um único: Produtos Florestais Não-Madeireiros (PFNMs), que são os bens de origem biológica, que não sejam madeira, derivados das florestas naturais, agroecossistemas e de árvores que crescem espontaneamente em locais fora das florestas (FAO, 2007).

Produtos florestais não madeireiros são aqueles que podem ser extraídos da floresta com possibilidade de manejo sustentável. Entre eles se encontram óleos, resinas, bambus, fibras, plantas medicinais, látex, frutas, entre outros, mas também pode-se incluir o recurso animal e ainda os benefícios ou serviços indiretos advindos da manutenção da cobertura florestal, tais como água, conservação dos solos e condições climáticas (ABRANTES, 2002).

A valorização dos PFNMs pode ser considerada uma estratégia para a conservação dos ecossistemas em que estão inseridos, isso possibilitará o desenvolvimento local das suas áreas de ocorrência e também constituirá uma fonte de renda para populações que têm acesso a eles, diante desse cenário, “o desafio consiste em construir estratégias de valorização de PFNM para a sua conservação e o desenvolvimento local, com a participação dos atores individuais e institucionais (DINIZ, 2008, p.46)”.

⁶ Além do termo *Non-Wood Forest Products* (NWFPs), também é bastante utilizado o termo *Non-Timber Forest Products* (NTFPs), que tem o mesmo significado, Produtos Florestais Não-Madeireiros.

Os PFNMs são bastante consumidos em todo o mundo, como o exemplo do látex, do cacau, e de inúmeros outros. Mas como eles são coletados por pessoas que muitas vezes os comercializam de forma independente, os preços recebidos geralmente não condizem com a realidade do mercado. Dessa forma, os agroextrativistas têm sido orientados a se unirem em organizações, como cooperativas ou associações, para que formem um grupo mais forte e representativo e tenham a comercialização centralizada e direcionada por eles mesmos. Abrantes (2002) afirma que as vantagens da centralização da comercialização de PFNMs são muitas, mas as mais importantes são:

- Criação de uma marca forte e única para concorrer com médias e grandes empresas;
- Canalização da produção de várias cooperativas solucionando o problema de escala para atendimento de contratos;
- Fortalecimento de uma única estrutura para transporte, armazenagem, vendas e distribuição;
- Criação de um corpo de vendas profissional capaz de cobrir os mercados atacadistas e varejistas de pequeno, médio e grande porte, permitindo que os produtores se dediquem exclusivamente à produção;
- Economia de escala na aquisição de matérias primas, insumos, embalagens e fretes.

Para Homma (2008), o extrativismo de PFNMs nem sempre é sustentável, ou seja, se não houver um manejo correto das plantas, pode haver o aniquilamento das espécies, assim como no caso do extrativismo da derrubada de árvores para obtenção de madeira.

O extrativismo de produtos florestais pode ser classificado em dois tipos, sendo eles o extrativismo por aniquilamento ou depredação e o extrativismo de coleta. O extrativismo por aniquilamento “ocorre quando a obtenção do recurso econômico implica a extinção dessa fonte, ou quando a velocidade de regeneração for inferior à velocidade de exploração extrativa (HOMMA, 1993, p.4)”. Temos como exemplo a derrubada indiscriminada de árvores do Cerrado para a fabricação ilegal de carvão, que levou à diminuição de muitas espécies, principalmente em Minas Gerais. Klink e Machado (2005) mostram um exemplo de

extrativismo de planta ornamental que foi extinta devido à coleta predatória para fabricação de artesanatos, inclusive outras trinta espécies estão ameaçadas.

O outro tipo de extrativismo, o de coleta, é a coleta de determinados frutos, flores, fibras, etc., ou de animais. Entretanto, de acordo com Homma (1993), se houver uma coleta acima da capacidade regeneradora da planta, pode haver também o aniquilamento das espécies exploradas no médio e longo prazo, por isso é preciso ter um manejo racional e equilibrado para a preservação da espécie. Exemplos deste tipo de extrativismo existem na coleta de pequi, baru, buriti, entre outros.

2.3. Agroextrativismo

O agroextrativismo é praticado por agricultores familiares que tem o extrativismo como atividade complementar à produção agrícola. Dessa forma, o termo agroextrativismo une as duas atividades que são feitas de forma concomitante. Neste tópico serão descritos inicialmente a agricultura familiar, seguido pelo extrativismo, para, por fim, se explicar o funcionamento do agroextrativismo.

A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada. Inclui tanto famílias que vivem explorando minifúndios, em condições de extrema pobreza, como produtores inseridos no moderno agronegócio e que logram gerar renda muitas vezes superior àquela que define a linha de pobreza (BUAINAIN *et al.*, 2005).

Para Abramovay (1990), é necessário observar que o caráter familiar não está só na propriedade, mas também na direção, na organização e na execução do trabalho nos empreendimentos produtivos familiares. O objetivo da unidade de produção não tem como principal foco o lucro, mas sim aspectos não pecuniários e o estilo de vida que o campo pode proporcionar (REINHARDT; BARLETT, 1989).

Os agricultores familiares se diferenciam em relação à disponibilidade de recursos, à capacidade de geração de renda e riqueza e em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e de capacitação/aprendizado adquirido quanto

à inserção ambiental e socioeconômica, que podem variar radicalmente entre grupos de produtores. O universo diferenciado de agricultores familiares é composto por grupos com interesses particulares e estratégias próprias de sobrevivência e de produção que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes e que, portanto, demandam tratamento compatível com as diferenças (BUAINAIN *et al.*, 2005).

Dentre as diferentes estratégias de sobrevivência e de produção está o extrativismo, onde o agricultor familiar tem um acréscimo de renda sem precisar abandonar sua propriedade e sua produção, isto porque, a produção extrativa é sazonal e está disponível na natureza. O mais comum, e indicado, é o extrativismo de produtos florestais não madeireiros (PFNMs), que não degradam o meio ambiente, e se bem manejados, não destroem a diversidade da espécie (HOMMA, 1993).

O extrativismo é a atividade de extrair da natureza os recursos que estão à disposição do homem, sejam estes produtos de origem animal, vegetal ou mineral. É considerada a mais antiga atividade humana, antecedendo a agricultura, pecuária e indústria. O extrativismo é praticado mundialmente através dos tempos por todas as sociedades. Segundo Diniz (2008), é praticado em diversas regiões do planeta com clima, sociedades e aparatos tecnológicos diferentes. De acordo com Homma (2008), a existência e o desaparecimento de economias extrativas estão totalmente ligados às exigências dos mercados. A transformação de um recurso natural em um produto útil ou econômico é o primeiro passo da economia extrativa. Porém, quanto mais o mercado aumenta, as forças de declínio também aumentam. Isto ocorre devido à limitada capacidade de oferta inelástica da maioria dos produtos extrativos, ocorrendo, assim, algumas interferências humanas, como: espécies tendo plantios domesticados, descoberta de substitutos sintéticos ou de outro substituto natural.

No Brasil ocorre uma combinação da atividade agrícola com o extrativismo, formando-se, assim, um sistema complexo que traz produtos para subsistência e acréscimo de renda para as famílias rurais. Carrara (2007) considera que o agroextrativismo foi construído entre o ser humano e a natureza, isso porque nas práticas agroextrativistas existe o respeito do ser humano para com a natureza numa forma de dependência. De acordo com a organização WWF (S/D), o agroextrativismo só poderá sobreviver se houver investimentos no processamento e na comercialização dos produtos advindos desta atividade.

Existe um grande potencial extrativista no Cerrado, dele podem-se aproveitar flores, frutas, sementes, folhas, raízes, cascas, óleos e resinas, que podem ser aproveitados como alimento, remédio, utensílios, ferramentas e artesanatos. Além de serem consumidos pelos coletores, esses produtos também podem ser vendidos e, assim, ajudam na geração de renda dos agroextrativistas (LIMA; SILVA; SCARIOT, 2010).

Os produtos agroextrativistas são muito delicados quando se trata de valorização para comercialização. Simoni, Sawyer e Almeida (2012) afirmam que é necessário considerar a diversidade e a variedade de produtos que compõem os sistemas produtivos, pois caso não ocorra esse cuidado, a ênfase em certos produtos pode prejudicar a produção ou a coleta de outros, podendo trazer, até mesmo, insegurança alimentar devido à falta de opções de alimentos. Portanto, é preciso valorizar o conjunto de produtos de determinadas áreas socioprodutivas.

Atualmente essa atividade, em geral, é feita por povos tradicionais ou agricultores familiares, agroextrativistas, que tem no extrativismo um acréscimo de renda além da produção na pequena propriedade. O sentido da existência das populações tradicionais no contexto global é valorizado, sendo esses povos considerados como produtores de saberes e formas de manejo a eles pertinentes, essenciais na preservação da biodiversidade. Representam um grupo social que se identifica como um agente do processo de desenvolvimento sustentável que tem baixo impacto sobre o meio ambiente e é visto desta maneira pelo resto da sociedade. Os conhecimentos dos povos indígenas foram transmitidos para a “sociedade sertaneja”, ou populações tradicionais, que passaram a viver nos Cerrados (SILVA, 2009). Atualmente, esses conhecimentos são valorizados pela população em geral e por ações estatais que buscam um reconhecimento e a valorização tanto das pessoas que compõem esse grupo, quanto sua cultura e produtos produzidos pelos mesmos.

O Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007, no Art. 3º da Presidência da República (BRASIL, 2007) define:

- **Povos e Comunidade Tradicionais:** grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição de reprodução cultural,

social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

- **Territórios Tradicionais:** os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.

Dentro da perspectiva do material produzido e coletado pelos povos e comunidades tradicionais, uma ação conjunta dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério do Meio Ambiente – MMA e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, foi criado o conceito de produtos da sociobiodiversidade, que são:

“bens e serviços gerados a partir da biodiversidade, com sustentabilidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PCTAFs) que assegurem a manutenção e a valorização de suas práticas e saberes, dos direitos decorrentes, da melhoria do ambiente em que vivem e de sua qualidade de vida (MDA; MMA; MDS, 2009, p.6)”.

O patrimônio cultural sertanejo foi desenvolvido por dois protagonistas, o latifúndio de gado e as comunidades camponesas, mas este último grupo possuía uma relação menos mercantil com o Cerrado, suas produções eram, quase que na totalidade, de subsistência, com isso puderam “manter e talvez ampliar o conhecimento indígena de uso de plantas e animais do Cerrado, conservando e ao mesmo tempo recriando as práticas extrativas oriundas dos povos originários (SILVA, 2009, p.56)”.

Os povos e populações tradicionais muitas vezes são lembrados somente quando se fala estritamente do aspecto cultural, porém eles fornecem inúmeros produtos alimentícios, matérias primas para outros produtos processados e artesanatos. Dayrell (1998) define populações tradicionais como camponeses, que são agricultores tradicionais, coletores extrativistas, pescadores e garimpeiros artesanais. As populações tradicionais não são consideradas estáticas e antigas, mas, na verdade, essas populações mudam seus comportamentos com o tempo e essas mudanças são compartilhadas socialmente.

Um fator interessante sobre as populações tradicionais é que muitas identidades camponesas diferentes foram criadas no âmbito do Cerrado: geraizeros (Norte de Minas),

geraizenses (Gerais de Balsas/MA), retireiros (áreas alagadas do Araguaia/MT), barranqueiros e vazanteiros da beira e das ilhas do São Francisco (MG), quebradeiras de coco (Zona dos Cocais/MA, PI e TO), pantaneiros (MT e MS), camponeses dos vãos (sul do MA) e outras denominações de acordo com o local em que habitavam ou o principal produto explorado (SILVA, 2009).

Assim como Dayrell (1998), Toledo (1996) considera as populações tradicionais como camponesas, uma vez que nelas existe a união de diversas pessoas com conhecimentos diferenciados formando assim um “mosaico de vivências”, que acabam por combinar muitas atividades e ultrapassa o sentido produtivo, abrangendo os aspectos culturais e sociais das comunidades, ou seja, há uma integração muito forte entre os participantes dessas populações. Todos esses aspectos divergem fortemente dos preceitos da Revolução Verde, que vê a terra e os trabalhadores somente como ferramentas de trabalho e padroniza e regulamenta os fatores envolvidos (pessoas, terra, equipamentos, cultura) como numa linha de produção.

Diegues (2001, p. 52) lista algumas características que diferenciam as populações tradicionais das demais populações que habitam o meio rural, sendo elas:

- a. Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis;
- b. Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c. Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d. Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e. Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f. Reduzida acumulação de capital;

- g. Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h. Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i. A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam o processo de trabalho até o produto final;
- j. Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k. Auto identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Quando se trata de povos e populações tradicionais do Cerrado, estão incluídos:

“comunidades formadas por índios, quilombolas, camponeses, vaqueiros, artesãos, pescadores, extrativistas, etc., que são herdeiras históricas de diferentes formas de uso, manejo, conhecimento e representações simbólicas relativas a esse bioma (RIBEIRO, 2008, p. 27)”.

Ribeiro (2008) relata que os povos tradicionais do Cerrado possuem algumas peculiaridades em relação à produção e estratégias de vivência durante os períodos climáticos do ano, sendo elas: a retirada de frutos e palmitos para alimentação, realizadas nas áreas de savanas, durante o final da seca e, principalmente, na estação chuvosa, enquanto que a coleta de plantas medicinais desenvolve-se durante a seca.

Nas populações tradicionais estão incluídos os indígenas e os colonos⁷, que tem contato com a floresta por seguidas gerações. A sobrevivência deles depende da floresta e até

⁷ Colono é identificado como o pequeno produtor agrícola familiar, geralmente de origem estrangeira (SEYFERTH, 2011), no contexto apresentado pelo autor demonstra a presença de pessoas que não tinham origem local, e passaram a habitar e praticar a atividade agrícola em pequena escala, mas não necessariamente estrangeiros muitas vezes migrantes de outras regiões do país.

a cultura e religião estão vinculadas à mesma. Áreas com a presença de populações tradicionais quase não são mudadas, devido ao desenvolvimento de práticas sustentáveis através dos anos. Porém, nos últimos tempos, por causa do maior contato com as cidades, elas têm sofrido influência externa e buscam novos bens de consumo além do que a agricultura e a floresta os oferecem, passando a ter maior relacionamento com o mercado (BUDOWSKI, 1995).

De acordo com Schmitz, Mota e Silva-Júnior (2009):

“existe a possibilidade de integração aos mercados dos produtos florestais não madeireiros em mercados globais, assim, a dificuldade de acesso ao mercado, a baixa densidade dos recursos em muitos casos, a produção imprevisível dos frutos, dentre outros aspectos, colocam as populações extrativistas em desvantagem quando comparadas a outros grupos que têm possibilidade de regularidade da oferta e de controle da qualidade do produto (cor, tamanho e sabor) no momento da venda (p.280).”

Ou seja, os produtos derivados do extrativismo podem ser bem manejados e negociados, tendo maior espaço no mercado. Existem opções mercadológicas para produtos especiais como esses, onde certificações e mercados específicos podem ser uma alternativa. Atualmente as preferências e o conhecimento dos consumidores têm mudado bastante e produtos como os derivados de espécies do Cerrado tem tido cada vez mais procura, seja entre os consumidores finais ou restaurantes. Existe uma tendência da gastronomia atual em regionalizar os preparos dos alimentos, assim os sabores do Cerrado são apreciados pela nova era da gastronomia (ZANETI, 2012). No caso dos restaurantes, os produtos do Cerrado estão cada vez mais inseridos nas diversas cozinhas, anteriormente os restaurantes de comidas típicas eram os únicos compradores, mas com a descoberta de sabores diferentes e texturas especiais, *chefs* da alta gastronomia têm incluído frutos e caças do Cerrado em seus cardápios (ZANETI, 2012). Andrade *et al.* (2013), em pesquisa recente no Distrito Federal, conseguiram identificar vários outros estabelecimentos que comercializam produtos do Cerrado, sendo eles restaurantes de comida natural, regional e gourmet, sorveterias, padarias e lojas de produtos naturais.

Apesar dos produtos derivados do extrativismo participarem de um mercado especial e em expansão, problemas críticos relacionados à comercialização feita por agricultores familiares são levantados por Diniz e Figueiredo (2007), entre eles podemos destacar: a falta de gestão interna, dificuldade na tomada de decisões complexas, falta de critérios para investimentos e a impossibilidade de acesso a financiamentos. Entretanto, um dos mais preocupantes está relacionado à logística de distribuição e comercialização das cooperativas devido à falta de escala de produção e o uso de tecnologias ultrapassadas.

O meio rural passou, e ainda passa, por diversas modificações nas últimas décadas. É importante frisar que o rural não é mais exclusivamente voltado para a produção agropecuária, existindo outras possibilidades que agora são exploradas com vistas a garantir uma maior geração de renda para as famílias rurais. Os integrantes das famílias rurais possuem outras ocupações fora das propriedades, que lhes garantem maior estabilidade financeira para que os mesmos possam se manter no meio rural. Para Schneider (2003):

“Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (p. 100)”.

Nesse sentido, agroextrativismo, enquanto união da atividade agrícola e do extrativismo, também pode ser considerado uma atividade pluriativa. A combinação de atividades produtivas é histórica no meio rural, principalmente entre os camponeses, mas possuía um caráter ocasional e temporário. Já na pluriatividade, esta combinação é uma estratégia planejada e permanente dos membros das famílias rurais acessarem o mercado de trabalho (SCHNEIDER, 2009).

O exercício de atividades não agrícolas por integrantes das famílias rurais não faz com que os mesmos abandonem a atividade produtiva. Observa-se que grande parte da renda não agrícola é reinvestida no estabelecimento rural, indicando que o emprego fora da área produtiva é capaz de promover o desenvolvimento rural.

Schneider (2009) conclui que a pluriatividade que acontece no meio rural tem a combinação de, ao menos, duas atividades, sendo que uma delas é obrigatoriamente a agricultura. Logo, indivíduos que moram em áreas rurais e exercem mais de uma atividade, como trabalhar numa agroindústria e em outro período ser um agente comunitário de saúde, não se encaixam no perfil de trabalhador rural pluriativo, já que é pressuposto ser um agricultor.

Anjos, Caldas e Caldas (2006) entendem que quando se analisa pluriatividade, deve-se considerar toda a família e não somente o dono da unidade produtiva ou o “pai da família”. Os autores também consideram que os pluriativos exercem diversas atividades remuneradas dentro e fora da propriedade. A pluriatividade é vista como uma estratégia das famílias rurais para permanecerem no campo (JESUS; OLIVEIRA; SILVA, 2011).

O trabalhador rural pluriativo não busca em outras atividades a saída do campo, mas sim outras rendas para que ele possa continuar na propriedade com sua família e ter uma vida melhor no campo. Ele não deixa de ser produtor rural, assim como toda a sua família. O incremento da renda financia investimento na propriedade para que esta seja eficiente enquanto sua função produtiva (SCHNEIDER *et al.*, 2006). Dentro do conceito de pluriatividade, existem outros subtipos que são manifestados de acordo com o comportamento e a disponibilidade de trabalho além das atividades agrícolas, como demonstrado no quadro 1.

Quadro 1- Tipos de pluriatividade

Tipo de Pluriatividade	Características
Pluriatividade Tradicional ou Camponesa	Situação de famílias camponesas, grupos sociais autônomos que produzem para autoconsumo e possuem baixa relação com o mercado. A pluriatividade acontece na própria propriedade por meio da produção, transformação e artesanato. A diferença deste tipo de pluriatividade é que ela não visa a mercantilização e existe por um modo de vida e para organizar a produção.
Pluriatividade Intersetorial	Acontece a partir da articulação da agricultura com outros setores da economia, principalmente indústria e comércio. Isso se tornou mais comum no Pós-Fordismo, devido à descentralização industrial, sendo que os fatores primordiais para o deslocamento das empresas foram a força de trabalho mais barata e a <i>rurbanização</i> , em que muitos habitantes das áreas rurais perto dos grandes centros trabalham nas áreas urbanas e mudam a dinâmica do meio rural com a valorização imobiliária e o aumento da prestação de serviços.
Pluriatividade de Base Agrária	Surge e se expande com a terceirização de etapas ou fases dos processos produtivos na agricultura, como a subcontratação, aluguel de máquinas e equipamentos e contratação de serviços de terceiros para a realização de tarefas que eram feitas no interior da propriedade. Esse tipo de pluriatividade se manifesta de três formas: na primeira, os indivíduos exercem a atividade agrícola, mas prestam serviços com seus próprios equipamentos realizando plantio, colheita, manejo e transporte em propriedades de terceiros mediante pagamento; na segunda, as pessoas do meio rural são contratadas por agroindústrias; e na terceira, ocorre a informalidade e precariedade da venda da força de trabalho. Muitas vezes, por causa da sazonalidade da agricultura, aparecem outras atividades como artesanato, comércio informal e serviços estacionais ligados às colheitas e serviços como diaristas e empreiteiros.
Pluriatividade Pára-Agrícola	Resulta das atividades que formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento da produção agrícola obtida dentro do estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade de fora deste, destinada à comercialização.

Fonte: Adaptado de Schneider (2009).

O debate sobre a pluriatividade teve início nos anos de 1970. Primeiramente existia a discussão entre a divisão de trabalho em função do tempo, *part-time farming* (agricultura em tempo parcial) ou *full-time farming* (agricultura em tempo integral), termos advindos dos Estados Unidos. Depois se entendeu que a discussão vinha realmente do termo *pluriactivité*, utilizado na França, traduzido por pluriatividade. A pluriatividade é bastante estudada entre os sociólogos, mas também ultrapassa para os campos dos conhecimentos agrários e da geografia (SCHNEIDER, 2003).

O agroextrativismo é considerado pluriativo, para Silva *et al.* (2013) que fizeram uma pesquisa com os extrativistas da castanha-do-brasil no estado do Pará, entre eles quase dois terços eram agricultores familiares e extrativistas, foram considerados pluriativos devido a diversificação das atividades para geração de renda e reprodução social⁸. O importante da identificação da pluriatividade no agroextrativismo é que os extrativistas não deixam a atividade de coleta para exercer somente a atividade agrícola, na verdade elas se complementam, tanto em relação à segurança alimentar quanto ao incremento de renda, e as duas atividades por gerarem recursos no meio rural, fazem com que as pessoas que as exercem não necessitem de sair de suas propriedades.

Uma das alternativas para a melhoria de vida dos agroextrativistas é a união dos mesmos. Um indivíduo não consegue ter capital suficiente para coletar, beneficiar e comercializar os produtos, por isso as cooperativas ou associações funcionam como uma instituição comandada pelos mesmos e que torna mais fácil as decisões e a distribuição dos produtos do agroextrativismo, além disso, facilita o acesso a programas e a financiamentos governamentais.

2.4. Cooperativas

As primeiras cooperativas surgiram no âmbito da Primeira Revolução Industrial, entre 1760 e 1860, pois durante a revolução houve geração de riquezas e concentração de capital e, com isso, aumento da exploração, pobreza e exclusão de muitos. A iniciativa de organizarem-se em cooperativas foi baseada na necessidade de recuperar o trabalho e a autonomia econômica de muitos trabalhadores que estavam perdendo com o processo de expansão do capitalismo (LEITE, 2009).

⁸ É importante lembrar que ainda existem muitas pessoas que só exercem a atividade extrativa, ou essa atividade é predominante sobre outras atividades exercidas pelos mesmos. Silva *et al.* (2013) mostram o caso dos extrativistas de castanha-do-brasil do oeste paraense em que 35% dos entrevistados são dependentes do extrativismo, com pouca participação da farinha de mandioca.

De acordo com a Lei n.º 5.764 de dezembro de 1971 (BRASIL, 1971), que define e a Política Nacional de Cooperativismo, as cooperativas são divididas em três tipos fundamentais, sendo: singulares, que são constituídas por no mínimo vinte pessoas físicas, ou em casos excepcionais pessoas jurídicas, desde que tenham as mesmas atividades das pessoas físicas ou não tenham fins lucrativos; cooperativas centrais ou federações de cooperativas, que são compostas de no mínimo três cooperativas singulares; e as confederações de cooperativas, que são compostas de pelo menos três federações de cooperativas, ou cooperativas centrais, da mesma ou de modalidades diferentes.

No Brasil, as cooperativas estão divididas em ramos, ou áreas de atividades, como veremos no quadro 2, são treze ramos diferentes em que as cooperativas são classificadas:

Quadro 2 - Classificação de cooperativas de acordo com a atividade

Ramos de Cooperativas no Brasil	Descrição
Agropecuário	Cooperativas formadas por produtores rurais ou da pesca direcionadas a melhoria de processos de produção e obtenção de melhores preços para seus produtos.
Consumo	Cooperativas que buscam melhores condições de compra de produtos de consumo, para depois repassá-los ao seu quadro social a preços mais acessíveis, esses produtos podem ser alimentos, roupas, medicamentos, etc.
Crédito	Formado por cooperativas de crédito rural e urbano, nelas podem ter poupança e elas também fazem financiamentos com condições mais acessíveis que os bancos comuns.
Educacional	Cooperativas formadas por professores, alunos, pais de alunos, que se unem para buscar melhor qualidade de ensino e condições mais satisfatórias de trabalho e renda.
Especial	Formada por menores de idade em situações econômicas, familiar e social difíceis, portadores de necessidades especiais e outros grupos em desvantagem, essas cooperativas objetivam o desenvolvimento da cidadania, o resgate da autoestima e a inserção dos cooperados no mercado de trabalho.
Habitacional	Cooperativas que viabilizam a compra ou a construção de casas, ou matem e administram conjuntos habitacionais dos cooperados.
Infraestrutura	Objetivam atender de forma direta e prioritária serviços de infraestrutura básica, como telefonia e eletrificação.
Mineral	Agrupa cooperativas que tem a finalidade de pesquisar, extrair, lavar e comercializar produtos minerais, com a possibilidade do cooperado trabalhar de forma autônoma.
Produção	Cooperativas que organizam a produção de bens e mercadorias de maneira que os cooperados participam do quadro diretivo, técnico e funcional, os cooperados são donos coletivos do meio de produção.
Saúde	Cooperativas de médicos, psicólogos, odontólogos e usuários desses serviços, oferecem atendimento à população a custo mais baixo.
Trabalho	Cooperativas de diversos tipos de profissionais que prestam serviços a terceiros, é a categoria mais abrangente.
Transporte	Cooperativas que atuam no transporte de pessoas e de cargas.
Turismo e Lazer	Cooperativas que prestam serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, esportes e hotelaria.

Fonte: Adaptado do MAPA, 2008.

As cooperativas de produção surgem para que produtos específicos, pequenos produtores ou produtos de pouca quantidade possam ser mais bem representados no mercado, com a força de mais produtores e uma maior quantidade de produtos e melhor qualidade dos mesmos. As cooperativas conseguem competir nos mercados com grandes empresas já estabelecidas, por se tratarem de organizações com fins comerciais e em que todos podem participar tanto nas decisões quanto nos ganhos.

Quando diversas unidades econômicas, geralmente da mesma natureza de produção, chegam à conclusão de que certa atividade se torna custosa demais para cada uma delas isoladamente, elas se congregam, formando uma comunidade dotada de organização administrativa especial, e transferem a esta organização determinadas tarefas de modo agregado (BIALOSKORSKI NETO, 2007).

As cooperativas são organizações entre as economias particulares dos cooperados, de um lado, e o mercado, do outro, aparecendo como estruturas intermediárias, constituídas coletivamente. A missão fundamental outorgada à economia empresarial cooperativa é servir como intermediária entre o mercado e as economias dos cooperados para promover seu incremento (BIALOSKORSKI NETO, 2007).

As sociedades cooperativas também são caracterizadas como sociedades de pessoas onde há a agregação inicial do fator de produção do trabalho (nas assembleias gerais, cada associado tem direito a um único voto), diferentemente das sociedades de capital, que são caracterizadas pela agregação inicial do fator de produção de capital (nas assembleias gerais, o voto é proporcional ao capital de cada investidor) (BIALOSKORSKI NETO, 2007).

Dentro do foco de cooperação tem-se a Economia Solidária, que busca na coletividade a saída para o desenvolvimento e melhora de vida das pessoas menos favorecidas. A cooperação é uma boa estratégia para legitimar social e legalmente aqueles que estão à margem da sociedade (CHAVES; PINTO, 2007). Para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, S/D) a Economia Solidária constrói novas práticas econômicas e sociais fundamentadas na colaboração mútua dos indivíduos.

A economia atual é dominada pelo capitalismo, no qual impera o fator competitivo, que faz com que sempre haja ganhadores e perdedores, e com essa competitividade extrema a

desigualdade é o resultado da disputa (SINGER, 2002). Para Singer (2002), é preciso que a sociedade seja igualitária e que a solidariedade faça parte das relações interpessoais, principalmente na economia. Os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir.

Com a cooperação, os seus sócios passam a ter maior poder de decisão e, com isso, se sentem mais valorizados e veem que seus produtos são importantes, assim como o trabalho que eles exercem. De acordo com Domiciano (2007), as cooperativas formadas por agricultores familiares contribuem para o empoderamento dos mesmos, ou seja, eles são encorajados a tomar suas próprias decisões e a formar ações coletivas que beneficiam toda a comunidade.

Assim, o intermediário informal, muitas vezes denominado atravessador, perde espaço para uma organização formalizada, no caso, uma cooperativa ou uma associação. Atravessadores são agentes que fazem a intermediação dos produtos entre os agroextrativistas e os demais participantes do canal de distribuição ou circuito de comercialização. A escolha dos agroextrativistas pelos atravessadores é feita devido ao fato desses agentes fornecerem adiantamentos que são utilizados na coleta e também por terem menores níveis de exigência em relação à qualidade dos produtos (DINIZ *et al.*, 2005). No caso da castanha-do-brasil, importante produto do extrativismo vegetal na Amazônia, quando o poder e a influência dos atravessadores diminuíram, as condições de comercialização melhoraram para os extrativistas (DINIZ; FABBE-COSTES, 2007). Mas mesmo com essas vantagens, Simoni, Sawyer e Almeida (2012) ressaltam que o cooperativismo não tem tido muitos casos de êxito no Centro Oeste, Nordeste e Norte, devido à complexidade da estrutura legal das cooperativas.

As cooperativas de agroextrativistas são comandadas pelos mesmos, mas muitos deles não são capacitados para estarem à frente deste tipo de empreendimento coletivo. Essas cooperativas e associações foram criadas muito rapidamente com o intuito de garantir a liberação de recursos para projetos, contudo, como elas não tiveram tempo de informar e formar os participantes quanto aos princípios do associativismo e o tipo de gestão exercida neste tipo de organização (DINIZ, 2008) existe e a dificuldade dessas organizações permanecerem por muito tempo, porque é necessária uma coesão entre os cooperados ou associados, gestão participativa e o sentimento de pertencimento à organização. Muitos dos

agroextrativistas atuais foram empregados, ou ainda são, em outras fazendas ou organizações, e por causa disso sempre estiveram sujeitos a ordens e atividades organizadas por outras pessoas, tendo sempre que cumprir o que estava posto, com a mudança de empregado para gestor as circunstâncias mudam radicalmente, agora essas pessoas devem ser responsáveis pelas suas próprias decisões, e essas decisões influenciam em todo o conjunto da cooperativa ou da associação.

Como já foi dito anteriormente, muitas cooperativas foram criadas com o intuito de acessar aos programas e financiamentos do governo. Dois dos programas governamentais de aquisição de alimentos que são muito interessantes para os agroextrativistas, e agricultores familiares em geral, são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que serão apresentados com maior profundidade no próximo tópico.

2.5. Os Programas de Compras Governamentais de Alimentos: PAA e PNAE

O governo desenvolveu dois programas principais para aquisição de alimentos de origem na agricultura familiar, o primeiro é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que é dirigido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o segundo é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), controlado por dois ministérios, sendo eles o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O PNAE tem uma longa história, já na década de 1950 é criado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, que era direcionado para a alimentação escolar em todo o país, e em 1955 foi criada pelo Decreto 37.106 de 31 de março de 1955 a Campanha da Merenda Escolar, esta campanha passa por diversas mudanças e em 1979 passa a ser chamada de Programa Nacional de Alimentação Escolar, que em 1998 passa a ser gerenciado pelo FNDE (FNDE, 2005).

A Lei n.º: 11.947 de junho de 2009 (BRASIL, 2009) aprofunda sobre o direcionamento do PNAE, no seu artigo 4º estão os objetivos do programa, a saber: contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. O mais importante do PNAE para a agricultura familiar está nos artigos 12 e 14, o artigo 12 diz que devem ser “respeitados os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região” e o artigo 14 diz que de todo o recurso financeiro repassado pelo FNDE para o PNAE, “no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas”.

O recurso financeiro é administrado pelo FNDE e é repassado para os estados, ao Distrito Federal, aos municípios e às escolas federais, este recurso não é liberado mediante licitação, mas todos que recebem o dinheiro passam por auditorias para a verificação da destinação do recurso e da qualidade dos produtos adquiridos para a alimentação nas escolas. O PNAE é um dos canais de distribuição muito utilizado pela agricultura familiar, lembrando que é prerrogativa ter a participação da agricultura familiar e principalmente, mas não obrigatória, da localidade que fica a escola, essa possibilidade de comprador para os produtos da agricultura familiar faz com que os produtores se organizem para terem produtos em quantidade suficiente para atender a demanda e também melhore as condições de produção para terem produtos de qualidade.

O segundo programa é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei 10.696 de 02 de julho de 2003, no artigo 19, no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PAA faz parte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e é gerido por dois ministérios, sendo eles Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O PAA é regulamentado pelo Decreto n.º 7.775 de julho de 2012 (BRASIL, 2012) e tem por finalidade incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à

industrialização de alimentos e à geração de renda; incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para promover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos; constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização; promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e estimular o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2012).

O PAA pode ser executado em cinco modalidades principais:

- **Compra com Doação Simultânea:** compra de alimentos diversos e doação simultânea à entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- **Compra Direta:** compra de produtos, com o objetivo de sustentar preços, atender as demandas de programas de acesso à alimentação e das redes socioassistenciais e constituir estoques públicos;
- **Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite:** compra de leite que é beneficiado e posteriormente doado aos beneficiários;
- **Apoio à Formação de Estoques:** apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para depois serem vendidos e devolvidos os recursos ao governo ou destinação aos estoques públicos;
- **Compra Institucional:** compra da agricultura familiar para a demanda de alimentos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Os beneficiários do programa são tanto os consumidores quanto os fornecedores, sendo que os consumidores, em sua maioria, são aqueles que estão passando por insegurança alimentar e nutricional e a rede pública de ensino. Já os fornecedores são agricultores familiares, assentados de reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de quilombos e de povos e populações tradicionais, mas a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que é o órgão que controla a compra, a distribuição, o estoque e a venda de alimentos, tem como prerrogativa priorizar as organizações fornecedoras, que são as cooperativas e demais organizações formadas que possuam a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que é a DAP Especial Pessoa Jurídica, essa preferência acaba por provocar uma organização entre os agricultores familiares, fazendo com que os mesmos formem cooperativas e associações com vistas a venda para o governo, caso de uma das cooperativas pesquisadas.

Com a descrição sobre o bioma Cerrado, seus povos e populações e suas organizações, foi possível ter conhecimento do campo de pesquisa. No próximo capítulo tratar-se-á da escolha de uma teoria que se encaixa na situação do estudo deste estudo, no caso a Nova Economia Institucional que relaciona o funcionamento dos mercados com a ação dos seus agentes. E também da escolha de ferramentas capazes de trazer desenvolvimento para a produção e comercialização dos produtos estudados, com vistas ao protagonismo dos agroextrativistas.

2.6. Conclusão do Capítulo 2

Neste capítulo foram discutidas as bases principais desse estudo. Primeiramente foi abordada a questão do Cerrado e seu histórico. Esse bioma é muito importante por sua biodiversidade, os diversos fatores culturais específicos e a história de ocupação do território, que já passou por diversas fases e já foi habitado por muitos povos e populações diferentes. Esses povos e populações foram, e são responsáveis pelo aproveitamento sustentável de uma

infinidade de produtos florestais que hoje são distribuídos para outras pessoas em mercados agora estabelecidos.

Porém, para que os produtos sejam conhecidos e demandados, é preciso ter uma organização dos agroextrativistas, por isso a “construção” de cooperativas para que os mesmos estejam mais fortalecidos num mercado tão competitivo e com muitos entraves. A partir dos dados, pesquisas e história levantados, foi possível confirmar a importância indiscutível do Cerrado e seus povos e populações, e para que essas pessoas sejam valorizadas e tenham suas práticas preservadas, é necessário o trabalho conjunto para a conservação do bioma e a melhoria das condições de vida dos mesmos.

3. Canais de Distribuição e Economia de Custos de Transação: Ferramentas de Gestão para Empreendimentos Agroextrativistas

Neste capítulo serão discutidos os principais pontos que são deficitários para a produção e comercialização agroextrativista, sendo que os problemas mais complexos observados estão relacionados à logística e a distribuição dos produtos. O fator levantado durante a pesquisa é a falta de organização dos canais de distribuição, o que agrava todo o canal e todos os seus participantes, por isso foi feito um estudo sobre a logística, incluídos os canais de distribuição, e a teoria da Nova Economia Institucional e Economia dos Custos de Transação, para utilizá-los como ferramentas de gestão para a melhoria da produção e venda dos produtos do agroextrativismo.

3.1. Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos

Quando se trata de produção, seja ela agropecuária ou industrial, cada elo da cadeia produtiva é importante. Tem-se uma visão sistêmica da produção, assim, cada falha deve ser considerada e impacta fortemente nos demais elos. O que interliga cada elo das cadeias produtivas é a logística, é ela que faz com que os serviços sejam disponibilizados e os produtos sejam distribuídos até o consumidor final. Novaes (2001, p. 36) define logística como o processo de planejar, implementar e controlar, de maneira eficiente e eficaz, o fluxo e a armazenagem de bens, serviços e informação relacionada, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de adequar às necessidades dos clientes.

Para Naves (S/D), a logística conecta todos os agentes econômicos e ambientes institucional e organizacional da cadeia produtiva. “Ela é o elo que transporta e disponibiliza os insumos, os equipamentos, a tecnologia, os recursos humanos, a produção e concretiza a comercialização dos bens produzidos. Ela materializa os valores de tempo, espaço e qualidade ao bem produzido (NAVES, S/D, p.1)”.

De acordo com Campeão, Ferreira e Teixeira (2009), a logística não compreende somente o transporte de mercadorias, representa, também, toda a movimentação de bens e serviços da sua origem até o consumidor. O transporte gera o fluxo físico dos bens pelos canais de distribuição, assim pode-se utilizar diferentes tipos de modais de transporte para chegar ao armazenamento ou consumo final.

Na compreensão geográfica, Castillo (2007, p.37) define logística como:

“conjunto de competências infraestruturais (transportes, armazéns, terminais intermodais, portos secos, centros de distribuição, etc.), institucionais (normas, contratos de concessão, parcerias público privadas, agências reguladoras setoriais, tributação, etc.) e estratégicas (conhecimento especializado detido por prestadores de serviços ou operadores logísticos) que, reunidas num subespaço, podem conferir fluidez e competitividade aos agentes econômicos e aos circuitos espaciais produtivos”.

No Brasil, um dos fatores mais importantes para o setor produtivo, é o fator logístico. A falta de infraestrutura logística faz com que a competitividade dos produtos brasileiros fique abaixo dos demais países produtores. Novaes *et al.* (2010) observam que a logística e a infraestrutura são apontadas pelas principais empresas do agronegócio pelo encarecimento dos produtos brasileiros frente aos demais produtos no mercado mundial. Estes agentes associam o problema ao governo, que por muitos anos não fez investimentos consideráveis neste setor. Cotrim e Machado (2011), analisando um caso sobre a distribuição de produtos perecíveis em Goiânia – GO, afirmam que as empresas do agronegócio brasileiro passam por problemas relacionados tanto com a logística de suprimentos (cadeia de suprimento) quanto com a de distribuição (canais de distribuição), e que em algumas regiões do país a infraestrutura é mais precária que em outras. Castillo (2007), por sua vez, destaca que no caso do Centro-Oeste, além dos investimentos estatais, é necessário que o setor privado também se mobilize, já que são eles os que mais utilizam os modais de transporte disponíveis nesta área.

Naves (2007) relembra que a logística brasileira é ineficiente, principalmente a parte relacionada aos produtos de origem agropecuária, isso devido às especificidades, como perecibilidade; sazonalidade; capacidade e infraestrutura de armazenagem deficientes; distância da produção até os consumidores ou portos; utilização do modal rodoviário, que tem custos altos comparados aos ferroviário e hidroviário; estradas em péssimas condições de

asfalto e até mesmo sem asfalto; quantidade insuficiente de caminhões nas épocas de safra, etc. Todos esses itens citados são traduzidos em altos custos logísticos, trazendo perda de vantagem competitiva aos produtos brasileiros.

Os produtos derivados do extrativismo não madeireiro ainda são mais sensíveis à ineficiência logística brasileira. As grandes empresas e produtores de *commodities* sofrem grandes entraves e problemas relacionados à logística, o problema é maior quando se trata de produtos do extrativismo, que já são retirados em áreas de difícil acesso, geralmente, por pessoas que não têm conhecimento de mercado. Os agroextrativistas participam de mercados que possuem regras estabelecidas, e eles devem garantir a regularidade da oferta e a qualidade dos produtos, porém “para se garantir um fornecimento constante de produtos com um padrão de qualidade exigido pelo mercado, é necessária uma boa estrutura de transporte, armazenamento e de beneficiamento, além da disponibilidade de capital, conhecimento e tecnologia (DINIZ, 2008, p.47)”.

Devido aos grandes problemas encontrados na comercialização e distribuição dos produtos derivados do extrativismo, tem-se na logística integrada uma forte aliada para essa função. Quando se tem um fluxo de informações rápidas e coerentes, confiança entre os participantes da cadeia produtiva e coesão entre os mesmos, é muito mais fácil se ter produtos de qualidade e clientes satisfeitos no mercado (DINIZ; FIGUEIREDO, 2007). No caso dos produtos derivados do extrativismo, os canais de distribuição utilizados colaboram ou não para a logística integrada, já que são produtos coletados e beneficiados longe dos polos consumidores, necessitando de transporte e armazenamento adequado, bem como um fluxo de informações delimitando quantidade, qualidade e satisfação do cliente a montante da cadeia.

Com a integração dos processos logísticos, chegamos a um termo mais adequado, que considera fortemente o papel das informações entre os participantes da cadeia com início no cliente final, desencadeando todos os processos até chegar ao produtor primário, formando assim a Gestão da Cadeia de Suprimentos. Slack, Chambers e Johnston (2008) afirmam que:

“A gestão da cadeia de suprimentos é a gestão da interconexão das empresas que se relacionam por meio de ligações à montante e à jusante entre os diferentes processos, que produzem valor na forma de produtos e serviços para o consumidor

final. É uma abordagem holística de gestão através das fronteiras das empresas (p.415)”.

A Gestão da Cadeia de Suprimentos pode desempenhar um importante papel no auxílio do desenvolvimento de comunidades locais. Diniz e Fabbe-Costes (2007) afirmam que além do desenvolvimento local, outras questões ambientais também podem ser influenciadas, como soluções de transporte mais eficientes e sustentáveis, com uma infraestrutura que contribua com a conservação do meio ambiente. Porém, a solução não está somente na Gestão da Cadeia de Suprimentos, os participantes da cadeia, agroextrativistas, cooperativas, organizações internacionais, entre outras, devem alinhar seus esforços não somente direcionados para a parte técnica e comercial, é preciso ter uma visão global das influências de todos os agentes e da sua importância em toda a cadeia.

3.2. Canais de Distribuição

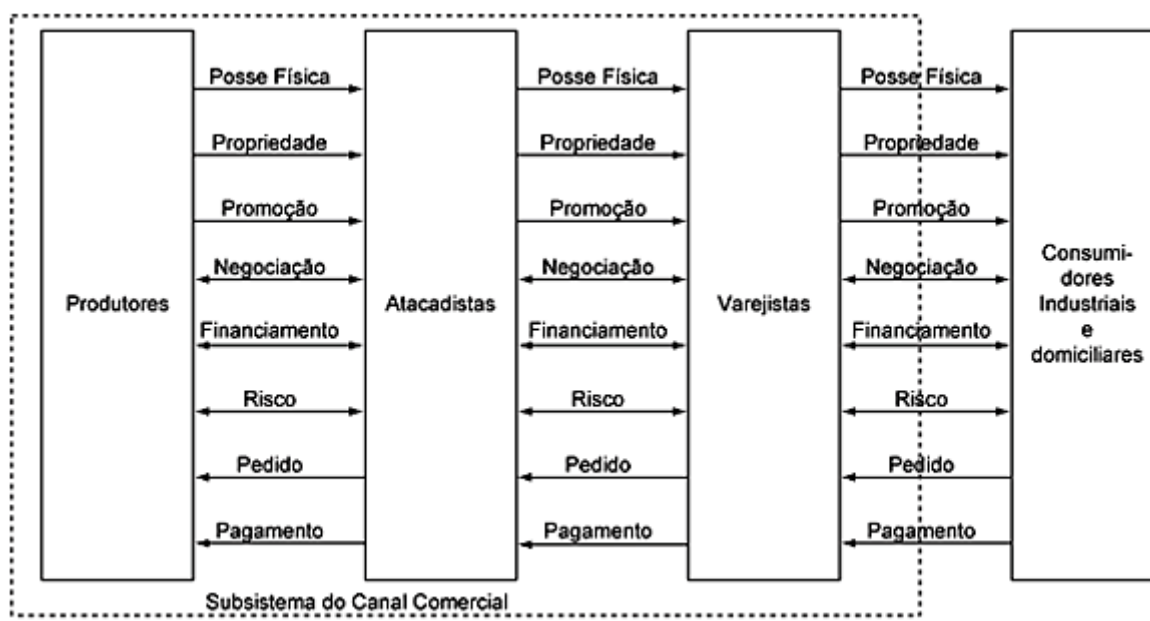
Os canais de distribuição são meios extremamente importantes nos mercados atuais, eles são compostos por empresas ou organizações que são intermediárias entre o fabricante/produtor até o consumidor final. Para Rosebloom (2002), um canal de distribuição é o caminho que o produto segue desde a sua concepção até o consumidor final, ou uma transferência de posse de firma para firma, ou ainda, uma coalizão de empresas reunidas com o objetivo de realizar trocas. Stern, El-Ansary e Coughlan (1996) consideram os canais de distribuição como organizações interdependentes, que tornam o produto ou serviço disponível para o consumo. Os canais de distribuição não devem apenas satisfazer a demanda por meio do fornecimento de mercadorias e serviços no lugar, quantidade, qualidade e preços adequados, mas devem também estimular a demanda por meio de atividades promocionais (LOURENZANI; SILVA, 2004).

Kotler e Armstrong (2007) atribuem o nome de canal de marketing ao canal de distribuição. Para esses autores, canais de distribuição fazem com que os produtos ou serviços sejam disponibilizados para o consumidor final ou usuário organizacional. Estes autores

também reforçam que uma das principais funções dos canais de distribuição é entregar o produto ou serviço ao cliente com qualidade e para a satisfação do mesmo.

Segundo Teixeira, Neves e Scare (2004), um canal de distribuição típico compreende: o fabricante que produz o produto e vende a um atacadista, o atacadista, que o revende a um varejista, que vende o produto ao consumidor final. O esforço do canal depende do desempenho de vários fluxos. Também pode-se observar que o produto transacionado possui diversas características intrínsecas (figura 2). Algumas como posse física, propriedade e promoção, seguem o fluxo direto para o consumidor final sem a necessidade de *feedbacks* no canal, outras como negociação, financiamento e risco são compartilhados entre todos os participantes do canal e, por fim, pedido e pagamento iniciam-se no consumidor final, fazem o sentido contrário das outras características.

Figura 2 - Fluxo de canais de distribuição

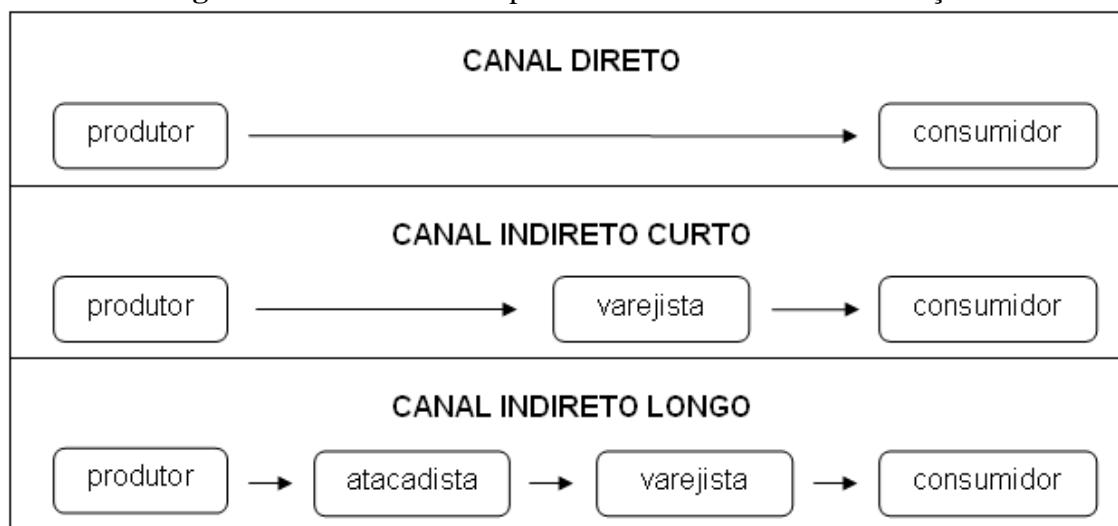


Fonte: Coughlan *et al.* (2002, p. 87).

O canal de distribuição também é caracterizado pela sua extensão, ou comprimento, eles podem ser diretos, quando não existem intermediários entre o produtor e o consumidor, “o produtor garante o conjunto de atividades de distribuição junto aos consumidores (SPROESSER ; LIMA FILHO, 2007, p.260)”, ou podem ser indiretos, onde há a presença de intermediários entre o produtor e o consumidor, dependendo da quantidade de intermediários,

o canal indireto pode ser curto ou longo, o curto é composto por produtor e varejista, e o longo conta com pelo menos dois intermediários, geralmente atacadista e varejista, assim como apresentado na figura 3.

Figura 3 – Diferentes comprimentos dos canais de distribuição



Fonte: Sproesser e Lima Filho (2007, p.261)

A escolha entre um canal direto, indireto curto ou longo, é econômica e motivada por diversos fatores, sendo que a presença de intermediários trazem efeitos positivos quando possibilita redução de custos comerciais, regulariza o fluxo da demanda de produtos e proporciona ganhos de atividade produtiva ao sistema, mas também podem ter efeitos negativos, quando não agregam valor ao produto e praticam margens muito elevadas em função do serviço prestado (SPROESSER ; LIMA FILHO, 2007).

Empresas ou organizações que conseguem controlar todo o canal de distribuição, ou não possuem intermediários, conseguem ter maior facilidade e flexibilidade em relação às vendas dos seus produtos ou serviços, além de suas decisões afetarem elas mesmas e possuírem independência para mudanças comerciais (KOTLER; ARMSTRONG, 2007). O controle sobre o canal de distribuição é uma estratégia de desenvolvimento do agroextrativismo, isso porque os agroextrativistas podem tomar as decisões que são importantes para eles mesmos e, quando há uma coesão verdadeira entre os participantes, se sentem fortalecidos enquanto categoria. Quando se tem a iniciativa de formar uma cooperativa têm-se um meio de controle do canal, no caso estudado, em uma das

cooperativas, os próprios agroextrativistas por se verem com dificuldade para comercialização formaram uma organização forte que os representasse e assim obtiveram maior independência em relação a intermediários externos.

Quando se trata do controle total do canal de distribuição, fala-se da verticalização da produção, e no caso, também a distribuição. É ter o controle de todos os estágios do canal de distribuição, desde a produção/fabricação até o consumidor final, a organização que decide por essa opção internaliza, ou faz todo o processo, esta organização sempre terá uma questão entre verticalizar, controlar, todo o canal ou repassar certas fases para outras organizações. O lado positivo é que a firma terá maior domínio sobre as ações realizadas e também maior eficiência na organização da produção e distribuição (SILVA *et al.*, 2009), porém no caso do agroextrativismo, esses agentes contariam com custos de aprendizagem, já que a responsabilidade de gestão de todos os processos passará para os mesmos, além de todos os custos com os ativos específicos relacionados a verticalização.

Com essa situação exposta, a Nova Economia Institucional pode ser capaz de explicar, através de uma análise detalhada, como estão organizados os canais de distribuição estudados e se podem ser feitas alterações para o melhor funcionamento dos mesmos.

3.3. Nova Economia Institucional/ Economia de Custos de Transação

A Nova Economia Institucional (NEI) é uma teoria econômica que trouxe ideias novas sobre o funcionamento dos mercados, estes não são formados somente pela mudança da posse dos produtos direcionados pelos preços, existem também, e não menos importante, a presença do fator humano e todas as suas interferências, que fazem com que a utilização dos mercados tenha um custo, que anteriormente não eram contabilizados. O criador dessa teoria, Coase (1937) rebate a teoria econômica vigente da época, economia neoclássica, na qual se propunha que os mercados eram dirigidos exclusivamente pelo mecanismo de preços, para o autor existiam outros fatores capazes de coordenar os mercados, sendo eles os mecanismos de contratos.

A partir da Nova Economia Institucional, Zylbersztajn (2000, p. 26), conceitua uma firma moderna, nos moldes da firma coaseana: “a firma moderna pode ser entendida como um conjunto de contratos entre agentes especializados, que trocarão informações e serviços entre si, de modo a produzir um bem final”.

Coase demonstrou a importância das outras formas de organização de mercados, mas foi Williamson quem caracterizou as relações contratuais. Então Williamson elaborou a Economia dos Custos de Transação, que tem por objetivo “estudar o custo das transações como o indutor dos modos alternativos de organização da produção (governança) dentro de um arcabouço analítico institucional. Assim a unidade passa a ser a transação, onde são negociados direitos de propriedade (ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 15)”. Com Williamson o foco passa para o relacionamento entre as instituições, não somente nos processos de mercado, como era o caso da economia neoclássica, assim são estudados os fatores fundamentais e comportamentais que fazem com que as transações tenham um custo, que muitas vezes é alto, e que antes não eram considerados pela economia. Os custos de transação podem ser identificados antes ou depois da transação, de acordo com Williamson (1993, *apud* ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 14) os custos *ex-ante* são os custos de preparar, negociar e salvar um acordo, e os custos *ex-post* são aqueles que serão feitos depois do acordo feito, são adaptações e ajustamentos que são realizados quando se encontram falhas, erros, omissões e alterações inesperadas. Farina (1999) define os custos de transação como os custos da elaboração e negociação dos contratos, mensuração e fiscalização de direitos de propriedade, monitoramento do desempenho, organização de atividades e de problemas de adaptação. Estes existem, principalmente, para evitar o comportamento oportunista dos agentes da transação. Essa elaboração de contratos demonstrados anteriormente mostra que a Economia dos Custos de Transação tem uma interface muito grande com o Direito, já que se trata de direito de propriedade de bens, e também da execução de serviços.

A Economia dos Custos de Transação tem dois pressupostos básicos. O primeiro é que existem custos para utilizar o sistema de preços e para a condução de contratos intrafirma, então no sistema econômico não é somente o mercado puro que é importante para seu funcionamento, os contratos que são coordenados pelas firmas também são significativos, o segundo pressuposto é que as transações acontecem dentro de um ambiente institucional estruturado, e as instituições deste ambiente não são neutras e interferem nos custos de

transação, o ambiente institucional que se refere é o sistema de normas composto por restrições informais, regras formais e sistema de controle (ZYLBERSZTAJN, 1995).

E ainda existem os pressupostos comportamentais básicos, são eles a racionalidade limitada e o oportunismo. Esses dois comportamentos são inerentes ao ser humano, mas eles eram ignorados ou estimulados na economia clássica. O comportamento da racionalidade limitada demonstra que o ser humano mesmo que queira nunca poderá prever o futuro, no caso das transações os contratos podem ter diversas cláusulas protetivas, mas pode acontecer eventos que não foram previstos, Zybersztajn (1995, p.17) afirma que “o agente econômico deseja otimizar, entretanto não consegue satisfazer tal desejo”. Williamson (1993, *apud* Zylbersztajn, 1995, p.17) conceitua racionalidade limitada como “comportamento que pretende ser racional, mas consegue sê-lo apenas de forma limitada. Resulta da condição de competência cognitiva limitada de receber, estocar, recuperar e processar a informação. Tanto os contratos complexos são inevitavelmente incompletos devido à racionalidade limitada”. Já o oportunismo é a busca do autointeresse, sendo que a maioria dos contratos possuem cláusulas para impedir ou pelo menos dificultar esse comportamento, fazendo com que os custos de transação sejam mais elevados, Zylbersztajn (1995) afirma que o oportunismo faz parte de um jogo não cooperativo, em que um dos agentes tem informações privilegiadas em relação ao outro participante da transação, fazendo que o agente que tem a informação tem o benefício exclusivo. Para Rosina *et al.* (2007) o oportunismo é um comportamento aético de quem busca benefício para si próprio, e acaba tendo seus custos refletidos nos participantes da transação. Leitão *et al.* (2008) entendem que o agente oportunista utiliza informações privilegiadas, rompe contratos e fere os códigos de ética da sociedade para obter ganhos, mas o agente oportunista não age assim sempre e este comportamento não está presente em todos os agentes em todas as transações que ocorrem no sistema econômico, mas é preciso considerá-lo como forma de precaução.

Williamson (1985) demonstra três características básicas das transações, a saber, especificidades dos ativos, frequência das transações e a incerteza, elas são a base para a determinação do tipo de governança mais eficiente. Segue abaixo a definição dessas características:

- **Especificidade dos ativos:** é a variável chave na análise dos custos de transação (FARINA, 1999), um ativo torna-se mais específico para um usuário, ou atividade em particular, à medida que o custo da transferência deste ativo para outro uso aumenta (VAL; NEVES, 2003), então um ativo pode ter alta especificidade, quando ele só é utilizado para determinada ação, exemplo uma colheitadeira de café, ou baixa especificidade, quando o ativo pode ter diversas utilizações, exemplo um carro comum de empresa, quando a mesma não precisar mais do mesmo poderá vendê-lo para qualquer pessoa ou outra empresa. A especificidade dos ativos é uma característica muito delicada em uma transação, pois um dos agentes fará um investimento direcionado para outro agente, e devido à incerteza e ao comportamento do outro agente ele deve estar assegurado por um contrato bem elaborado. Para Zylbersztajn (1995, p.24) “a especificidade dos ativos representa o mais importante indutor da forma de governança, uma vez que ativos mais específicos estão associados a formas de dependência bilateral que irá implicar na estruturação de formas organizacionais apropriadas”. Quando a especificidade do ativo for baixa as transações podem acontecer via mercado, porém quanto maior o nível de especificidade os custos de renegociação aumentam fazendo com que a negociação via mercado seja ineficiente, então é preciso uma arbitragem para as negociações, com a elaboração de contratos ou até mesmo optando por fazer a operação internamente, uma integração vertical (FARINA, 1999), as formas de governança são definidas de acordo com o nível de especificidade dos ativos, portanto quanto mais elevada a especificidade será indicada a integração vertical;
- **Frequência ou repetição de uma transação específica:** é a quantidade de vezes que uma determinada transação ocorre entre agentes, a frequência pode construir uma reputação entre as partes, facilitando a negociação e diminuindo os custos de transação, pois podem ter mudanças nas cláusulas das salvaguardas nos contratos (ROSINA *et al.*, 2007), para Zylbersztajn (2000) quanto maior a frequência das transações maior o acúmulo de informações que um agente adquire um do outro, formando assim uma reputação e uma relação de confiança. Essa característica está relacionada à diminuição dos custos fixos médios, dado que os custos de coleta de informações, de elaboração de um contrato complexo, bem como de monitoramento e

adaptação às mudanças de ambiente se diluem com o aumento da frequência das transações (VAL; NEVES, 2003);

- **Incerteza:** está relacionada à racionalidade limitada, na qual não se pode prever todos os eventos e interferências que poderão haver no futuro (VAL; NEVES, 2003). Diferentemente do risco que pode ser mensurado probabilisticamente, a incerteza está relacionada aos efeitos não previsíveis e que não têm probabilidade conhecida, logo não podem ser considerados nos contratos, essa característica pode levar ao rompimento dos contratos mesmo sem a manifestação do comportamento oportunista e o surgimento ou aumento dos custos de transação podem ser inevitáveis (LEITÃO *et al.*, 2008).

Essas variáveis determinam que tipo de “caminho” a organização utilizará para comercializar seus produtos. A decisão de vender no mercado *spot*⁹ ou ter uma integração vertical, na qual uma só firma domina toda a cadeia produtiva, depende da força dessas variáveis. O mercado puro ou *spot* é a maneira mais simples de coordenação, significa que a especificidade dos ativos é baixa. Quanto maior a especificidade dos ativos, maior a frequência e a incerteza, conseqüentemente as firmas migram para as transações por contratos e integração vertical (VAL; NEVES, 2003).

São três tipos básicos de estrutura de governança: via mercado, hierárquica e híbrida. A governança via mercado, geralmente, é encontrada quando existe baixa especificidade de ativos e não existe uma frequência estável de transações. A forma hierárquica de governança ocorre quando o grau de especificidade é alto e a frequência recorrente, isso faz com que a firma internalize esta atividade. E por fim, as formas híbridas de governança, aparecem quando os ativos são mistos, alguns são específicos e outros não, mantendo certa independência entre as partes, nesse caso existe a forte presença de contratos entre os agentes (CARIO; NICOLAU, 2012).

⁹ Mercado *Spot*: *spot*, palavra de origem inglesa que significa “instantâneo”, “imediato”. O mercado *spot* é caracterizado por transações em que a entrega do produto é imediata e o pagamento é feito à vista. Também é chamado de mercado disponível, mercado físico ou mercado pronto. Muito utilizado por produtores agrícolas quando precisam de dinheiro rápido ou quando seus produtos estão com preços altos (IPEA, 2009).

A integração vertical existe a montante e a jusante na produção, configurando diversos processos, desde a obtenção de matéria prima até a distribuição física, sendo que esses processos são coordenados ou feitos pela mesma firma (PORTO, 2011). Em relação às organizações agroextrativistas, os integrantes estão se organizando na forma de cooperativas, onde deve haver uma integração vertical, uma vez que os coletores estão ligados a uma associação ou cooperativa local, que faz parte de uma rede de cooperativas que comercializa os produtos com o consumidor final ou consumidor organizacional.

Após a revisão bibliográfica será demonstrada que tipo de pesquisa foi utilizado neste estudo, bem como a execução do trabalho de campo. Também a justificativa da escolha dos agroextrativistas e suas organizações no Vale do Rio Urucuia, estado de Minas Gerais.

3.4. Conclusão do Capítulo 3

Neste capítulo foram abordadas primeiramente as ferramentas da Logística e dos Canais de Distribuição. A logística é um dos maiores problemas encontrados quando se trata de produção. No Brasil todos os fatores que formam o sistema logístico são problemáticos, a saber transporte, armazenagem e estocagem, esses grandes entraves também contribuem para o mau funcionamento dos canais de distribuição, pois os produtos por muitas vezes não tem qualidade e nem quantidade suficiente para abastecer os diversos níveis que formam o canal.

Assim, buscou-se uma teoria que pudesse abranger toda essa situação, viu-se na NEI/ECT uma alternativa, pois a questão não é exclusivamente relacionada aos preços, existem muitos fatores humanos que interferem, positivamente e negativamente, na organização da produção e distribuição dos produtos do agroextrativismo.

4. Metodologia

Neste trabalho utilizou-se o método do estudo de caso que, de acordo com Yin (2001, p.21) “permite uma investigação que preserva as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”, ou seja, no estudo de caso preserva-se a totalidade das características do objeto estudado e consideram-se as inter-relações dos diversos fatores que são observados durante a pesquisa, buscando-se a coleta de dados qualitativos e quantitativos. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, dissertações, teses e artigos científicos para que se pudesse ter maior entendimento relacionado aos temas bioma Cerrado, Agroextrativismo e Canais de Distribuição.

Há pesquisas que tratam do extrativismo como uma atividade exclusiva, porém neste caso trabalharemos com o termo “agroextrativismo”, que é a combinação da prática agrícola e pecuária com o extrativismo, ou seja, as famílias agricultoras têm no extrativismo um incremento alimentar e de renda. Ressalta-se que esta pesquisa considera, somente, o extrativismo de produtos florestais não-madeireiros (PFNMs).

Foi utilizada a amostragem não probabilística, de forma não aleatória e intencional (MARCONI; LAKATOS, 1996). A escolha por este tipo de amostragem reflete a situação da região pesquisada, pois mesmo sendo uma região próxima da capital do país, possui precária infraestrutura de estradas e transporte, com muitas estradas sem pavimentação. O transporte público é feito por empresas de transporte interestadual e intermunicipal e não chega até os vilarejos mais distantes. A dispersão dos agroextrativistas é muito grande, uma vez que todos os agroextrativistas entrevistados moram em áreas rurais distantes das sedes dos municípios.

A partir dos estudos iniciais, foram elaborados dois roteiros semiestruturados para as entrevistas, sendo um direcionado aos agroextrativistas e outro aos representantes das cooperativas que comercializam produtos cultivados, coletados e processados pelas famílias agroextrativistas.

Nos roteiros foram obtidas informações sobre: o perfil socioeconômico dos participantes e sobre as condições de coleta, produção e sazonalidade dos frutos, bem como os principais problemas encontrados pelos entrevistados em relação à produção. Além disso,

foram mapeados os canais de distribuição e os eventuais circuitos de comercialização utilizados, para um entendimento de como estão organizados esses canais e circuitos. Também verificou-se a pluriatividade entre os agroextrativistas. Por fim, coletou-se as informações relacionadas à participação das cooperativas, como o nível de aceitação de seus associados e a participação dessas organizações em programas governamentais de aquisição de alimentos.

Os dados secundários foram obtidos a partir de bases de dados de instituições governamentais, como IBGE e Ministérios, além de ONGs, livros, artigos científicos, dissertações e teses publicadas.

Inicialmente seriam identificadas e selecionadas cooperativas agroextrativistas que atuam no Estado de Goiás, porém, durante a fase inicial da pesquisa, não houve respostas satisfatórias relacionadas à participação dessas organizações, uma vez que muitas cooperativas do estado pararam de funcionar ou estão passando por reestruturação. Dessa forma, buscou-se outros estados mais próximos do Distrito Federal, e assim, foram encontradas cooperativas agroextrativistas em Arinos, Chapada Gaúcha, Japonvar e Montes Claros, todas em Minas Gerais, sendo que foram escolhidas as cooperativas de Arinos e Chapada Gaúcha, em função do interesse de seus associados na participação da pesquisa, quantidade de pessoas cooperadas, destinação dos produtos comercializados e localização.

Foram entrevistados 19 agroextrativistas, divididos aleatoriamente entre os municípios de Arinos, Buritis, Chapada Gaúcha, Riachinho e Arinos, que estão na área de abrangência do Vale do Rio Urucuia e onde há a participação das 3 cooperativas selecionadas.

As entrevistas foram inicialmente transcritas para o Word, Microsoft Office®, o que facilitou a transferência de dados para o software SPHINX® Survey Edição Lexical, que possibilitou a análise de conteúdo.

Como a pesquisa constituía um estudo de caso, com muitos dados qualitativos, foi necessário o uso de uma ferramenta eficaz que possibilitasse a compreensão e o entendimento das informações coletadas. Assim, optou-se pela utilização do software SPHINX®, que foi desenvolvido na França e é utilizado na Europa desde 1989, e no Brasil desde 1995. Esse software é um sistema para pesquisa e análise de dados (FREITAS *et al.*, 2008).

Os gráficos e as tabelas elaborados a partir das questões abertas facilitaram muito a análise e a discussão dos resultados. As informações geradas pelo SPHINX® permitiram sistematizar os dados de forma satisfatória.

A pesquisa de campo durou de agosto a dezembro do ano de 2013. Primeiramente foram visitadas as cooperativas participantes, para haver uma maior familiarização com a região e com os atores do agroextrativismo na região, posteriormente foram entrevistados os agroextrativistas. Durante o período de pesquisa foram feitas aproximadamente dez viagens do Distrito Federal, base da pesquisadora, até os municípios que participaram do estudo.

A pesquisa de campo é a parte em que o pesquisador tem realmente o contato com o objeto de estudo. É muito importante o envolvimento do pesquisador na execução da pesquisa, para que além das respostas transcritas, também possam fazer observações sobre o local e vivência com os participantes da pesquisa. Neste trabalho, a pesquisa de campo foi muito prazerosa. Mesmo com os entraves causados pelas péssimas condições das estradas, os agroextrativistas e os representantes das cooperativas foram muito participativos e contribuíram com clareza e sinceridade nas suas respostas.

4.1. Delimitação geográfica

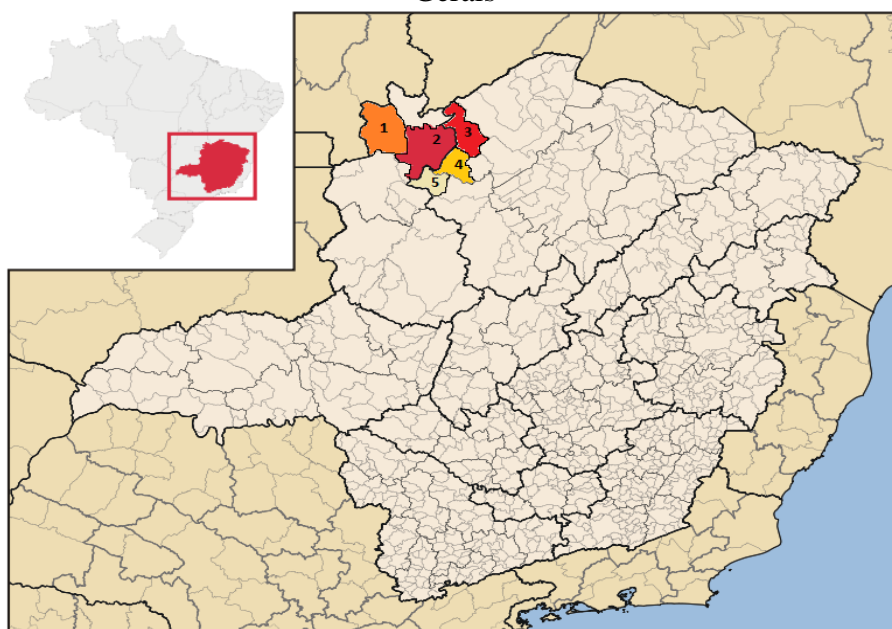
As cooperativas estudadas estão localizadas no Vale do Rio Urucuia¹⁰, em Minas Gerais, região escolhida por representar um importante fornecedor de PFNMs para o Distrito Federal. De acordo com Diniz *et al.* (2010) Minas Gerais é um dos principais fornecedores de frutos do Cerrado para sorveterias e empresas processadoras dos mesmos, o que foi confirmado numa pesquisa mais abrangente feita por Andrade *et al.* (2013), em que foram entrevistados dez organizações diferentes que processam e comercializam produtos que contém frutos do Cerrado, e Minas Gerais é um dos estados mais citados pelos entrevistados como local de compra desses produtos.

¹⁰ A bacia hidrográfica do Rio Urucuia, compreende os municípios de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Chapada Gaúcha, Dom Bosco, Formoso, Icarai de Minas, Natalândia, Pintópolis, Ponto Chique, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Francisco, São Romão, Unai, Uruana de Minas e Urucuia, em Minas Gerais, e Cabeceiras, em Goiás (GUTIERRES, 2010).

Localizado na região Sudeste, o estado de Minas Gerais tem área de 586.852,35 km², fazendo divisa com o Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. É o quarto maior estado brasileiro em extensão territorial, possuindo 853 municípios e quase 20 milhões de habitantes. Em Minas Gerais são encontrados quatro biomas principais, sendo eles Mata Atlântica, Cerrado, Campos de Altitude ou Rupestres e Mata Seca ou Caatinga, sendo que o Cerrado é a vegetação predominante, representando 50% da área total do estado (ESTADO DE MINAS GERAIS, S/D).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabelece 12 mesorregiões no estado de Minas Gerais, sendo que o interesse desta pesquisa está nas mesorregiões¹¹ do Noroeste de Minas e Norte de Minas, na bacia do Rio Urucuia, onde estão os municípios que participaram da pesquisa, sendo eles 1- Buritis, 2- Arinos, 3- Chapada Gaúcha, 4- Urucuia e 5- Riachinho, como demonstrado na figura 4.

Figura 4 - Localização dos agroextrativistas participantes da pesquisa no estado de Minas Gerais



Fonte: Adaptado do Wikipédia, (S/D).

¹¹ Mesorregião é um conjunto de microrregiões dentro de uma unidade federativa, e uma microrregião é um conjunto de municípios (PEREIRA, 2005).

5. Agroextrativismo na região do Vale do Rio Urucuia – MG: Agroextrativistas e suas Organizações

Os principais resultados da pesquisa são direcionados à melhoria do funcionamento e gestão das cooperativas agroextrativistas. Para tanto, tem-se a definição dos principais modos de coordenação que as cooperativas e os cooperados utilizam. Assim, será verificado como estão coordenadas a distribuição dos produtos, e se os agentes coordenadores fazem parte das comunidades agroextrativistas ou são de uma organização externa.

Foram também mapeados os canais de distribuição dos agroextrativistas, verificando se há entre eles outros circuitos de comercialização. Além disso, houve ainda uma discussão referente aos tipos de pluriatividade que existem entre os agroextrativistas entrevistados.

Por fim, a partir dos resultados obtidos, foi possível se levantar o perfil dos agroextrativistas que agem no Vale do Rio Urucuia e entender sobre a produção e distribuição dos seus produtos, e contribuindo para políticas públicas e iniciativas de organizações não governamentais, com informações fidedignas e possibilidades de melhorias nas ações direcionadas para essas organizações não só em Minas Gerais, mas em outros Estados que têm práticas agroextrativistas.

Além da contribuição para as comunidades agroextrativistas em geral, também se pôde contribuir diretamente para as cooperativas participantes da pesquisa, pois foi feito um diagnóstico da produção e da distribuição dos produtos dessas organizações, demonstrando os pontos de sucesso e também os que necessitam de maior atenção em relação aos produtos do agroextrativismo.

O agroextrativismo praticado nas regiões de Cerrado se diferencia daquele praticado na Amazônia. No Cerrado ele é praticado por povos e populações tradicionais, mas também por agricultores familiares e assentados de reforma agrária, não existindo um produto símbolo. As pessoas coletam uma gama variada de produtos, tanto para fins alimentícios, quanto para artesanais e medicinais. No agroextrativismo amazônico sempre se lembra da borracha, castanha-do-brasil ou do açaí, que são conhecidos nacional e internacionalmente, e são produtos valorizados e com preços mais elevados.

5.1. Perfil Socioeconômico dos Municípios Pesquisados

Nesta sessão serão demonstrados os dados socioeconômicos dos municípios pesquisados, estes que estão no Noroeste e no Norte de Minas, região mineira que possui índices de desenvolvimento mais baixos.

Os municípios pesquisados possuem uma população pequena, com uma média de 14.837 habitantes, conforme apresentado na tabela 1. Trata-se de uma região muito próxima do Distrito Federal, que é mais próxima de Brasília do que de Belo Horizonte, tendo vivenciado um fluxo migratório significativo para a capital do país e suas adjacências. O município mais populoso é Buritis, e o menos populoso é Riachinho. Buritis está localizado em uma região chamada Chapadões do Paracatu, que inicialmente foi habitada por povos indígenas nômades, e que a partir do Século XVIII começou a ser ocupada por bandeirantes. Em 1739 datou-se a primeira posse de terra no local (IBGE, S/D). As terras eram naturalmente férteis, o que atraía e ajudava a fixar mais ainda as pessoas na localidade. Já em 1815 é instituído como distrito e em 1963 é instalado o município, sendo o nome derivado da palmeira de buriti, que é nativa e muito presente na região.

Tabela 1 - População dos municípios pesquisados

Município	População (mil)
Arinos	17 674
Buritis	22 737
Chapada Gaúcha	10 805
Riachinho	8 007
Urucuia	14 963
Total	74186
Média	14837

Fonte: IBGE, S/D.

Dos municípios pesquisados, o maior em extensão territorial é Arinos, seguido de Buritis (tabela 2). Os municípios do Noroeste e Norte de Minas são maiores em extensão territorial do que os das outras mesorregiões mineiras. São municípios com grande presença

da produção agropecuária, principalmente de bovinocultura de corte, produção de grãos e silvicultura. As fazendas são muito grandes, passando até mesmo dos hum mil hectares, mas também são significativas as populações de agricultores familiares e populações tradicionais na região, com remanescentes de quilombos e indígenas, e pessoas que habitam a região há muitos anos.

Tabela 2 - Tamanho dos municípios pesquisados

Município	Área em Km ²
Arinos	5279
Buritis	5225
Chapada Gaúcha	3255
Riachinho	1719
Urucuia	2076
Total	17554
Média	3510,8

Fonte: IBGE, S/D.

Apesar dos municípios serem muito grandes, suas populações são pequenas, o que faz com que a densidade demográfica seja baixa (tabela 3). Quando comparada à densidade da capital de Minas Gerais, a diferença é extrema. Em Belo Horizonte o índice é de 7.167 habitantes/km² (IBGE, S/D), enquanto que a média dos municípios estudados é de 4,446 habitantes/km², o que faz com que a região estudada tenha vazios demográficos e também com que a mesma seja mais preservada. Existem áreas desmatadas, mas também muitas chapadas e serras totalmente preservadas, o que facilita o extrativismo, pois ainda existem muito exemplares das espécies que podem ser aproveitadas para este fim.

Tabela 3 - Densidade demográfica dos municípios pesquisados

Município	Densidade Demográfica (habitantes/Km ²)
Arinos	3,35
Buritis	4,35
Chapada Gaúcha	3,32
Riachinho	4,66
Urucuia	6,55
Total	22,23
Média	4,446

Fonte: IBGE, S/D.

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador muito utilizado na macroeconomia, mas que considera somente o fator econômico, pois é a soma em valores monetários de bens e serviços de uma região durante um período como, por exemplo, o PIB brasileiro semestral. O PIB *per capita* demonstra as riquezas produzidas em determinada região dividida pela população da mesma. Na presente pesquisa a média do PIB *per capita* entre os municípios foi de R\$10.351,14, abaixo do PIB *per capita* mineiro que é de R\$19.573,29, e do PIB *per capita* brasileiro que é de R\$22.400,00, dados do ano de 2012 (IBGE, S/D). O PIB per capita é um índice geral, não demonstra as desigualdades dentro da região, apenas um panorama geral. No caso desta pesquisa os municípios de Arinos, Chapada Gaúcha, Riachinho e Urucuia apresentam valores abaixo da média, mas por causa de Buritis, que possui um PIB per capita mais alto, acima até mesmo da média brasileira, aumenta o valor da média dos demais municípios. Também podemos observar na tabela 4 que existe certa desigualdade entre os municípios pesquisados, sendo que Buritis apresenta sempre os melhores índices.

Tabela 4 - PIB dos municípios pesquisados

Município	PIB per Capita (R\$)
Arinos	8168,84
Buritis	23123,62
Chapada Gaúcha	6903,01
Riachinho	7384,06
Urucuia	6176,18
Total	51755,71
Média	10351,14

Fonte: IBGE, S/D.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) contempla as dimensões de renda, educação e saúde, tendo sido criado como contraponto para outro índice muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) que considera somente a dimensão econômica. O IDH foi criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia (PNUD, S/D). Nos municípios pesquisados, como observamos na tabela 5, a média do IDH é de 0,642, menor que a média nacional de 0,727, que a de Belo Horizonte, capital mineira, de 0,810, e que a média do estado de Minas Gerais de 0,731, o que significa que todos os municípios pesquisados estão na faixa de médio desenvolvimento humano, sendo que o município de Urucuia tem o menor IDH (0,619), se aproximando do limite de baixo desenvolvimento humano. Até o maior IDH dos municípios, que é o de Buritis (0,672) ainda é menor que a média nacional. Quando se compara o PIB per capita com o IDH, compreende-se que há uma desigualdade no município de Buritis, pois mesmo com uma renda tão alta ainda são identificados sérios problemas relacionados à educação, saúde e renda.

Tabela 5 - IDH dos municípios pesquisados

Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Arinos	0,656
Buritis	0,672
Chapada Gaúcha	0,635
Riachinho	0,632
Urucuia	0,619
Média	0,642

Fonte: IBGE, S/D.

Após a descrição dos dados socioeconômicos dos municípios pesquisados, no próximo tópico serão descritos os dados da pesquisa realizada com os dirigentes das cooperativas participantes. Inicialmente haverá a apresentação de cada organização participante, seguida da identificação dos representantes, e dos resultados sobre os canais de distribuição e do funcionamento e organização das mesmas.

5.2. As Organizações Pesquisadas

Foram escolhidas duas cooperativas agroextrativistas do Vale do Rio Urucuia – Minas Gerais, que foram selecionadas por terem seus produtos reconhecidos no mercado, principalmente do Distrito Federal, por já possuírem um histórico de funcionamento e participação em projetos e por estarem mais próximas da base da pesquisadora, o que facilitou as visitas às sedes das organizações e aos sócios. E uma terceira cooperativa localizada no Distrito Federal também foi selecionada, mas que comercializa produtos das outras cooperativas pesquisadas.

Cooperativa A - A primeira organização é a Cooperativa Agrossilviextrativista em Base de Agricultura Familiar Sustentável e Economia Solidária LTDA, com nome fantasia de Copabase, localizada no município de Arinos - MG. A cooperativa nasceu a partir de um programa do Ministério da Integração Nacional, no ano 2000. Na época José Ildebrando de Souza, ex-prefeito de Arinos, foi o mentor do projeto inicial, que primeiramente gerou a

Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Urucuia (ADISVRU), baseado na metodologia de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), que foi implementada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Quando foi criada, a ADISVRU tinha abrangência de dez municípios mineiros (Arinos, Bonfinópolis, Buritis, Chapada Gaúcha, Formoso, Pintópolis, Riachinho, São Romão, Uruana de Minas e Urucuia) e um goiano (Cabeceiras) (MENDES, 2012).

A agência promoveu fóruns com todos os setores da sociedade e foi elaborado um relatório, baseado na técnica SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), que é a análise das forças e fraquezas internas e das oportunidades e ameaças externas à organização ou do foco da análise. A partir dessa análise foi decidido que os municípios iriam trabalhar com cadeias produtivas da agricultura familiar. A agência, então, apresentou à Fundação Banco do Brasil (FBB) o projeto entre 2004 e 2005, tendo sido criada uma estrutura física antes mesmo de se ter alguma produção, com a intenção de estimular a mesma. As cadeias produtivas identificadas como as mais promissoras para a região foram: apicultura, fruticultura, extrativismo, piscicultura, artesanato, mandiocultura, pois já existia a vocação e grande potencial. Entre 2003 e 2007 foi feita a construção física e em 2008 foi contratado o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) para que fossem elaboradas ações de mobilização, organização social e mapeamento socioeconômico e ambiental da região do rio Urucuia.

Com os estudos realizados, observou-se que era necessário o empoderamento dos produtores rurais da região e que eles deveriam tomar conta da estrutura e da gestão do empreendimento que fora construído. Para tanto, acreditou-se que uma cooperativa poderia fazer com que os agroextrativistas tomassem as “rédeas” do empreendimento, assim, a partir da mobilização e dos estudos realizados anteriormente, criou-se a Copabase e a Central de Núcleos de Produção e Comercialização de Artesanato Organizados em Rede Solidária, que é uma estrutura de exposição e comercialização dos produtos alimentícios e artesanais dos cooperados da Copabase. As duas estruturas juntas atenderiam à demanda da base produtiva, principalmente o beneficiamento e a comercialização da produção. São 20 colaboradores, entre contador, agrônoma, administradora, técnicos agrícolas, etc. Os produtos comercializados pela Copabase são: açúcar mascavo, rapadura, rapadurinha, farinha de mandioca, açafrão moído, mel, castanha de baru crua e torrada, óleo de pequi e polpas de

frutas (abacaxi, acerola, caju, goiaba, tamarindo e manga) e de frutos do Cerrado (araçá, cagaita, coquinho azedo, jabuticaba, mangaba, umbu e outras), dois desses produtos estão demonstrados na figura 5. A cooperativa possui a Certificação da Agricultura Familiar e está em processo para adquirir as certificações de *Fair Trade* e Orgânico para o mel. Os primeiros cooperados foram do grupo que trabalhava com apicultura e agricultores familiares, que, em sua maioria, se interessaram em participar da organização após o trabalho de mobilização feito pela cooperativa entre 2009 e 2010. Atualmente os agricultores têm procurado a organização para se associarem.

Figura 5 - Produtos da cooperativa A



Fonte: Registradas pela autora.

Cooperativa B - A segunda cooperativa pesquisada foi a Cooperativa Regional de Produtores Agrossilviextrativistas Sertão Veredas, a CoopSertão Veredas, situada em Chapada Gaúcha – MG. A CoopSertão Veredas surgiu após vários agricultores terem participado de cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) sobre organizações de associações e cooperativismo, entre 2003 e 2005. Após a capacitação, organizaram-se e viram que era necessária uma entidade representativa dos agricultores familiares do município de Chapada Gaúcha para poderem acessar os programas governamentais de aquisição de alimentos. Somente com uma organização formalizada poderia ter os produtos da agricultura familiar no mercado, principalmente nas escolas para a merenda escolar.

A cooperativa não possui funcionários próprios, mas participa de um projeto chamado Mosaico-Peruaçu que disponibiliza pessoal para trabalhar, contabilizando 23 pessoas. Este projeto faz parte do Fundo Socioambiental da Caixa, que busca estimular ações do banco para a promoção do desenvolvimento sustentável. Este fundo apoia financeiramente projetos e investimento direcionados para a área ambiental e social com recursos de até 2% do lucro do banco. O projeto Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu tem como objetivo estimular o desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis integrado ao manejo de unidades de conservação, promovendo ações de turismo ecocultural e extrativismo vegetal. O projeto está presente no norte e noroeste de Minas Gerais e em um município baiano, correspondendo a 15 mil quilômetros quadrados, com 11 municípios, sendo eles Arinos, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Formoso, Itacarambi, Januária, Manga, Urucuia e São João das Missões, em Minas Gerais, e Cocos, na Bahia.

Os produtos da CoopSertão Veredas são as polpas de frutas, mel, raspa de buriti desidratada, favela (*Dimorphandra mollis*), conserva de pequi, farofa de pequi e produtos diversos da agricultura familiar. Ainda não possuem certificações, somente registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os agricultores são selecionados por meio de uma assembleia realizada pelos cooperados.

Cooperativa C - A terceira cooperativa, Central do Cerrado, não fica em Minas Gerais, mas comercializa produtos das duas cooperativas mineiras. Trata-se de uma central de cooperativas que não possui fins lucrativos estabelecida com 36 organizações comunitárias que desenvolvem atividades produtivas a partir do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado. Funciona como uma ponte entre produtores comunitários e consumidores, sendo que seus principais produtos são: derivados de pequi, baru torrado, farinha de jatobá, farinha de babaçu, buriti, mel, polpas de frutas, artesanatos, entre outros, que são coletados e processados por agricultores e comunidades tradicionais do Cerrado. A cooperativa fornece produtos para *chefs* de cozinhas, restaurantes, empórios e pequenos mercados, além de coquetéis e lanches para eventos, encomendas individuais e grupos organizados. Esta cooperativa age dentro dos princípios do comércio justo e solidário, tendo como objetivo promover a inclusão social através do fortalecimento das iniciativas produtivas comunitárias que conciliam conservação do Cerrado com geração de renda e protagonismo social. Participa do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS), do Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A central de cooperativas pesquisada foi criada em 2004 por 36 grupos que participam de encontros do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), com o intuito de representar melhor as organizações que trabalham com produtos derivados do agroextrativismo nas diversas atividades que eles participavam. De 2004 a 2010 a cooperativa funcionou informalmente, não podendo emitir nota fiscal, sendo oficializada somente em fevereiro de 2010.

A organização está localizada no Distrito Federal, na região administrativa de Sobradinho I, às margens da rodovia BR-020, que liga o DF ao Nordeste. É um local de fácil acesso para o recebimento dos produtos e para a comercialização direta entre os consumidores finais e também para os clientes organizacionais. Não houve uma seleção prévia das organizações participantes, porque foram elas mesmas que formaram a cooperativa, mas todas elas têm em comum a base familiar e agroecológica, além de cozinhas industriais e Boas Práticas de Fabricação (BPF). A cooperativa é certificada pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) como uma organização que colabora com o meio ambiente, e está em processo de certificação pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) para exportação de mangas orgânicas.

As cooperativas pesquisadas têm seus presidentes e fiscais que são cooperados, além de funcionários que desenvolvem os trabalhos administrativos, agroindustriais e comerciais. Os dirigentes das cooperativas, sendo uma gerente geral, uma supervisora de campo, um representante e um presidente, que responderam as questões relacionadas ao funcionamento das organizações.

Todos os representantes das organizações que foram entrevistados possuem nível superior de escolaridade, e também algum tipo de especialização. Apenas um é cooperado, e outro tem seu cônjuge cooperado.

Dois dos entrevistados exercem suas funções na cooperativa e em outros órgãos no município, e todos residem perto das organizações.

5.2.1. Canais de Distribuição e Logística das Cooperativas

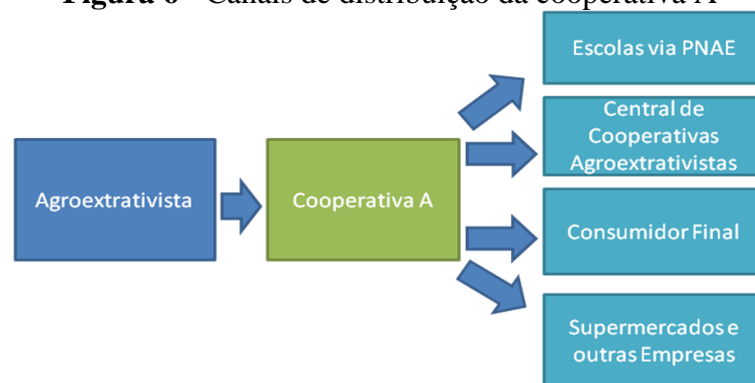
As cooperativas compram os produtos dos cooperados, alguns são processados, e outros são *in natura*. Os produtos são recebidos, beneficiados e embalados com a marca da organização, no caso das Cooperativas A e B, já que a C somente comercializa os produtos prontos de outras organizações. No caso das cooperativas A e B existe a compra de matéria prima e de produtos acabados também de pessoas que não são cooperadas, quando existe uma demanda de mercado e os cooperados não conseguem entregar a quantidade solicitada. No caso da Cooperativa C as compras dos produtos acabados e de matéria-prima só são feitas com as organizações que fazem parte da central, ou seja, são associadas a ela. Mesmo que as organizações cooperadas não tenham algum produto requerido, este não será comprado no mercado com outras empresas, atravessadores ou outras organizações.

Cada cooperativa usa um modo de programação de compras. Na Cooperativa A os cooperados assinam um contrato com a organização onde há a definição de quais produtos serão entregues e a quantidade anual dos mesmos. Isso permite que a Cooperativa A trace metas para a produção, processamento e área financeira. Esta organização também tem contratos com os compradores, principalmente as escolas que fazem chamadas públicas, e caso a organização seja classificada, é assinado um contrato de entrega de produtos. Os responsáveis da Cooperativa A tentam buscar os produtos de segunda a quarta para poder beneficiá-los antes do final de semana. Na cooperativa B o planejamento é feito de acordo com os pedidos do gestor da merenda escolar e da nutricionista que elabora os cardápios das escolas. Na Cooperativa C o planejamento de compras é mais flexível, quando é necessário comprar os responsáveis entram em contato com as organizações para se informar sobre quanto de produto disponível cada uma delas possui. Isso acontece porque muitos dos produtos comercializados são consumidos pelos próprios produtores e, assim, comercializa-se apenas o excedente da produção.

Os principais clientes das Cooperativas A e B são instituições do governo. Na Cooperativa A é o PNAE, com uma demanda maior do que consegue atender. A Prefeitura de Betim é o maior contrato que a Cooperativa A possui, um contrato anual de PNAE de R\$ 500 mil somente em polpas de frutas comuns. Outra prefeitura que compra dessa cooperativa é a

de Arinos, além das escolas estaduais de Arinos, Bonfinópolis, Buritis, Riachinho, Uruana e Unaí. Todos os municípios citados ficam em Minas Gerais, os demais clientes são alguns supermercados da região, a Central do Cerrado e Rei das Castanhas no Distrito Federal e o supermercado da Cooperativa Agropecuária Unaí (CAPUL), que compra somente mel. Os canais de distribuição utilizados pela Cooperativa A estão demonstrados na figura 6.

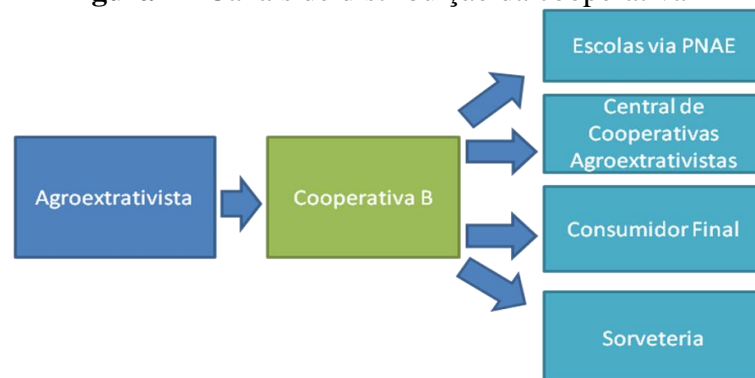
Figura 6 - Canais de distribuição da cooperativa A



Fonte: Elaborada pela autora.

A Cooperativa B tem como seus principais clientes as escolas municipais e estaduais de Chapada Gaúcha, a Central do Cerrado, Sorveteria Gosto do Cerrado, em Montes Claros-MG, e o público em geral, conforme demonstrado na figura 7.

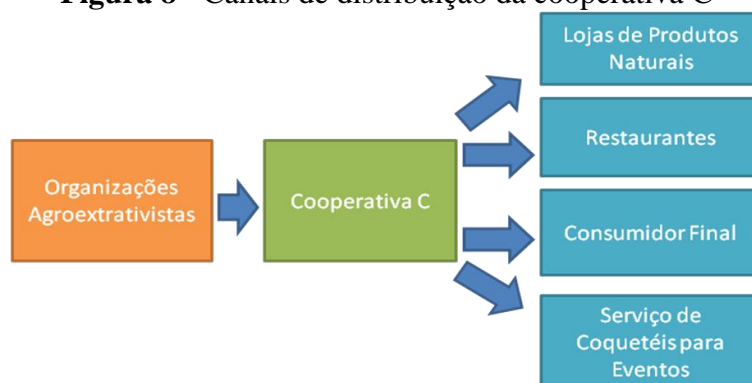
Figura 7 - Canais de distribuição da cooperativa B



Fonte: Elaborada pela autora.

Na Cooperativa C os principais clientes são pessoas físicas, restaurantes e lojas de produtos naturais, essa cooperativa ainda conta com o serviço de coquetéis para organizações públicas e privadas que está sendo um dos produtos/serviços mais lucrativos da organização. Os canais de distribuição dessa cooperativa estão esquematizados na figura 8.

Figura 8 - Canais de distribuição da cooperativa C



Fonte: Elaborada pela autora.

Na Cooperativa A há participação de uma chamada pública para venderem via PNAE e também tem um representante comercial que faz os pedidos dos supermercados, os compradores podem ligar para fazerem os pedidos dos produtos e também participam de feiras e eventos da agricultura familiar e de *fair trade*. Assim como na Cooperativa A, a Cooperativa B, para vender os produtos via PNAE, participa de chamadas públicas, mas somente para Chapada Gaúcha. Os demais compradores fazem os pedidos por telefone. A Cooperativa C recebe os pedidos pela internet e por telefone. Todas as cooperativas têm pontos de venda direta ao consumidor final.

As barreiras de entrada no mercado que a Cooperativa A enfrenta são as barreiras sanitárias impostas pelo governo. Por exemplo, eles não conseguem o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) para o mel. Além disso, no mercado local não há a valorização dos produtos do Cerrado, fazendo com eles sejam enviados para outras regiões. As polpas de frutos do Cerrado não são compradas via PNAE porque as cantineiras e diretoras das escolas acham que os alunos não vão gostar do sabor, e muitas vezes os produtos sofrem concorrência desleal com produtos sem qualidade e com embalagem até mesmo sem rótulo, o que vai

contra a lei do PNAE, pois as instituições compradoras consideram somente o fator preço. Em relação ao entrave no mercado institucional identificado Simoni, Sawyer e Almeida (2012) apresentam um caso de que a situação foi contornada a partir das organizações socioprodutivas da Caatinga que reivindicaram a inclusão dos seus produtos no circuito de comercialização do PNAE. Na Cooperativa B o problema está também na questão sanitária e nas exigências para conseguir os selos estaduais e federais.

As principais dificuldades encontradas na comercialização dos produtos da Cooperativa A são: oferta estável da produção enquanto a demanda é crescente, volume de produção agroindustrial, onde a estrutura industrial não é utilizada em todo seu potencial, e a tributação para os produtos da agricultura familiar, que é igual para os produtos de empresas com produtos comuns e que faz com que os produtos fiquem mais caros, e menos competitivos, dando lugar à ação dos atravessadores. As dificuldades da Cooperativa B são a distância dos grandes centros, a logística da produção e a cobrança pela fiscalização de uma rotulagem com todas as informações técnicas necessárias. Na Cooperativa C o fator logístico foi relatado como o maior problema. São encontradas diversas dificuldades em relação ao transporte e armazenagem dos produtos, já que todas as organizações estão distantes da sede da cooperativa. A mais próxima fica em Pirenópolis, no estado do Goiás, aproximadamente a 140 km de distância. As organizações estão localizadas longe dos centros urbanos e são de difícil acesso, sendo que o transporte muitas vezes é feito de maneira informal, por meio de caronas, carroças, carros, motos e barcos. O modal aeroviário não é utilizado por ser muito caro.

Os produtos mais vendidos pela Cooperativa A são as polpas de frutas comuns, farinha de mandioca, mel e castanha de baru, sendo que nos dois últimos anos a procura pelo mel e a castanha de baru tem aumentado. Na Cooperativa B são as polpas de fruta congeladas (coquinho azedo, laranja, tamarindo, goiaba) para atender à demanda das escolas e por ser um produto natural. Os produtos de maior sucesso da Cooperativa C são o baru torrado, proveniente dos estados de Goiás e Minas Gerais; a farinha de jatobá, proveniente dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o buriti desidratado de Minas Gerais. Todos esses produtos são comercializados após processamento. O representante da Cooperativa C acredita que esses produtos são mais comercializados porque são os mais conhecidos pela população e

também por causa da mídia, que faz programas descrevendo os benefícios do consumo dos mesmos.

Os produtos menos vendidos pela Cooperativa A são as polpas de frutos do Cerrado, pois consome-se pouco e existe preconceito quanto ao sabor; o óleo de pequi e o açafraão, por serem condimentos; a rapadura, por não ter onde armazenar na organização; e o açúcar mascavo por não ser costume na população local. Na Cooperativa B os derivados de araticum são os menos consumidos, devido ao sabor exótico desse fruto. E na Cooperativa C os produtos menos vendidos são a farinha de mandioca e a rapadura, produtos de alta qualidade, porém mais caros, devido à escala de produção e ao custo com o transporte. Além disso, o consumidor ainda consegue encontrar estes produtos por preços mais atrativos no mercado comum.

Todas as cooperativas pesquisadas fazem estoque de matéria prima e de produtos acabados, em média os produtos ficam estocados no máximo seis meses, verificando sempre a validade e as propriedades organolépticas dos produtos.

As estradas sem asfalto e em péssimas condições foi um fator indicado por todas as cooperativas como o principal entrave na movimentação dos produtos dos agroextrativistas até a cooperativa e da cooperativa até o consumidor final. São longas distâncias com estradas completamente abandonadas pelo poder público e com pontes de madeira prestes a desmoronar – o que foi comprovado em campo pela pesquisadora, que fazem com que os carros quebrem e os produtos estraguem devido ao balanço e à poeira da estrada. Assim, o custo com transportadoras e de Correios é alto. A Cooperativa B, por falta de opção de transporte, se utiliza dos ônibus interestaduais para fazer as entregas dos pedidos em outras cidades.

O transporte da Cooperativa A é feito por caminhão refrigerado, motos, caminhonete de médio porte, e em caixas plásticas e de isopor. Na Cooperativa B, é feito por motos, caminhão, caminhonete de grande porte e via ônibus interestadual.

As cooperativas A e B precisaram fazer mudanças no processamento e nas embalagens para atender às regras definidas pelos clientes. No caso da Cooperativa A, foi necessário mudar a granulagem da farinha de mandioca conforme a região na qual será vendida. A

cooperativa está ainda participando de uma chamada pública para a Copa do Mundo de Futebol e, caso seja escolhida, deverá fazer mais mudanças nas embalagens.

Os programas de aquisição de alimentos do governo são muito importantes para as cooperativas pesquisadas, as duas cooperativas de Minas Gerais participam do PNAE, que faz com que os produtos produzidos na região sejam consumidos pelos moradores do local, diminuindo os custos logísticos, transporte e armazenagem, fortalecendo a produção da agricultura familiar local e com alimentos frescos e mais saudáveis. A Cooperativa A participa do PNAE, todas as escolas municipais e estaduais que recebem os produtos são de Minas Gerais, porém o maior contrato que a organização tem fica em Betim, que é localizada a quase 700 km de Arinos, a sede da cooperativa, a Cooperativa A tentou participar do PAA, mas agora considera que os preços pagos não são tão atrativos e seus associados preferem vender via PNAE e para outros compradores. E a Cooperativa B participa do PNAE e do PAA, inclusive a organização foi criada no intuito de facilitar a participação dos agricultores de Chapada Gaúcha nas chamadas públicas dos programas governamentais de aquisição de alimentos.

Os agentes identificados como coordenadores dos canais de distribuição pelas cooperativas são as próprias cooperativas, pois não existem outras organizações na região que façam a intermediação e a organização da comercialização dos produtos do agroextrativismo.

5.2.2. Funcionamento das Cooperativas

O maior entrave para o funcionamento das cooperativas é a falta de recursos financeiros, uma vez que nenhuma delas consegue se manter sem receber recursos de diversos projetos, sendo que a maior parte do dinheiro vai para a compra de matéria prima para a fabricação dos produtos comercializados pelas organizações. No caso da Cooperativa A, segundo seus representantes, também existe a falta de comprometimento dos produtores que não possuem a visão de cooperativismo, eles acreditam que somente 30% dos cooperados são comprometidos, e veem a cooperativa como uma empresa e não acham que têm uma ligação muito grande com a mesma.

Os representantes das cooperativas sabem da presença de atravessadores na comercialização e muitos cooperados, por não terem comprometimento com as organizações, deixam de entregar os produtos nas cooperativas para venderem para atravessadores, e os preços pagos por estes não são muito diferentes dos das cooperativas. Os representantes confirmam a importância dos atravessadores antes da existência das organizações, mas agora consideram que estes intermediários atrapalham na produção, pois parte dos produtos são destinados a outros mercados, fazendo com que o máximo do potencial produtivo das organizações não seja alcançado.

Na Cooperativa A os representantes acreditam que são necessários ajustes na comercialização e que devem buscar novos mercados e divulgar mais os produtos. Na Cooperativa B o representante acredita que a organização está melhorando a comercialização e vai continuar no processo até conseguir estar mais bem organizada.

O funcionamento da Cooperativa A foi bastante influenciado pela lógica empresarial que vem de uma das instituições responsável pelo seu estabelecimento, o SEBRAE. A constituição de uma organização no formato de funcionamento de uma empresa capitalista pode ter sido formada naturalmente, o que faz com que algumas ações da cooperativa sejam prejudicadas, já que o jeito de pensar dos agroextrativistas, que muitas vezes têm a visão camponesa, não se encaixa nos moldes de um mercado competitivo.

5.2.3. Conclusão dos Resultados das Cooperativas

Cada uma das três cooperativas participantes da pesquisa possui suas peculiaridades. A primeira, Cooperativa A, foi criada a partir de um projeto e teve grande incentivo de uma fundação para seu desenvolvimento e manutenção, é a cooperativa mais conhecida e que consegue ter maior volume de vendas. Um diferencial encontrado nessa organização é a presença eficiente da assistência técnica, o que faz com que os cooperados tenham seus cultivos mais produtivos. Os técnicos agropecuários ainda tentam realizar a transição agroecológica, com a utilização cada vez menor de agrotóxicos nas produções e maior conscientização dos cooperados quanto à conservação da natureza.

A Cooperativa B foi criada a partir da iniciativa dos agroextrativistas, que perceberam que, para participarem das compras dos programas do governo, deveriam estar organizados e mais unidos, para terem uma quantidade maior de produtos e se fortalecer enquanto categoria. E a Cooperativa C, assim como a B, foi iniciativa das organizações que sempre participavam dos mesmos eventos e feiras, e tinham muitas dificuldades em levar pessoal para trabalhar, assim como os produtos. Então, foi criada uma central de organizações, que funciona, também como uma central de distribuição, facilitando a logística e abrangendo um mercado maior.

Os dirigentes de todas as cooperativas estudadas têm alta escolaridade e forte participação nas ações do governo e na busca de novas alternativas para as organizações e seus cooperados.

Os maiores problemas identificados em relação às cooperativas são a dependência de recursos financeiros de outras instituições, o que faz com que importantes ações das organizações parem de ser realizadas, como, por exemplo, o caso dos técnicos que prestam assistência técnica pela Cooperativa A. Se a fundação mantenedora não renovar o contrato de financiamento do projeto de Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS), não haverá mais a prestação desse serviço aos cooperados. A situação de transporte também é problemática na região, onde não existe uma infraestrutura de estradas e fazendo com que os custos para a movimentação dos produtos sejam elevados.

No próximo tópico serão demonstrados os resultados das entrevistas dos agroextrativistas. Durante a execução da pesquisa percebeu-se que para que se tivesse o verdadeiro perfil do agroextrativismo na região do Vale do Rio Urucuia eram necessárias as visões dos agroextrativistas e também das instituições representativas dos mesmos. Assim, obteve-se um perfil global do agroextrativismo de uma das mais importantes regiões fornecedoras de produtos do Cerrado para o Distrito Federal.

5.3. Os Agroextrativistas do Vale do Rio Urucuia

5.3.1. O Agroextrativista do Cerrado: Perfil

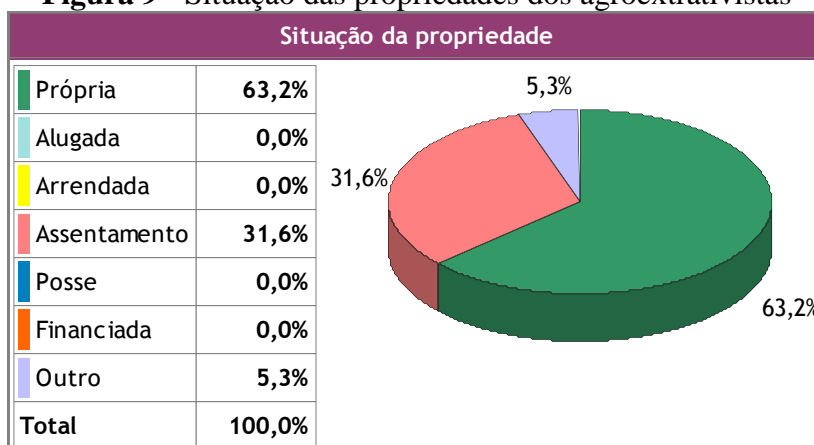
Os agroextrativistas entrevistados foram escolhidos de forma aleatória em cinco municípios do Vale do Urucuia, sendo eles Arinos, Buritis, Chapada Gaúcha, Riachinho e Urucuia. Nestes municípios é encontrado o maior número de agricultores familiares que também são extrativistas, porém a maioria dos cooperados das organizações pesquisadas não é extrativista.

52,6% das pessoas entrevistadas eram mulheres, enquanto 47,4% eram homens. Mas isso não significa que as mesmas estejam sozinhas no campo. As que responderam a pesquisa estavam representando a família, sendo que a maioria delas é casada, assim como os homens que responderam a pesquisa. Percebeu-se a presença de famílias agroextrativistas, sendo que principalmente o casal (os pais) realiza o cultivo e a coleta dos produtos.

As propriedades, em sua maioria são próprias, como demonstrado na figura 9. Muitas dessas propriedades estão na mesma família há muitos anos, e foram herdadas pelos atuais proprietários. A segunda situação mais citada foi a de lotes em assentamentos de reforma agrária, pois a região estudada possui assentamentos de reforma agrária em todos os municípios. Segundo uma pesquisa realizada sobre a importância dos assentamentos rurais no Noroeste de Minas, os assentamentos rurais são a única ou a principal alternativa de trabalho e de garantia de reprodução social para os trabalhadores rurais, isto porque a dinâmica da agricultura regional, intensiva e mecanizada, não produz postos de trabalho (FERREIRA NETO *et al.*, 2009). No caso do extrativismo, os assentados têm mais uma opção de ganho de renda sem precisarem sair de suas propriedades, contribuindo para o desenvolvimento rural mais democrático e incluyente (MELO; SAUER, 2012). Uma das entrevistadas disse que a família dela não tinha renda nenhuma, viviam do que plantavam, e que depois da sua participação na cooperativa a vida dela mudou muito, pois vende produtos do extrativismo e consegue ter renda que ajuda na sobrevivência e na qualidade de vida da sua família. Além disso, a cooperativa os ajuda com assistência técnica e assim já estão ampliando os cultivos de fruticultura na propriedade, otimizando a terra com a diversificação da produção. É

importante frisar que a propriedade em questão fica às margens do Rio Urucuia, mas que, mesmo assim, a família não conseguia ver o potencial produtivo que tinham, além da possibilidade de turismo no local. Outro fato interessante é a ausência de propriedades arrendadas. Os entrevistados possuem as terras, apenas um dos entrevistados não tem propriedade, só uma casa numa vila rural, mas coleta barú em fazendas próximas, com a autorização do proprietário.

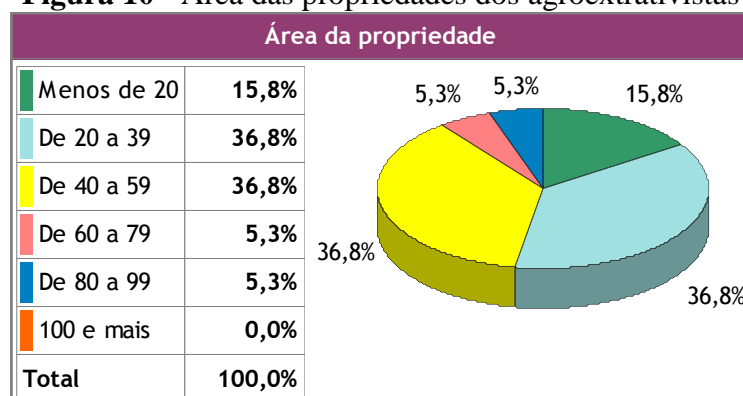
Figura 9 - Situação das propriedades dos agroextrativistas



Fonte: Elaborada pela autora.

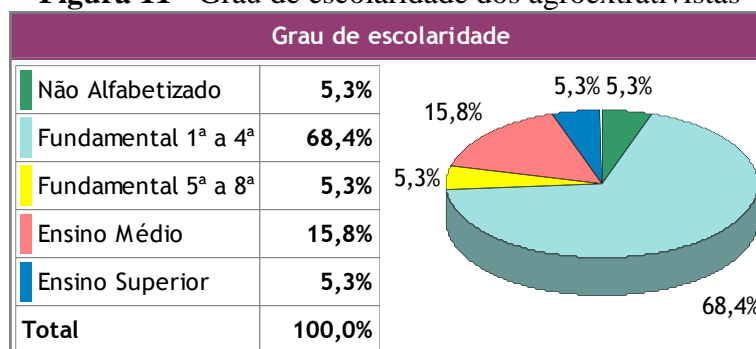
Todas as propriedades possuem menos de 100 hectares, mesmo as que não são de assentamentos de reforma agrária. Sendo que 73,6% das propriedades têm de 20 a 69 hectares, conforme figura 10. Os entrevistados são agricultores familiares de pequeno porte, que possuem propriedades menores, considerando que o módulo fiscal¹² dos municípios é grande, 65 hectares em Arinos, Buritis, Chapada Gaúcha e Urucuia, e 70 hectares em Riachinho (FAEMG, S/D).

¹² O módulo fiscal é uma unidade de medida em hectares definida para cada município brasileiro, foi instituído pela Lei n.º: 6.746 de 1979 (BRASIL, 1979), para a definição do módulo fiscal considera-se o tipo de exploração principal do município, a renda advinda desta exploração, também se observa outras explorações expressivas e o conceito de propriedade familiar.

Figura 10 - Área das propriedades dos agroextrativistas

Fonte: Elaborada pela autora.

O grau de escolaridade dos agroextrativistas entrevistados é baixo, sendo que muitos foram alfabetizados nos últimos anos pelo programa BB Educar, da Fundação Banco do Brasil e administrado pela cooperativa Copabase. A escolaridade na região é baixa, de acordo com o PNUD (S/D) com dados de 2010, os adultos têm ensino fundamental e ainda existe uma taxa importante de analfabetismo. Essa também é a realidade dos agroextrativistas entrevistados, conforme demonstrado na figura 11.

Figura 11 - Grau de escolaridade dos agroextrativistas

Fonte: Elaborado pela autora.

Devido à baixa escolaridade e baixa renda, a maioria dos entrevistados recebe algum tipo de benefício do governo (tabela 6), por isso o agroextrativismo pode ser considerado um importante vetor de desenvolvimento para a região. No relato de uma entrevistada de Riachinho, esta já fazia um planejamento de que dentro de dois anos, com o acréscimo de

renda advindo da fruticultura desenvolvida na sua propriedade e dos frutos coletados no Cerrado, já poderá “devolver” o cartão Bolsa Família, já que sua renda será suficiente para manter sua família. Praticamente metade dos entrevistados recebe o benefício do Programa Bolsa Família, característica de municípios com baixo e médio IDH e alta desigualdade social. Além dos benefícios de transferência de renda, ainda existem outros programas governamentais de financiamento de construção de residências rurais e o de construção de residências rurais sem a contrapartida do beneficiado.

Tabela 6 - Transferências governamentais de renda

Bolsa Família	47.4%
Aposentadoria	31.6%
Aposentadoria e Bolsa Família	10.5%
Não recebe nenhum benefício do governo	10.5%

Fonte: Elaborada pela autora.

Na região o agroextrativismo é de fato de base familiar. Em 73,7% dos casos a coleta é realizada pelos entrevistados e por mais algum familiar, como demonstrado na tabela 7. Na tabela outros são irmãos e demais parentes, todos os familiares participam da prática agroextrativista, adultos, jovens, idosos e crianças. As crianças após saírem da escola ajudam os pais nas coletas e no processamento de alguns produtos. A mão de obra na região é escassa, por isso todos devem estar disponíveis para o trabalho. Nos assentamentos visitados os entrevistados disseram que não existem pessoas disponíveis para trabalhar por meio de diárias ou contratações, então cada família trabalha em seu próprio lote, com vistas na produção para autoconsumo e venda.

Tabela 7 - Familiares que participam da coleta

Entrevistado (a)	26.3%
Entrevistado (a) e Outros	26.3%
Entrevistado(a) e Cônjuge	26.3%
Entrevistado (a), Cônjuge e Filhos	21.1%

Fonte: Elaborada pela autora.

5.3.2. Pluriatividade entre os Agroextrativistas do Vale do Rio Urucuia

No caso da pluriatividade, as famílias realizam outras atividades não agrícolas para terem um acréscimo de renda que as possibilite permanecer no meio rural. O agroextrativismo proporciona isso para as famílias do Vale do Rio Urucuia, pois permite que tenham suas atividades agrícolas preservadas e assim consigam ter outras opções alimentares e de produtos para venda. Dentro da tipologia da pluriatividade, o agroextrativismo se aproxima mais da Pluriatividade Pára-Agrícola, descrita no quadro 1 do capítulo 2, uma vez que as famílias mantêm atividades agrícolas em suas propriedades e coletam diversos produtos disponíveis na natureza, e muitas vezes os beneficiando para que haja outra fonte de renda e de alimentação. Assim, o agroextrativismo ajuda a manter as famílias no campo e com um incremento de renda, possibilitando uma melhor qualidade de vida.

Sobre as outras tipologias de pluriatividade: tradicional ou camponesa, intersetorial e de base agrária (SCHNEIDER, 2009), 52,6% dos entrevistados afirmaram possuir (ou algum dos seus familiares) outra ocupação além de agroextrativista e 47,4% são exclusivamente agroextrativistas. Nenhuma das atividades se relaciona com a tradicional ou camponesa, que é aquela não possui ligação com o mercado e é composta por atividades como artesanato, produção, entre outras que poderiam ser compradas fora, mas por um estilo de vida ou para organizar a produção que é feita pelos agricultores.

Os tipos de pluriatividade mais identificados foram a intersetorial e a de base agrária. A intersetorial demonstra que alguns integrantes das famílias trabalham em outras áreas,

como indústria e serviços. Durante a pesquisa, foram identificadas as ocupações de professoras, secretária, entre outras. O tipo mais expressivo de pluriatividade é, de fato, a de base agrária, uma vez que muitas pessoas trabalham como tratoristas, diaristas, vaqueiros, extensionistas rurais, prestando serviço para outras propriedades rurais, a maioria delas de grande porte, isso ocorre porque nas áreas estudadas existem muitas propriedades rurais de grande porte e que podem empregar muitas pessoas. Além disso, como demonstrado anteriormente, as pessoas entrevistadas, em sua maioria, tem no máximo o ensino fundamental ou foram somente alfabetizadas, o que restringe o mercado de emprego. Os municípios pesquisados praticamente não têm indústrias e possuem uma economia praticamente baseada na produção agropecuária.

Apesar disso, quase metade das famílias não possui outra ocupação, a não ser o agroextrativismo, demonstrando que os produtos derivados dessas duas atividades, agricultura e extrativismo, devem ser valorizados e precisam ter cadeias produtivas e canais de distribuição bem organizados, já que uma população muito grande depende exclusivamente deste tipo de produto para sobreviver.

Ainda se tratando de pluriatividade, em muitas propriedades dos entrevistados existem agroindústrias artesanais, ou informais. 42,1% dos entrevistados fabricam algum produto em suas propriedades. Os produtos processados são típicos, como farinha de mandioca, polvilho, queijo, requeijão e rapadura, mas também existem produtos com maior valor agregado, como licores, doces e farofa de pequi, que são fabricados a partir do que os entrevistados coletam e cultivam. Existe caso de agroextrativista que já tem agroindústria com nome próprio e rotulagem. Entretanto, essa agroindústria ainda não possui os selos de inspeção agropecuária, apesar de já existir grande procura e os produtos serem bastante conhecidos na região. Porém, 57,9% dos entrevistados trabalham somente com produtos in natura e em suas propriedades não existe nenhum tipo de estrutura para agregação de valor aos produtos.

5.3.3. Cooperativismo

Das três cooperativas, apenas uma não se iniciou por parte de iniciativas dos cooperados que achavam que unidos seriam mais fortes. Uma delas é de agroextrativistas do mesmo município, e a outra representa um caso muito interessante, é de organizações, cooperativas e associações, que comercializam produtos de origem agroextrativista e que sempre participavam dos mesmos eventos, mas por estarem localizadas no Cerrado e em lugares distantes, pretenderam ter uma cooperativa que representasse a todas elas, fazendo um mix de produtos e disponibilizando-os mais facilmente no centro consumidor, no caso Brasília, e pudesse distribuir para vários lugares do Brasil.

A terceira cooperativa surgiu a partir de outros projetos que, depois de uma consultoria, o mantenedor percebeu que era necessário o empoderamento dos agroextrativistas envolvidos. Assim, a cooperativa nasceu, para que os interessados pudessem “tomar as rédeas” do processamento e comercialização dos seus produtos. Uma questão levantada na pesquisa é a de que os entrevistados veem esta cooperativa como uma empresa, e mesmo com o incentivo do empoderamento, os cooperados não se acham donos do empreendimento e acreditam que ele é comandado pelos funcionários da administração e eles só tem o dever de entregar e o direito de receber pelos seus produtos.

O extrativismo para fins comerciais entre os entrevistados da Cooperativa A não era uma atividade comum para eles, a maioria diz que consumiam pequi e alguns frutos, mas não tinham a visão de comercialização dos mesmos, apenas o pequi que é uma planta muito presente na região e que possui muitas pessoas que vão até a localidade e que catam ou contratam pessoas para catar e vendem no Distrito Federal. Porém, o exemplo mais significativo é o do baru, que eles não consumiam nem coletavam, e o viam como uma planta sem aproveitamento. Um entrevistado disse que seus filhos nasceram e cresceram na roça e não consumiam o baru, mesmo tendo diversas plantas no quintal de sua casa. Somente depois do incentivo da cooperativa é que eles atentaram para o produto e primeiramente passaram a vender, e depois a consumir.

A maioria dos entrevistados eram cooperados ou participavam de alguma cooperativa ou associação, 84% dos agroextrativistas. Muitos além de cooperados participavam de alguma associação comunitária. Somente 16% dos entrevistados não participavam de alguma organização comunitária, estes por sua vez comercializavam seus produtos diretamente para o consumidor final ou para atravessadores.

Dos que participam de cooperativas, a maioria só é cooperado atualmente, mas mais da metade dos entrevistados exercem ou já exerceram algum cargo nas organizações conforme tabela 8. Um questionamento feito pelos cooperados é que, para eles, é difícil ter uma presença mais efetiva nas atividades das cooperativas, isto porque eles têm muitos afazeres nas propriedades e muitos moram em localidades distantes e de difícil acesso. Um dos cooperados fundadores acredita que os cooperados estão muito “fracos”, inclusive ele, e que precisam se envolver mais com os assuntos pertinentes à organização. Segundo ele, um fator que pode levar a isso é que eles possuem um nível escolar muito baixo e não sabem como contribuir para a melhoria da gestão dos empreendimentos.

Tabela 8– Participação dos agroextrativistas nas organizações

Cooperado	43.8%
Cooperado e exerce algum cargo na organização.	37.5%
Atualmente é só cooperado, mas já teve cargo na organização.	18.7%

Fonte: Elaborado pela autora.

Grande parte entrou na cooperativa devido à influência de outros cooperados, ou agentes (62,5%). Os fundadores tiveram boa impressão e bons resultados das organizações e passaram a chamar os vizinhos e amigos, e estes também perceberam que a cooperativa poderia ser um meio de comercialização da produção e também seria um auxílio para os seus cultivos. Dos entrevistados 37,5% não tiveram influencia de outros agentes porque foram os fundadores das organizações. Muitos disseram que a assistência técnica é um dos itens mais importantes das cooperativas, lembrando que a EMATER-MG só tem dois extensionistas para

atender mais de 10 municípios, então a produção e a produtividade dos cooperados tende a ser maior devido ao acompanhamento dos extensionistas da própria cooperativa.

Praticamente todos os entrevistados tiveram a percepção de uma melhoria de vida após a participação nas cooperativas (93,8%). Essa melhoria de vida, segundo eles, não foi somente financeira. A melhoria econômica também teve um peso importante, mas também adquiriram o sentimento de pertencimento da sociedade, sentindo que podem tomar decisões importantes tanto para eles quanto para os que estão ao seu redor. Também foi citado que são mais capacitados para a produção e têm mais informações sobre as coisas que acontecem ao redor e no mundo. Mas o mais lembrado é que agora eles têm para quem vender, ou seja, estão dentro de um canal de distribuição mais organizado. Apenas 6,2% dos entrevistados não identificaram melhorias de vida após a participação nas organizações comunitárias.

5.3.4. Logística e Canais de Distribuição

A logística no Brasil é um dos fatores que mais prejudicam o desenvolvimento da produção. Um dos itens que fazem parte da logística, o sistema de transportes, é totalmente problemático. Temos como principal modal de transporte o rodoviário, com alto custo, que se agrava ainda mais com a falta de estradas com qualidade, estradas não duplicadas, sem boa cobertura asfáltica e sem manutenção preventiva. Muitas estradas do interior do país, principalmente no Norte, Nordeste e Centro Oeste, não são asfaltadas, entre diversos outros problemas. Os modais hidroviário, ferroviário, aeroviário e dutoviário, são bem menos utilizados no país, e esses também contam com estrutura precária para seu funcionamento e são dominados por poucas empresas.

Os municípios onde foram feitas as entrevistas estão no Noroeste e Norte de Minas Gerais, sendo que alguns desses locais são bastante antigos e seus acessos são bem movimentados, com trânsito de carretas, para escoamento da produção agropecuária, trânsito de ônibus interestaduais e intermunicipais, e trânsito de carros comuns. Porém, com toda essa demanda, as estradas que fazem as ligações entre as sedes dos municípios não estão asfaltadas, as estradas rurais são menos beneficiadas ainda, esse é um problema muito sério

nessa região de Minas. O problema de mobilidade é expressivo, o que causa aumento do valor do transporte de pessoas e o frete dos produtos.

A maioria dos produtos é transportada das propriedades dos agroextrativistas até o ponto de processamento ou de comercialização pelos compradores, sendo que na maior parte dos casos as cooperativas utilizam carros próprios. Mas os produtos também são transportados por carros dos próprios agroextrativistas, bicicleta, moto, carroça, carro de boi e trator da prefeitura. Alguns também, quando participam de feiras mais distantes, organizam pequenos grupos e alugam um carro para levar até o local da feira ou evento.

Mesmo com todos os problemas vividos pelos agroextrativistas, 68,4% afirmaram que a distância não prejudica a qualidade dos produtos, mas uma importante fatia dos entrevistados (31,6%) consideram que as estradas estragam muito os produtos, principalmente as frutas. Durante as entrevistas, eles afirmaram que se os produtos estiverem bem acondicionados, mesmo com as péssimas condições das estradas, é possível que cheguem ao destino ainda em bom estado para serem consumidos.

Outro fator logístico levantado na pesquisa foi a armazenagem. Um item que é importantíssimo quando se trata da movimentação de produtos, quando a armazenagem não é feita em local e condições corretas, pode haver grandes perdas de produtos. Em relação a essa pesquisa, a situação é bastante complexa, pois se trata de produtos *in natura* facilmente perecíveis e que estão longe da indústria, no caso da cooperativa, para serem processados. Os produtos são armazenados em várias etapas: 1) quando são colhidos ou coletados, devem ser acondicionados numa embalagem/caixa adequada, 2) quando chegam à casa do agroextrativista, ou ao local onde este vai ficar esperando o transporte do comprador devem ser selecionados e novamente conduzidos ao local adequado. Com a instalação da energia elétrica nas localidades, os entrevistados compraram freezers e as frutas chegam em perfeitas condições até as cooperativas, e 3) das casas dos agroextrativistas até a cooperativa.

Os entrevistados disseram que os produtos podem estragar rapidamente se não forem acondicionados corretamente. É o caso do baru se ficar exposto à umidade, pode apodrecer pela ação de fungos. A expressão dita pelos agroextrativistas é que o baru fica “ardido”, então as castanhas são guardadas em garrafas pet, o que minimiza a ação do clima sobre os produtos. As frutas também têm suas peculiaridades para que tenham maior durabilidade. O

umbu não pode ser colhido maduro, pois quando ele está dessa forma pode explodir durante o transporte e chegar até o destino danificado. A cagaita só pode ser colhida ainda quando está na árvore, as que caem no chão são impróprias para o consumo, ao contrário do baru, que só pode ser colhido após cair no chão, porque só os que caem no chão estão verdadeiramente maduros. Todas as frutas, tanto as coletadas quanto as cultivadas, são congeladas até chegarem às cooperativas. Isso acontece para que se tenha uma quantidade maior e elas tenham suas propriedades organolépticas. Também existe a sabedoria tradicional que segue as estações da lua para poderem colher no dia certo, sendo o caso do buriti, cuja fibra só deve ser colhida em determinada estação, para evitar “caruncho”.

Os agroextrativistas utilizam canais de distribuição formais, mas o canal que todos os entrevistados informaram foi a cooperativa, lembrando que o canal é geralmente uma instituição formal. É interessante saber que os entrevistados só tem contato comercial com um único tipo de instituição, que são as cooperativas, até mesmo os produtores de leite vendem para este tipo de organização. Mais da metade dos entrevistados vende seus produtos do extrativismo somente para a cooperativa. Com isso, temos a configuração de um monopólio, situação em que há somente um comprador para determinados produtos. Essa configuração de mercado não é demonstrada aqui como um caso de domínio opressor no mercado. As cooperativas foram criadas justamente porque não existia nenhum tipo de comprador formal para os produtos disponíveis na região. Esses produtos eram desprezados e não havia aproveitamento dos mesmos, então o mercado foi criado pelas cooperativas. A questão levantada é que caso ocorra algum problema em relação ao funcionamento da cooperativa, os agroextrativistas ficarão desamparados, pois, novamente, não terão outro comprador. Então o intermediário que eles têm são as cooperativas, elas compram, beneficiam e embalam os produtos para repassarem a outros intermediários ou ao consumidor final.

Um canal interessante para os agroextrativistas são os programas governamentais de aquisição de alimentos, PAA e PNAE. Caso o produtor queira, pode vender diretamente para o governo, basta comprovação da atividade. Entretanto, foram identificados dois entraves expressivos, o primeiro é que o agroextrativista não consegue ter oferta estável do produto durante todo o ano, tanto em qualidade quanto em quantidade, e o segundo é que os produtos do extrativismo ficam de fora, pois não são aceitos, nem mesmo encomendados pelas pessoas que elaboram a lista das compras.

Outro fator importante é a ausência de contratos formais por algumas cooperativas, pois existe a compra, ou a transferência de propriedade dos cooperados para as cooperativas, mas eles não têm nenhum contrato firmado com as mesmas. É uma transação praticamente via mercado, porém um mercado restrito com a preferência para os cooperados, mas também, caso seja necessário, a cooperativa busca os produtos de outros agricultores familiares que não são cooperados, mas que podem ofertar.

Além do canal de distribuição, que são as cooperativas, foram identificados circuitos de comercialização utilizados pelos entrevistados (tabela 9). Eles veem a cooperativa como uma espécie de “porto seguro”. Mais da metade só vende para a cooperativa, mas quase um terço dos entrevistados cooperados vende para a cooperativa e para outras pessoas, sendo que estas vendas são diretamente para o consumidor final, que são vizinhos, conhecidos, pessoas que fazem encomendas, ou também para atravessadores. Os atravessadores só foram identificados para um produto, o baru, o preço pago pelos atravessadores no produto é aproximadamente 23% mais caro que o oferecido pelas cooperativas, então essa diferença faz os agroextrativistas optarem pelos atravessadores nesse caso. Os atravessadores compram o baru nas próprias propriedades dos entrevistados e fazem o transporte em carro próprio. O baru é repassado para feirantes e outros compradores não identificados, principalmente no Distrito Federal. Alguns compram o baru torrado e outros compram a castanha ainda crua e depois há o beneficiamento, o baru torrado é encontrado em feiras e lojas do DF por R\$40 o quilo ou mais, sendo comprado por R\$13 pelas cooperativas, ou R\$16 pelos atravessadores, ou seja, o preço ao consumidor final atualmente chega a ser praticamente o triplo do valor recebido pelos agroextrativistas.

Tabela 9 – Principais compradores de produtos dos agroextrativistas

Para cooperativas	52.6%
Cooperativa e outras pessoas.	26.3%
Outras pessoas.	21.1%

Fonte: Elaborada pela autora.

Quando indagados se estavam satisfeitos com os preços dos produtos comercializados os agroextrativistas, 57,9% afirmaram estarem insatisfeitos com o valor. Eles disseram que os preços recebidos estão estagnados há mais de dois anos, enquanto que o salário mínimo já aumentou e todas as mercadorias compradas por eles tiveram aumento. Isso demonstra a causa de alguns agroextrativistas buscarem outros compradores informais. A justificativa das cooperativas para a manutenção dos preços é a de que elas têm uma estrutura física para manter, com funcionários e equipamentos, e todos os encargos tributários que são devidos ao governo, uma vez que este não faz diferenciação de organizações familiares de empresas comuns. Dessa forma, os gastos são muito altos, diferentemente daqueles dos atravessadores, que não possuem empresas formais e não precisam ter funcionários, não existindo, portanto, custos fixos altos para eles. Por outro lado, as cooperativas tentam suprir a questão financeira com a presença efetiva de assistência técnica, elaboração de projetos de produção agropecuária e o transporte dos produtos, fazendo com que os cooperados não contemplem estes gastos. Porém, 42,1% dos produtores disseram estar muito satisfeitos com os preços recebidos, principalmente pelos frutos do Cerrado, que segundo eles não existe gasto nenhum na coleta, eles não gastam com adubo e nem precisam cuidar das plantas para obterem os frutos, só coletam e comercializam e tem lucro com esses produtos, enquanto que para os projetos de fruticultura são fornecidas as mudas e o material de irrigação sem nenhum custo, sendo exigido que eles cuidem da plantação e entreguem os produtos na cooperativa.

Os entrevistados não participam individualmente, exceto um que participa do PAA, de nenhuma política pública de aquisição de alimentos. Durante a pesquisa houve a participação da pesquisadora numa reunião com representantes do PNAE em Chapada Gaúcha, a reunião era para saber como estava funcionando as compras e quais eram as principais dificuldades encontradas. Estavam presentes representantes da prefeitura, diretores das escolas municipais e estaduais, representantes da cooperativa agroextrativista local e diversos agricultores familiares, tanto cooperados quando os que não são.

As principais queixas por parte dos agricultores eram de que eles não conseguiam vender individualmente para as escolas, eles tinham que vender para a cooperativa, e esta repassava os produtos para as escolas. A situação apresentada por parte dos representantes das escolas era a oferta irregular de produtos pela cooperativa, o que fazia com que eles tivessem que buscar em outros mercados. E o maior problema identificado pelas cooperativas era a

oferta irregular dos produtores, uma vez que eles entregavam os frutos de acordo com a safra. Por exemplo, na época da melancia, não disponibilizavam outro fruto, apenas melancia, e assim acontecia com todos os outros tipos de produtos e o que eles achavam mais inaceitável era que as escolas faziam as encomendas dentro do mês, sendo que os cultivos agrícolas precisam de tempo para começar a produzir.

A questão é que mesmo com a cooperativa local, ainda há desorganização dos agricultores familiares. É necessário, ainda, que eles realmente saibam do que se tratam os programas governamentais de aquisição de alimentos, também é necessário planejamento de produção por parte deles e a colaboração das escolas com um planejamento anual de consumo, para facilitar a vida dos produtores e da cooperativa.

Outro fator muito importante é que os entrevistados não conheciam a Política de Garantia de Preços Mínimos de Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio, alguns disseram ter ouvido dizer, mas não sabiam do que se tratava. A Política de Garantia de Preços Mínimos foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 79, de 19 de dezembro de 1966 (BRASIL, 1966), este decreto-lei instituiu normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de funcionamento e aquisição de produtos agropecuários. Já no seu Artigo 1º o texto afirma que a União garantirá os preços dos produtos das atividades agrícolas, pecuárias e extrativa, e a garantia dos preços é exclusivamente para produtores ou suas cooperativas. A PGPM-Bio tem por finalidade pagar, por meio de subvenção, que é o pagamento do bônus que o extrativista recebe ao comprovar que vendeu seus produtos por preço inferior do que o preço mínimo definido pelo Governo Federal. O extrativista deve ter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). São amparados pela PGPM-Bio os seguintes produtos: castanha-do-Brasil com casca, açaí (fruto), babaçu (amêndoa), borracha natural, pequi (fruto), piaçava (fibra), umbu (fruto), mangaba (fruto), baru (fruto), cera de carnaúba e pó cerífero (MDA; MMA; MDS, 2009). Existem áreas amparadas para cada produto, como demonstrado no quadro 3.

Quadro 3 - Produtos participantes da PGPM-Bio

Produto	Unidades da Federação/ Regiões Amparadas
Açaí (Fruto)	Norte, Nordeste e Mato Grosso
Babaçu	Norte, Nordeste e Mato Grosso
Baru (Fruto)	Brasil
Borracha Natural Extrativa	Bioma Amazônico
Castanha do Brasil (Com casca)	Norte e Mato Grosso
Cera de Carnaúba	Nordeste
Mangaba (Fruto)	Nordeste, Sudeste e Centro Oeste
Piaçava (Fibra)	Bahia e Amazonas
Pequi (Fruto)	Norte, Nordeste, Sudeste e Centro Oeste
Pó Cerífero	Nordeste
Umbu (Fruto)	Brasil

Fonte: Conab (S/D)

Dentre os produtos amparados pela PGPM-Bio, somente o baru, a mangaba e o pequi seriam interessantes para os agroextrativistas entrevistados, a única notícia que se tem da subvenção em Minas foi da cooperativa de Chapada Gaúcha, que requereu o bônus para o pequi em 2011 para 17.750 quilos do fruto, o que representou R\$ 2.662,50 para 11 extrativistas (CONAB, S/D).

5.3.5. Produção Agropecuária e Renda

A produção agropecuária dos entrevistados é bastante diversificada, uma característica do agricultor familiar, uma vez que todos os entrevistados tinham pelo menos três produções diferentes além do extrativismo.

As plantações mais comuns como milho, feijão, cana de açúcar, mandioca e arroz, foram bastante citadas. Estes produtos são a base da alimentação dos entrevistados. O milho, além de participar da alimentação humana, também pode ser utilizado como ração animal. O arroz é o que menos se produz, ele é uma cultura mais delicada de se manter num clima de Cerrado e mais seco como é o da região estudada, por isso esse é um item ainda plantado, mas somente para autoconsumo e outros produtos são vendidos para comprar este alimento. O feijão é um dos produtos mais citados, ele é um item básico da alimentação e por ter diversas variedades é mais facilmente adaptado ao local, ele, assim como arroz, sempre está na mesa dos agroextrativistas, e pode ser plantado consorciado com o milho em pequenas lavouras, o que facilita a manutenção da plantação, também pode ser armazenado durante todo o ano e ter a semente aproveitada e trocada entre os produtores. A mandioca é um caso particular, uma vez que ela pode ser consumida apenas cozida ou transformada em muitos subprodutos, como polvilho e farinha de diversos tipos e granulagens. Como estes produtos são bastante consumidos na região, os produtores acabam tendo pequenas agroindústrias artesanais em suas propriedades, com isso agregam valor aos seus produtos. Aumentam suas rendas e não precisam comprar no mercado esses mesmos produtos. Por fim, a cana de açúcar é um item bastante cultivado, pois pode ser consumida na alimentação humana e animal, e assim como a mandioca, pode ser transformada artesanalmente, tomando a forma de rapadura, açúcar mascavo, entre outros.

Mas o fator mais importante a ser comentado é a produção de frutas pelos entrevistados. A fruticultura foi uma das cadeias produtivas incentivadas pelo programa implementado pela Fundação Banco do Brasil. Quando questionados quais são as principais espécies produzidas, as frutas foram os que mais surpreenderam, com destaque para a acerola, goiaba, manga, maracujá e abacaxi. Essas frutas são comercializadas junto às cooperativas, onde são transformadas em polpa para suco e comercializadas, principalmente, para as

escolas, via PNAE. A manga é uma espécie bem comum nas propriedades visitadas, que possuem muitas mangueiras antigas, que agora tem seus frutos aproveitados para fabricação de polpa. Já a acerola, a goiaba, o maracujá e o abacaxi tiveram suas produções estimuladas pela Cooperativa A, assim são montados projetos e, quando necessário, são feitos projetos de irrigação. Esses plantios direcionados são monitorados sempre pela assistência da organização, e as mudas são doadas pela cooperativa, assim como o equipamento de irrigação.

A produção pecuária, assim como a agrícola, também é diversificada. As principais criações são as de gado de corte e leiteiro, galinhas, porcos e abelhas. O gado de corte é bastante presente nas propriedades, sendo uma reserva de dinheiro que o agricultor familiar muitas vezes tem. O gado de corte é de fácil venda, quando precisam de uma quantidade maior de dinheiro, muitas vezes é utilizado o rebanho. O gado leiteiro também foi bastante citado, o leite é importante para a alimentação e para a renda dos agroextrativistas. Dele é tirada parte para consumo, para fabricação de queijo, que é um produto com valor agregado, que também é consumido e vendido, e alguns entregam o produto em cooperativas de leite, o que também faz com que tenham maior dinamismo na renda. Galinhas e porcos são animais básicos para o agricultor familiar. Existe a galinha caipira, alimento tradicional das cozinhas interioranas do Brasil, e também o porco caipira, um produto bastante apreciado. As abelhas são um caso a parte. Elas produzem mel de alta qualidade e fazem parte dos projetos implantados na região. As caixas de abelhas foram doadas e os produtores tiveram capacitação para lidar com essa produção. É importante citar que a primeira estrutura da Cooperativa A foi uma casa de mel. Esse produto da cooperativa é muito procurado no mercado, uma vez que as embalagens têm informações nutricionais e o produto é muito bem aceito.

Além dos animais com fins alimentícios, um animal que ainda é bastante utilizado na região estudada é o cavalo, animal de tração, que facilita a vida e o transporte dos produtos dos agroextrativistas. Eles são necessários principalmente no transporte dos locais de coleta até as propriedades dos entrevistados. A maioria dos agroextrativistas não possui carro nem moto, então o animal para monta ou em carroças ainda é muito presente na vida dos entrevistados.

Devido à implementação dos projetos de fruticultura nas propriedades e a demanda de frutas para fabricação de polpas para a merenda escolar, as frutas, atualmente, são a principal fonte de renda dos entrevistados. Como apresentado na tabela 10, 33,9% dos entrevistados afirmaram que a maior parte da sua renda é proveniente da fruticultura, lembrando que essas frutas são direcionadas para as cooperativas. Em segundo lugar está a produção de leite e derivados, que já era uma cultura na região. O leite é vendido para as cooperativas e o queijo é comercializado nas cidades próximas ou nas redondezas das propriedades. A mandioca e seus derivados e o mel, assim como os licores, geleias e conservas, são produtos com valor agregado, e representam parte significativa da renda dos entrevistados, o que também é importante, pois o agroextrativista beneficia os produtos que ele planta e coleta, e assim consegue ter aumento de mão de obra e de renda sem necessitar sair da sua propriedade.

Outros produtos citados como importantes para a renda dos entrevistados foram as hortaliças, que são consumidas e comercializadas nas cidades próximas, além do baru, do frango e do milho.

Tabela 10 – Principais itens agropecuários da renda dos agroextrativistas

Frutas	33.9%
Leite e Derivados	12.5%
Mandioca e Derivados	12.5%
Mel	12.5%
Licores, Geleias e Conservas	10.7%
Outros	17.9 %

Fonte: Elaborada pela autora.

Os agroextrativistas trabalham com produto *in natura* e processados. 73,6% dos produtos são entregues principalmente *in natura*. Grande parte das frutas e dos frutos do Cerrado é congelada. Durante as entrevistas foi comentada com bastante alegria a presença de freezers nas propriedades rurais, sendo que isso só foi possível depois da instalação de energia

elétrica nas áreas rurais. Muitos dos que não têm freezer utilizam o equipamento do vizinho, o que facilita na preservação das propriedades organolépticas e nutricionais dos produtos, além de favorecer as cooperativas, que terão frutos com maior quantidade e qualidade para fazer o transporte até a sua sede da cooperativa, com economia de tempo, de escala e de combustível. Os produtos processados (26,4%), principalmente rapadura e farinha, também são produtos com valor agregado. A farinha de mandioca teve um aumento expressivo de preço no ano de 2013, alterando o mercado do produto em todo o Brasil.

5.3.6. Os Principais Produtos Coletados no Cerrado

Os frutos coletados no Cerrado são bem diversificados, porém, alguns têm quantidades mais expressivas, devido à demanda do comércio. Os entrevistados eram originalmente agricultores e depois passaram a ser extrativistas, se tornando, então, agroextrativistas. O extrativismo entre eles não era comercial e não podia ser caracterizado como atividade, já que era feito aleatoriamente e em pouca quantidade, para autoconsumo. Várias pessoas nas localidades visitadas não gostam dos frutos do Cerrado, acham o sabor exótico ou não têm o costume de consumi-los, mesmo que muitos dos frutos sejam abundantes na região. Por isso a destinação dos produtos são outros mercados, sendo o Distrito Federal um importante polo de consumo.

A maior parte dos entrevistados coleta em suas propriedades e em propriedades de terceiros conforme apresentado na tabela 11. A região ainda tem muitas áreas sem desmatamento, havendo disponibilidade de espécies que podem ser aproveitadas, porém, segundo o relato dos agroextrativistas, antes era muito mais abundante a presença das espécies coletadas, mas depois da chegada dos grandes produtores houve desmatamento de grandes áreas para o plantio de grãos e criação extensiva de gado.

A coleta em propriedades de terceiros não é um problema. Quando questionados sobre a presença de conflitos em relação ao extrativismo, todos foram categóricos em dizer que não há impedimentos, mas que tomam o cuidado de falar com o dono ou responsável da fazenda para pedir autorização para coleta. Com isso, é possível que pessoas que não possuem terras

próprias pratiquem a atividade e ainda obtenham lucro, sendo o caso de um extrativista de baru, que não tem propriedade, apenas uma casa comum e coleta baru em grandes propriedades e consegue obter renda importante. Nos assentamentos de reforma agrária também existem reservas que são utilizadas para a atividade extrativista, sendo possível o assentado de um assentamento coletar frutos em reservas de outro assentamento.

Tabela 11– Local de coleta de frutos do Cerrado

Coleta na própria propriedade e em propriedades de terceiros	57.9%
Coleta somente na própria propriedade	21.1%
Coleta em outras propriedades	10.5%
Coleta na propriedade de terceiros e na reserva do assentamento	10.5%

Fonte: Elaborada pela autora.

Os agroextrativistas coletam principalmente para a venda e uma grande parte não consome os produtos. 31,6% não consomem o que coletam, somente os produtos cultivados. Os que consomem, que são 68,4%, só tiram uma pequena parte do montante coletado. Por não terem contato com os frutos do Cerrado, muitos agricultores se tornaram extrativistas somente após a criação da cooperativa, quando passaram a conhecer o valor nutricional e de mercado desses produtos. Os produtos cultivados, como feijão, milho, leite, frango, entre outros, já fazem parte da base alimentar dos entrevistados, sendo para eles mais difícil vendê-los. A produção de frutas é similar à de frutos do Cerrado, uma vez que elas são cultivadas e direcionadas para as cooperativas. Como não precisam comprar parte dos alimentos consumidos, o dinheiro obtido com a venda para a cooperativa pode ser investido na melhoria das residências, tanto na parte estrutural quanto na compra de móveis e eletrodomésticos, e principalmente freezers, para terem maior disponibilidade de produtos.

A variedade de frutos coletados é muito grande. Foram citados 15 tipos de espécies diferentes de frutos do Cerrado que são coletados pelos entrevistados, conforme descrito na tabela 12.

Tabela 12 – Frutos do Cerrado coletados pelos agroextrativistas entrevistados

	Frutos do Cerrado	Nome Científico	Porcentagem de Agroextrativistas que Coletam o Fruto
1	Baru	<i>Dypterix alata</i> Vog.	25.5%
2	Cagaita	<i>Eugenia dysenterica</i>	10.9%
3	Pequi	<i>Caryocar brasiliense</i>	10.9%
4	Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i>	9.1%
5	Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	7.3%
6	Jaboticaba	<i>Plinia jaboticaba</i>	7.3%
7	Araçá	<i>Psidium cattleyanum</i> Sabine e a <i>Psidium guineense</i> Swartz	5.5%
8	Jatobá	<i>Hymenaea stignocarpa</i> Mart. Ex Hayne	5.5%
9	Coquinho Azedo	<i>Butia capitata</i> (Mart.) Becc	3.6%
10	Favela	<i>Dimorphandra mollis</i> e <i>Dimorphandra gardneriana</i>	3.6%
11	Jenipapo	<i>Genipa americana</i>	3.6%
12	Cajuzinho do Campo	<i>Anacardium humile</i>	1.8%
13	Coco Indaiá	<i>Attalea dúbia</i>	1.8%
14	Murici	<i>Byrsonima crassifolia</i>	1.8%
15	Umbu	<i>Spondias tuberosa</i> Arruda	1.8%

Fonte: Elaborada pela autora.

A seguir serão apresentados os principais frutos mencionados pelos agroextrativistas, bem como seus canais de distribuição. O jenipapo, o cajuzinho-do-campo, o coco-indaiá e o murici não constam na lista por serem frutos que são coletados apenas para autoconsumo e que não foram indicados como significativos pelos agroextrativistas.

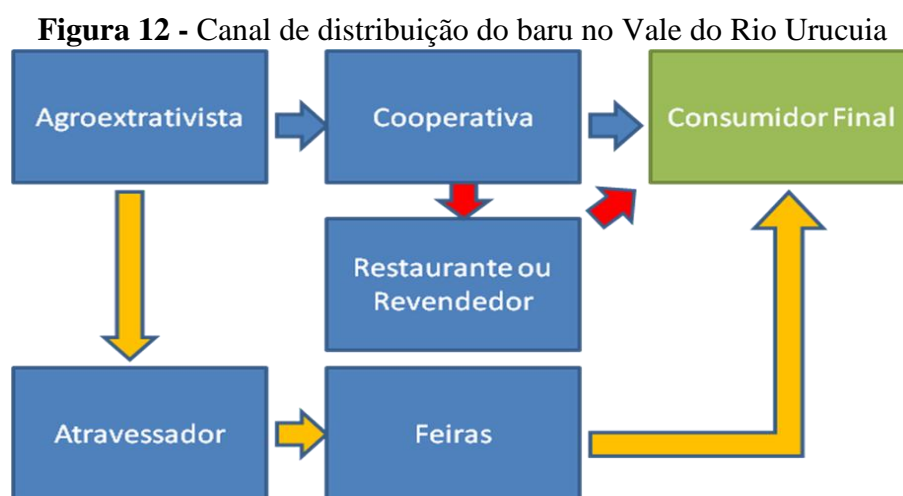
Os canais de distribuição que serão esquematizados a seguir têm seus pontos de partida os agroextrativistas, eles são o primeiro nível do canal. No caso dos frutos do Cerrado identificados no Vale do Rio Urucuia, os canais de distribuição, em sua maioria, são longos. Isso acontece devido à necessidade de um intermediário para conseguir maior quantidade e variedade de produtos para atender diversos clientes. A utilização de circuitos curtos de distribuição deve ser priorizada, para que haja a valorização dos produtos localmente e o desenvolvimento nas cidades em que há produção. Porém é necessário maior quantidade de produtos e qualidade, para garantir a disponibilidade e compradores, e, também, conhecimento de mercado por parte dos agroextrativistas. Essa situação ainda não ocorre entre os entrevistados, reforçando, assim, a presença das cooperativas, que são intermediários, mas são organizações constituídas pelos próprios agroextrativistas.

Alguns frutos têm maior importância e participação para as populações, nesta parte do trabalho demonstram-se as principais informações sobre a espécie, suas propriedades e utilizações. Existem frutos que, como o pequi e o buriti, por serem mais utilizados e conhecidos, têm mais estudos e informações, e formam canais de distribuição diferenciados. Os frutos estão listados em ordem alfabética com seus nomes populares e científicos, e seus principais usos.

Araçá: planta da família das mirtáceas, que é uma das maiores famílias botânicas que existe, do gênero *Psidium*, que agrupa 100 espécies diferentes. As espécies de araçá de maior interesse são as *Psidium cattleianum* Sabine e a *Psidium guineense* Swartz. O araçá é parente próximo da goiaba (*Psidium guajava* L.). Sua distribuição natural é neotropical, do sul do México até o meio da Argentina. Tem grande ocorrência no Cerrado, com representantes de diferentes espécies. Os frutos são consumidos *in natura* e também em forma de doces e geleias e também é alimento para diversos animais e tem potencial para paisagismo, por ter uma bela folhagem. Nos últimos anos muitas pesquisas estão demonstrando as propriedades farmacológicas da planta, fazendo com que a indústria farmacêutica tenha maior interesse sobre o araçá (FRAZON *et al.*, 2009).

Baru: é o nome mais conhecido em Goiás, Tocantins, Minas Gerais e Distrito Federal, mas o nome popular muda dependendo do local. Em São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul é chamado de cumaru ou cumbaru. Seu nome científico é *Dypterix alata* Vog., pertence à

família *Leguminosae*, e está presente por todo o bioma Cerrado (SANO; RIBEIRO; BRITO, 2004). De acordo com Sano, Ribeiro e Brito (2004), é uma espécie nativa que é usada como fonte de renda por diversas populações. O baru é uma alternativa para a alimentação em tempo de seca no Cerrado, pois é um dos únicos frutos que possui polpa carnososa nesta época, sendo consumido por humanos e animais como primatas, arara-azul, cotia, gado bovino, cupins, formigas e pequenos besouros (SANO; RIBEIRO; BRITO, 2004). Possui diversos usos, como alimento, a polpa e a amêndoa podem ser consumidas, sendo que esta última pode tomar diversas formas culinárias como torrada, pé de moleque, paçoca, rapadurinhas, paçoquinhas, barra de cereais, bolo, farinha da amêndoa, óleo, panetone, bombons e bebidas alcoólicas, baruzeto e licor; uso forrageiro, abrigo para animais à pasto e alimento altamente nutritivo; uso madeireiro, com alta durabilidade e elevada resistência ao apodrecimento; uso medicinal; industrial, no processamento de alimentos; e na recuperação de áreas degradadas. O baruzeiro já pode ser multiplicado através de mudas, e assim pode ser utilizado para reflorestamento (SANO; RIBEIRO; BRITO, 2004). Dentre os frutos do Cerrado pesquisados, o baru é o que tem o maior número de atravessadores, isso se dá pelo valor elevado da sua castanha nos mercados consumidores, assim como pode ser observado na figura 12. Além do canal de distribuição formal, que é o da cooperativa, existe outro circuito de comercialização, onde estão representados os atravessadores.



Fonte: Elaborado pela autora.

Buriti: é o mais comum da planta, mas possui muitos nomes. Também é conhecido como miriti, muriti, palmeira do brejo, moriche, carangucha e aguaje. Seu nome científico é *Mauritia flexuosa*, sendo uma palmeira que pode chegar a até 40 metros de altura. Pode ser encontrado na Amazônia, Cerrado (exceto sul de São Paulo) e Pantanal (SAMPAIO, 2011). Os primeiros frutos do buriti são produzidos quando a planta tem de 8 a 10 anos, mas também pode começar a produzir com mais tempo devido ao clima e ambiente onde a planta está inserida. Os cachos do buriti são pesados, o que dificulta sua coleta. Além disso, as palmeiras ficam localizadas em brejos, com solos argilosos e encharcados, o que dificulta a locomoção dos extrativistas. Os buritis maduros não caem de uma só vez, começam a cair em outubro, quando se iniciam as chuvas e continuam caindo aos poucos, até o final do mês de fevereiro (DIAS; LAUREANO, 2009). É necessário ter cuidado na quantidade coletada dos frutos, pois o buriti serve de alimento para diversos animais silvestres, como arara, anta, veado, paca, cotia, curica, sabiá, pássaro preto, galinha d'água, pipira, rolinha, juriti, nhambu, seriema, jabuti, cágado, raposa, catitu, guariba, coelho, papagaio, perdiz, jaó, ema, capivara e lontra, também alguns tipos de peixes consomem a polpa do fruto. Da palmeira é possível se obter diversos produtos: das folhas são confeccionados artesanatos, cestos, esteiras, cordas, coberturas de casas, entre outros; dos talos das folhas podem ser fabricados móveis, brinquedos, enfeites, objetos de decoração; o caule pode ser transformado em cercas e parede de casas; e os frutos, que possuem sabor único, podem ser consumidos *in natura* ou processados na forma de doces, óleos, sorvetes, geleias, desidratado, dentre outros produtos (SAMPAIO, 2011). O buriti é um produto que tem um consumo maior entre os agroextrativistas e a população local, sendo consumido, principalmente, na forma de doces e desidratado. Com isso, ele é vendido também diretamente ao consumidor final, como demonstrado na figura 13. Além disso, é repassado à cooperativa, para posterior comercialização.

Figura 13 - Canal de distribuição do buriti no Vale do Rio Urucuia



Fonte: Elaborada pela autora.

Cagaita: nome popular da *Eugenia dysenterica*, fruta típica do Cerrado, que pode frutificar de setembro a outubro (SILVA-JÚNIOR, 2005) ou de outubro a dezembro (ROESLER *et al.*, 2007). Essa planta é uma grande produtora de frutos, porém, mesmo na região onde é nativa, ainda é pouco aproveitada. Do seu fruto podem ser feitos doces, sorvetes, geleias e sucos. Além dos frutos, a planta tem potencial ornamental e madeireiro (SOUZA; NAVES; OLIVEIRA, 2013). Existe um problema em relação ao consumo dos seus frutos maduros que caem no chão e fermentam, pois estes podem ocasionar desequilíbrios intestinais (ROESLER *et al.*, 2007). Esse problema ocasionado pela alta perecibilidade do fruto pode ser um dos motivos do seu baixo consumo e difícil beneficiamento e comercialização na região.

Coquinho Azedo: é uma palmeira que ocorre no Cerrado, especificamente na Bahia, Goiás e Minas Gerais, também conhecida como butiá, coco-cabeçudo e coquinho. Seu nome científico é *Butia capitata* (Mart.) Becc. Tanto sua polpa, que é rica em vitamina A e C, potássio e óleo, quanto sua amêndoa, rica em óleos, proteínas e minerais, são comestíveis (LIMA; SILVA; SCARIOT, 2010). Um fator interessante sobre a planta do coquinho azedo é que ela ajuda a manter o equilíbrio do ecossistema onde se encontra, melhora a qualidade do solo, serve de proteção e abrigo para animais, e seus frutos são alimentos para aves, mamíferos e insetos. Começa a produzir frutos em março, mas só terá frutos maduros de outubro a janeiro. Do coquinho azedo consegue-se aproveitar muita coisa. Ele é utilizado na alimentação dos agroextrativistas, mas também é muito aceito no mercado, podendo ser consumido *in natura* ou em suco, picolés, geleias, licores e sorvetes. A partir da amêndoa são fabricados doces,

pães, biscoitos, canjica e óleos, enquanto que das folhas confecciona-se vassouras, cestos, cordas, coberturas de casas e estofados. De acordo com Lima, Silva e Scariot (2010), o principal problema encontrado pelos agroextrativistas em relação ao coquinho azedo está no transporte deste fruto até as cidades. Com estradas ruins e meios de transportes inadequados, muitos frutos estragam e perdem a qualidade e por isso tem seu preço defasado.

Favela: representa duas espécies de leguminosas, *Dimorphandra mollis* e *Dimorphandra gardneriana*, que possuem muitas semelhanças botânicas, ecológicas e nos usos comerciais e medicinais, por isso são conhecidas pelo mesmo nome. Além de favela, também é conhecida como fava d'anta, faveira, fava de arara e falso barbatimão. Está presente em muitos estados brasileiros como Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Pernambuco e Ceará (FILIZOLA, 2013). Como as plantas das famílias das leguminosas, possui a propriedade de fixar nitrogênio no solo, aumentando a fertilidade do mesmo. Os frutos são consumidos por muitas espécies de animais, como araras, tucanos, veados, cotias, roedores e insetos (FILIZOLA, 2013). A favela é muito importante para a natureza, assim, os agroextrativistas devem ter um manejo extremamente bem feito para a coleta dos frutos, pensando nos diversos impactos que podem ocasionar. As favas da planta são utilizadas na medicina popular desde muito tempo, mas com a descoberta de bioflavanóides, principalmente a rutina, a indústria farmacêutica aumentou consideravelmente a demanda. Paula *et al.* (2007) explicam que a rutina é muito utilizada pela indústria de fármacos e de cosméticos, pois essa substância tem muitas propriedades, como a capacidade de aumentar a absorção de vitamina C pelo organismo humano, previne a ação de radicais livres, auxilia no controle da pressão arterial, tem ação diurética, auxilia no controle de varizes, entre outros. Filizola (2013) lembra que a favela ainda é utilizada na indústria alimentícia como aromatizante, espessante e estabilizante. A favela é comercializada por cooperativas de fora do estado de Minas Gerais. Essas cooperativas primeiramente fazem um levantamento do local e de quem poderá coletar o fruto, então encomendam uma determinada quantidade e após recebimento e pesagem efetuam o pagamento. O canal de distribuição utilizado pelos entrevistados é representado na figura 14. De acordo com os entrevistados, anteriormente, existiam atravessadores para esse produto, porém eles preferem vender para cooperativas porque acham mais seguras e querem fortalecer laços com organizações comunitárias.

Figura 14 - Canal de distribuição da favela no Vale do Rio Urucuia



Fonte: Elaborada pela autora.

Jaboticaba: fruto muito conhecido e apreciado no Brasil, pertencente à família *Myrtaceae*. Possui nove espécies conhecidas, mas a mais disseminada é a *Plinia jaboticaba*, jaboticaba-sabará, que é nativa do Centro, Sul e Sudeste do Brasil, mas pode ser encontrada no Paraguai e na Argentina (CITADIN; DANNER; SASSO, 2010). Segundo Citadin, Danner e Sasso (2010) e Sasso, Citadin e Danner (2010), a jaboticaba pode ser consumida *in natura* ou processada como suco, geleias, sorvetes, bebidas fermentadas, doces, vinagres e licores, e ainda na indústria farmacêutica e na ornamentação.

Jatobá: com nome científico de *Hymenaea stignocarpa* Mart. Ex Hayne, seu nome popular varia de acordo com o estado. Na Bahia é conhecido como jatobá-capão e jatobá-de-casca-fina; no Ceará, como jatobá e jatobá-de-casca-fina; em Mato Grosso, como jatobá-açú; em Mato Grosso do Sul, como jatobá e jatobeiro; em Minas Gerais, como jatobá e jatobá-do-campo; no Piauí, como jataí-do-Piauí, jatobá-de-casca-fina, jatobá-de-vaqueiro e jatobaí; e em São Paulo, como jatobá-do-Cerrado (CARVALHO, P.E.R., 2007). Está presente naturalmente na Bolívia e no Brasil, sendo neste último nos estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e São Paulo. O jatobá produz frutos em forma de vagens arredondadas, de cor marrom escura e sementes envoltas por uma polpa amarelada, farinácea, adocicada, comestível, com sabor e aroma característicos. Esta polpa pode ser consumida *in natura* ou no formato de farinha para produção de bolos, pães, biscoitos, mingaus, entre outros (SILVA *et al.*, 2001). Os agroextrativistas entrevistados que trabalham com jatobá somente o coletam quando há uma encomenda, vendendo diretamente para o consumidor final (figura 15). Assim, o canal de distribuição do jatobá, na região estudada, não possui intermediários.

Figura 15 - Canal de distribuição do jatobá no Vale do Rio Urucuia



Fonte: Elaborada pela autora.

Mangaba: nativa do Brasil, é encontrada no Cerrado, Caatinga e Tabuleiros Costeiros. É da família das apocináceas e forma um arbusto de médio porte, com 2 a 10 metros de altura. Seu nome científico é *Hancornia speciosa* Gomes. O nome mangaba tem origem na língua tupi-guarani e significa “coisa boa de comer” (VIEIRA NETO *et al.*, 2002). A floração e a frutificação da mangabeira variam conforme a época do ano, de um ano para o outro, entre mangabeiras de locais diferentes e entre árvores do mesmo local. Seus frutos são bem aceitos pelo mercado, podendo ser consumidos *in natura* ou como polpas, geleias, sorvetes, sucos, doces, bolos, biscoitos e licores (LIMA; SCARIOT, 2010). Além dos frutos também é aproveitado o leite, que é utilizado no tratamento de tuberculose e de úlceras, além da produção de borracha; das folhas é feito chá para combater cólicas menstruais; e a casca é utilizada contra doenças da pele e como estimulante de funções hepáticas.

Pequi: o pequi é um dos frutos mais conhecidos do Cerrado, devido ao seu cheiro e sabor característicos, existindo uma relação de “amor ou repulsa” por esse alimento. O nome científico do pequizeiro é *Caryocar brasiliense*. Pequi ou piqui é uma palavra da língua indígena Tupi, onde “py” significa pele e “qui” espinhos, caracterizando seu caroço que tem espinhos em seu interior (OLIVEIRA; SCARIOT, 2010). Este fruto também tem outros nomes, sendo eles piquiá-bravo, amêndoa-de-espinho, grão-de-cavalo, pequiá, pequiá-pedra, pequerim, suari e piquiá (CARRAZZA; ÁVILA, 2010). As diferenças de temperatura, umidade e período de chuvas fazem com que a época de floração e frutificação do pequi varie entre as regiões produtoras. De acordo com Carrazza e Ávila (2010), o pequi faz parte da cultura alimentar de muitas regiões, havendo receitas tradicionais como o arroz com pequi, galinhada, doces, licores, sorvetes, entre outros. Entretanto, a coleta indiscriminada, sem controle de quantidade e manejo inadequado, afeta a produtividade e a diversidade dos pequizeiros, e ainda prejudica a vida de insetos (formigas, besouros, cupins, etc.) e de animais

maiores (araras, morcegos, gaviões, emas, siriemas, pacas, veados, cotias, gralhas, etc.) e outras espécies vegetais que interagem com a planta, trazendo desequilíbrio ambiental (CARRAZZA; ÁVILA, 2010). A obtenção do pequi é praticamente toda advinda do extrativismo, existindo poucos cultivos comerciais. Quando está no período de colheita, muitas pessoas coletam e vendem o fruto, principalmente, *in natura*, mas também há o processamento e a comercialização da polpa e do óleo de pequi (OLIVEIRA; SCARIOT, 2010). O pequi é comercializado pelas cooperativas e também por meio de atravessadores, conforme descrito na figura 16. Os extrativistas não conseguem vender o pequi diretamente para o consumidor final porque não possuem meios de transportes que consigam levar os frutos até os centros consumidores. Esses frutos são muito pesados e volumosos, por isso precisam ser transportados em caminhonetes ou em caminhões.

Figura 16 - Canal de distribuição do pequi no Vale do Rio Urucuia



Fonte: Elaborada pela autora.

Umbú: com o nome científico de *Spondias tuberosa* Arruda, o umbú é originário do semiárido do Nordeste brasileiro, podendo ser encontrado no norte de Minas Gerais e em praticamente todos os estados da região Nordeste, exceto no Maranhão. É uma planta muito resistente a períodos de seca com mecanismos de sobrevivência, como a perda de folhas para preservar água e energia. Possui túberas que conservam água em suas raízes, que muitas vezes são consumidas por pessoas que estão em busca de água no sertão. Seu principal produto é o seu fruto, que geralmente é consumido *in natura*, mas quando processado pode adquirir as mais diversas formas, como: a polpa congelada, que é utilizada nacionalmente para produção

de sucos, gelatina, licores, suco engarrafado, doces, geleias, vinho, vinagre, conservas, concentrado para sorvete e passa (fruto seco ao sol). É uma planta que já possui tecnologia para produção de mudas, por isso já podem ser encontrados plantios comerciais (PEREIRA *et al.*, 2003). Na cooperativa pesquisada é vendida como polpa congelada.

Alguns frutos do Cerrado mantêm os mesmos canais de distribuição, não possuindo muita procura na região estudada. Até mesmo os agroextrativistas afirmaram que não consomem muito, outros nem consomem esses frutos, que são coletados exclusivamente para serem repassados às cooperativas. Esses frutos são o araçá, a cagaita, o coquinho-azedo, a jabuticaba, a mangaba e o umbu. O canal de distribuição que esses produtos percorrem está esquematizado na figura 17, demonstrando que para chegar ao consumidor final, eles sempre passam pelas cooperativas.

Figura 17 – Representação genérica dos canais de distribuição do araçá, cagaita, coquinho-azedo, jabuticaba, mangaba e umbu no Vale do Rio Urucuia



Fonte: Elaborada pela autora.

Os frutos do Cerrado estão passando por um processo de valorização nos últimos anos. O Cerrado está sendo mais lembrado como um bioma com extrema importância para a manutenção da dinâmica dos outros biomas brasileiros, inclusive o da Amazônia. No Cerrado nascem as principais bacias hidrográficas do país, porém mesmo assim ele sempre foi utilizado somente para exploração agropecuária. Porém com o aprofundamento dos estudos ambientais, percebeu-se que a sua destruição está se agravando nos últimos anos e afetando a vida de diversos seres vivos, com isso a sua preservação está sendo incentivada, junto a isso,

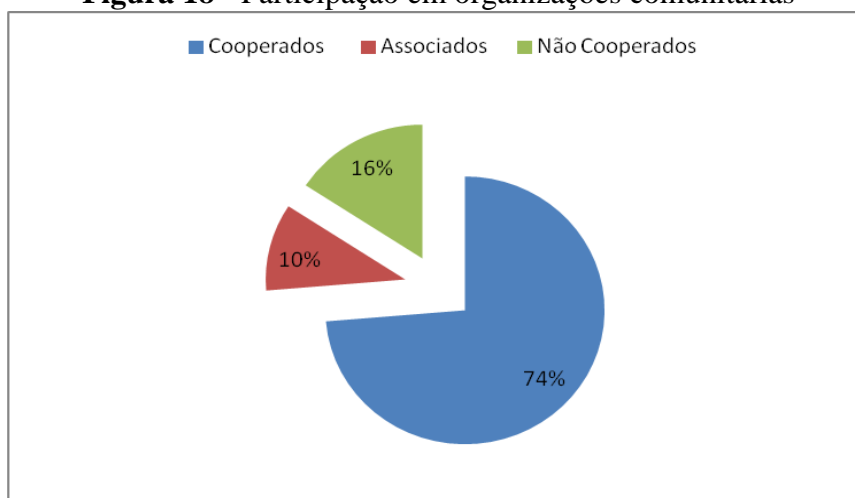
programas de televisão têm demonstrado a riqueza dos frutos do Cerrado, fazendo com que a grande massa conheça e dê valor aos produtos advindos desse bioma.

Foi possível observar na pesquisa de campo e nos estudos sobre os frutos que são coletados que, como Homma (2012) já havia previsto, a maioria deles já pode ser cultivada em plantios racionais. Alguns ainda não são muito disseminados, como é o caso do pequi, devido à demora do início da sua produção, outros, como a mangaba e o umbu, já podem ser encontrados até mesmo na forma de monocultivos.

5.4. Sistema de Governança nos Canais de Distribuição

Nesta sessão analisaremos como estão organizados os canais de distribuição que envolvem a cooperativa e também a organização dos circuitos ou os meios de comercialização utilizados pelos agroextrativistas. Dos 19 agroextrativistas entrevistados, cinco não eram cooperados em nenhuma organização, mas desses, dois participavam de uma associação comunitária representando 10% como demonstrado na figura 18. Porém todos os agroextrativistas, quando questionados sobre a importância da participação na cooperativa, afirmaram que é importante para a venda dos produtos.

Figura 18 - Participação em organizações comunitárias



Fonte: Elaborado pela autora

Entre as pessoas entrevistadas, 10% participam de uma associação comunitária de mulheres de um assentamento de reforma agrária. Essa associação foi criada com o intuito de melhorar a comercialização dos produtos fabricados pelas famílias do assentamento. Essas mulheres entrevistadas comercializam com pelo menos duas cooperativas, participando de um canal de distribuição organizado via mercado. Elas vendem frutas e frutos do Cerrado para a Cooperativa A, mas não são cooperados da mesma e não possuem contratos firmados. Quando há a disponibilidade de produtos elas entram em contato com a organização para saber se é possível efetuar a venda, e sendo possível, a cooperativa busca os produtos.

Além disso, essa associação comercializa favela, ou fava d'anta, essa venda é feita da seguinte forma, um representante de uma cooperativa de Goiânia vem até a região de ocorrência da espécie e verifica se existem pessoas dispostas a coletar o produto, no caso os associados, então eles encomendam uma quantidade, também sem a presença de contrato formal, apenas uma combinação informal de compra, depois do prazo definido é enviada uma carreta para o transporte do produto, que é enviado seco e ensacado, após a chegada ao local de pesagem é verificada a qualidade do produto, é efetuado o pagamento, que é rateado conforme a quantidade entregue por cada associado. Podemos afirmar que neste caso há uma governança via mercado, pois o único mecanismo utilizado é o de preços, mas mesmo assim existe uma confiança muito grande por parte dos agroextrativistas, já que os mesmos entregam os produtos, no caso na cooperativa de Goiânia sem a previsão do pagamento. Essa cooperativa de Goiânia também funciona como um membro do canal de distribuição da favela, uma vez que este produto é repassado para laboratórios da indústria farmacêutica.

No único caso de extrativista encontrado não há participação em cooperativa, segundo o entrevistado porque não confia neste tipo de organização, mesmo sabendo da sua importância. Ele só vende para atravessadores porque estes pagam preços mais altos e ele não precisa ficar vinculado a nenhum deles. A partir das entrevistas foi possível afirmar que os agroextrativistas que não são cooperados estão sob a governança via mercado. Eles podem receber preços mais altos pelos seus produtos, mas não há garantia de venda.

Quanto aos entrevistados que são cooperados, a governança também é diversificada. Existem cooperados que não têm nenhum contrato formal quanto aos produtos que serão

entregues na cooperativa, e em outros casos existem contratos anuais de entrega de produtos. No caso das frutas cultivadas e da maioria dos frutos do Cerrado, não existem outros compradores, sendo as cooperativas o único meio de comercialização dos agroextrativistas. Alguns frutos possuem um limite de recebimento, uma espécie de cota, ou seja, a cooperativa recebe o produto dentro de um limite pré-estabelecido.

Na Cooperativa A existe a governança via contratos. Os cooperados assinam contratos de entrega de produtos, no contrato existe a definição de quais produtos serão entregues e qual a quantidade será entregue anualmente. Os contratos servem, de acordo com os dirigentes da organização, para que haja uma programação da parte da produção e da área financeira da cooperativa. Isso se caracteriza como uma governança via contrato, uma forma híbrida de organização, ela está entre a governança via mercado e a hierárquica, onde a organização internaliza todos, ou parte, das ações da distribuição dos produtos.

A Cooperativa A também se utiliza dos mercados para obter seus produtos, dependendo da demanda é preciso comprar produtos de agroextrativistas que não são cooperados.

Já a Cooperativa B não faz nenhum tipo de contrato com seus cooperados. A organização repassa os produtos de acordo com o que vai sendo requerido, principalmente para as escolas. Isso é um risco, porque não se tem a certeza dos produtos e da quantidade disponível dos mesmos. A governança é híbrida, pois não há contratos firmados com os cooperados, mas a compra é feita somente deles. As vendas da cooperativa são, entretanto, feitas por contratos, devido à organização ser a representante legal dos associados.

Na Cooperativa C não existem contratos firmados com as organizações que formam a central. Porém, esta não se constitui em uma coordenação tipicamente de mercado, pois a central somente compra das cooperativas e associações que a compõem, não buscando, portanto, no mercado por produtos por preços menores. Por isso, é considerada uma forma híbrida de governança, foi o jeito de organizar o canal que mais se achou eficiente para o formato dessa cooperativa.

O produto identificado com a presença de atravessador é o baru, sendo também o produto que tem o maior preço, tanto na cooperativa quanto em outros mercados. Devido ao

maior valor de mercado, pode haver a ocorrência do oportunismo entre os agroextrativistas. No caso, não se pode julgar que o oportunismo que ocorre seja totalmente negativo, porque as pessoas que comercializam o produto possuem rendas mais baixas, então qualquer acréscimo nesta renda, mesmo que pequeno, pode ser significativo.

Outro fator que foi identificado é que como as cooperativas, em relação a muitos produtos, são a única opção de venda para os agroextrativistas, tem-se a formação de um monopólio, ou seja, só existe um comprador para o produto, fazendo com que exista um maior grau de dependência dos vendedores com relação aos compradores. Na pesquisa realizada isso é um pouco mais delicado, já que antes das cooperativas não existia nenhum outro comprador para determinados produtos, foram elas que constituíram um mercado. Com isso, não se observa oportunismo por parte das organizações, mas é necessária maior atenção, pois, caso essas organizações deixem de existir os agroextrativistas mais uma vez ficariam sem um canal de distribuição.

5.5. Conclusão do Capítulo 5

O agroextrativismo no Cerrado, apesar de ainda não ser muito valorizado, é muito importante para as pessoas que o exercem e para a divulgação dos produtos nativos no mercado.

As cooperativas que trabalham com os produtos do agroextrativismo exercem um papel muito importante, principalmente em relação ao processamento e a comercialização dos produtos. No caso das cooperativas estudadas, o apoio vai além, uma vez que a questão da assistência técnica tem mudado a realidade produtiva dos agroextrativistas envolvidos. Muitas pessoas cultivavam sempre os alimentos básicos para sua alimentação, tinham uma visão muito restrita acerca do potencial de suas terras e de seus trabalhos¹³. Muitos vendiam mão de obra para outras propriedades para obterem dinheiro para custear a alimentação e tentar viver no meio rural. Porém depois da aprendizagem em relação à fruticultura e o extrativismo de PFNMs, a vida dos agroextrativistas mudou de forma radical, tanto na parte financeira quanto em relação à sua própria valorização. Houve uma melhoria em suas residências, móveis e infraestrutura, e principalmente no modo de pensar dos mesmos. Atualmente eles afirmam que se sentem mais valorizados e pertencentes à sociedade.

A preocupação maior, quando se analisa os resultados, é uma maior formação dos agroextrativistas em relação ao cooperativismo. Os entrevistados, em sua maioria, não se sentem donos das organizações, eles têm as cooperativas como empresas onde eles devem apenas entregar os produtos e depois receber pelos mesmos, acreditando ainda que os dirigentes são os donos das organizações. Essa situação deve ser mudada rapidamente para que haja um maior sentimento de pertencimento e fidelização às organizações.

¹³ Neste trabalho não foi observada relação dos agroextrativistas com o território em que os mesmos habitam.

Conclusão geral

Esta pesquisa foi conduzida com o objetivo de analisar como estão organizados os canais de distribuição e a produção dos produtos e frutos do Cerrado, na região do Vale do Rio Urucua. Atualmente o consumo e o conhecimento sobre o Cerrado e a sua importância estão crescendo, porém ainda há muito a ser feito, antes que esse bioma tenha sua área ainda mais devastada.

É preciso uma maior conscientização da sociedade como um todo sobre a importância do Cerrado. Muitas vezes quando se pensa em floresta e biodiversidade, as pessoas associam com as características de uma floresta tropical, com árvores frondosas, rios caudalosos, típicos das florestas Amazônica e Atlântica, isso já está inserido no inconsciente coletivo da sociedade. O Cerrado, por ter características de savana, com árvores tortas e com poucas folhas, com plantas mais espaçadas, e córregos e rios menores, é visto como um bioma com menor importância.

Neste trabalho priorizou-se a conservação dos Cerrados, mas com alternativas de renda para as pessoas que o habitam. As populações que vivem no e do Cerrado não podem estar em condições de pobreza diante de tantas possibilidades sustentáveis para melhoria de vida. Assim, identifica-se no agroextrativismo uma opção de conservação aliada ao incremento de renda das famílias do Cerrado. Para que haja o extrativismo, é necessário se manter a floresta em pé, fazendo com que os agroextrativistas pratiquem técnicas de manejo mais adequadas para manter o equilíbrio do bioma.

Por se tratar de um estudo de caso, as informações da pesquisa demonstraram o perfil da região estudada, possibilitando um conhecimento mais aprofundado das condições de produção e comercialização da mesma. Os resultados podem ser utilizados para novos estudos e também para elaboração de projetos e programas condizentes com a realidade local.

Os canais de distribuição foram mapeados. Todos os canais oficiais utilizados pelos agroextrativistas incluem as cooperativas, organizações que compreendem o único meio dos mesmos chegarem ao mercado de forma organizada. Os demais circuitos de comercialização são utilizados esporadicamente, não trazendo segurança para os agroextrativistas, que não têm

como coletar ou produzir com a certeza de um comprador, uma vez que não é sempre que os compradores destes circuitos podem aparecer.

Observa-se, porém, que são necessários novos canais de distribuição para os agroextrativistas. Eles acabam ficando dependentes de uma única organização e, caso, ocorra, eventualmente, o fechamento dessa organização, esses agroextrativistas não terão alternativas de compradores. Trata-se de um ponto crítico encontrado na pesquisa, pois existe todo um trabalho feito pelos mesmos, principalmente, os projetos de fruticultura, que demandam muita atenção e tempo, e que se não tiverem comprador, provavelmente serão abandonados.

As cooperativas constituem um importante fator de sucesso para o agroextrativismo no Cerrado. Elas exercem diversos papéis. São entidades representativas frente ao governo e demais instituições pelos interesses da categoria. Capacitam os cooperados quanto à produção e possibilidades de melhorias nas propriedades, a partir da assistência técnica especializada. Conseguem, ainda, mostrar novos produtos para acréscimo de renda, caso dos produtos coletados, e buscam compradores para eles.

Os problemas maiores das cooperativas são encontrados na participação dos cooperados e na fonte de renda das mesmas. Quanto aos cooperados, é preciso uma participação efetiva dos mesmos, sendo que eles precisam se sentir os donos das organizações. Para tanto, é necessário o ensino das bases do cooperativismo e a presença deles nas reuniões realizadas regularmente. Outro ponto é a falta de recursos financeiros próprios. As três organizações estudadas necessitam, para suas sobrevivências, de recursos de projetos e programas de outras instituições, para financiarem parte da produção e, em alguns casos, até mesmo para pagar os funcionários. Para sair dessa situação é preciso ampliar o número de clientes, mas, para tanto, é necessário um aumento da produção com maior comprometimento dos cooperados em entregar os produtos. Porém ampliar o alcance de mercado é uma tarefa difícil, pois as cooperativas estão num contexto complexo, com muitas inseguranças e obstáculos.

Quanto à governança das organizações, cada uma delas utiliza estratégias que melhor se adequam às suas realidades. Porém, todos os participantes dos canais de distribuição precisam de comprometimento, sendo que esse fator, muitas vezes, só vem através de contratos. Por algumas vezes as cooperativas não possuem produtos para ofertar porque os

agroextrativistas não entregam, mesmo com a disponibilidade em suas propriedades e na natureza.

A pesquisa confirmou a importância do agroextrativismo para as populações rurais estudadas. O extrativismo é visto como um agregador de renda às populações, uma vez que o cultivo já era exercido pelos entrevistados. Com o acréscimo da atividade houve uma real melhora de vida para os mesmos. Isso confirma o agroextrativismo como mecanismo de promoção do desenvolvimento rural, fazendo com que as pessoas tenham mais atrativos para permanecerem em suas propriedades com qualidade de vida.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **De camponeses a agricultores:** paradigmas do capitalismo agrário em questão. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.
- ABRANTES, J.S. **Bio (sócio) diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- ANDRADE, D.P.; DINIZ, J.D.A.S.; BARBOSA-SILVA, D. NOGUEIRA, M.C.R.; SANTOS, M.R. Atores e canais de comercialização dos frutos nativos do Cerrado para atendimento dos estabelecimentos do ramo alimentício e industrial do Distrito Federal e Entorno. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, LI., 2013, Belém – PA. *Anais...* Belém – PA, 2013.
- ANDRADE, M.P. **Amazônia:** seringueiros, recursos, mercados e direitos. Tese (Doutorado em Engenharia Agrônoma) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa - Portugal, 2004.
- ANDRADES, T.O.; GANIMI, R.N. Revolução Verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**. Juiz de Fora, v.21, p. 43-56, 2007.
- ANJOS, F.S.; CALDAS, N.V.; CALDAS, M.R.C. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, XLIV., 2006, Fortaleza – CE. *Anais...* Fortaleza – CE, 2006.
- BATALHA, M.A. O Cerrado não é um bioma. **Biota Neotrópica**, Campinas, v.11, n.1, p.21-24, jan./mar., 2011.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio Cooperativo. In: BATALHA, M.O. (Org.). **Gestão Agroindustrial**. vol. 1, 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007. p.711-734.
- BRASIL. Decreto n.7.775, de 04 de julho de 2012. Regulamenta o art.19 da Lei n.10.696 de 02 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. **Presidência da República**, Brasília, 04 de julho de 2012. Acesso em 27 de dezembro de 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm#art1>.
- BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Presidência da República**, Brasília, 16 de junho de 2009. Acesso em 27 de dezembro de 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>.
- BRASIL. Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a política de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. **Presidência da República**, Brasília, 07 de fevereiro de 2007. Acesso em 10 de janeiro de 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>.
- BRASIL. Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o Estatuto da Terra. **Presidência da República**, Brasília, 10 de dezembro de 1979. Acesso em 09 de janeiro de 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm>.

BRASIL. Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, 16 de dezembro de 1971. Acesso em 18 de janeiro de 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm>.

BRASIL. Decreto-Lei n. 79, de 19 de dezembro de 1966. Institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências. **Presidência da República**, Brasília, 19 de dezembro de 1966. Acesso em 11 de janeiro de 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0079.htm>.

BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; SOUZA FILHO, H.M.; BÁNKUTI, F.I. Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira. In: SOUZA, H.M.; BATALHA, M.O. (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. P.7-12.

BUDOWSKI, G. Perceptions on forests conservation in Tropical America. In: HALLADAY, P.; GILMOUR, D.A. (orgs.) **Conserving biodiversity outside protected areas: the role of traditional agro-ecosystems**. IUNC Forest Conservation Programme. Gland, Switzerland e Cambridge, 1995. p.41-49.

CAMPEÃO, P.; FERREIRA, K.G.D.; TEIXEIRA, P.E.F. Análise da utilização de terminais intermodais hidroviários fluviais do corredor logístico do Centro- Oeste. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, XLVII., 2009, Porto Alegre – RS. *Anais...* Porto Alegre-RS, 2009.

CAMPOS, I.; FILOCREÃO, A.S. Gestão das reservas extrativistas no sul do Amapá. In: **ENCONTRO DA ANPPAS**, IV, 2008, Brasília – DF. *Anais...* Brasília - DF, 2008.

CARIO, S.A.F.; NICOLAU, J.A. Estrutura e padrão de governança em arranjos produtivos locais no Brasil: um estudo empírico. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.33, n.1, p.177-206, maio, 2012.

CARRARA, A.A. **Reconversão agroextrativista: perspectivas e possibilidades para o Norte de Minas**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CARRAZZA, L.R.; ÁVILA, J.C.C. **Manual tecnológico de aproveitamento integral do fruto do pequi**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2010. 48 p.

CARVALHO, I.S.H. **Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CARVALHO, P.E.R. **Jatobá-do-Cerrado: *Hymenaea stignocarpa***. Colombo: Embrapa Florestas, 2007. 8 p. (Embrapa Florestas. Circular Técnica, 133).

CASTILLO, R. Agronegócio e logística em áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**. v.3, p. 33-43, 2007.

CHAVES, D.F.; PINTO, I.M.J. Economia solidária como alternativa de desenvolvimento regional. **T&C Amazônia**, ano V, n.10, p.60-67, 2007.

CITADIN, I.; DANNER, M.A.; SASSO, M.A. Jaboticabeiras. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v.32, n.2, jun, 2010.

COASE, R.H. The nature of the firm. **Economica**, v.4, p. 386-405, 1937.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Política de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade PGPM-Bio**. Acesso em 11 de janeiro de 2014. Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_09_24_14_54_11_pgpmBio_2012-2013_icmbio.pdf>.

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL. **Hotspot**, 2003. Acesso em 14 de abril de 2013. Disponível em < <http://www.conservation.org.br/como/index.php?id=8>>.

COTRIM, N.Q.S.; MACHADO, G.R. Logística de distribuição: um estudo do nível de serviço logístico em uma multinacional líder no segmento de produtos lácteos frescos (PLF). **Enciclopédia Biosfera - Centro Científico Conhecer**, Goiânia, v.7, n.12, p. 1-20, 2011.

COUGHLAN, A.T.; ANDERSON, E. STERN, L.W. EL-ANSERY, A.I. **Canais de marketing e distribuição**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

DAYRELL, C.A. **Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas**: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Internacional de Andalucia, La Rábida, 1998.

DIAS, B.F.S. **Alternativas de desenvolvimento dos Cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis**. Brasília: IBAMA, 1992.

DIAS, J.E.; LAUREANO, L.C. Monografia popular do buriti. In: DIAS, J.E.; LAUREANO, L.C. **Farmacopéia popular do Cerrado**. Goiás: Articulação Pacari, 2009.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras/ USP. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DINIZ, J.D.A.S.; TEIXEIRA, L.M.A.; MOREIRA, J.M.A.M.P. Principais demandas e origens da cadeia produtiva de espécies vegetais nativas do Cerrado no Distrito Federal. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, XLVIII., 2010, Campo Grande-MS. *Anais...* Campo Grande – MS, 2010.

DINIZ, J.D.A.S. **Avaliação-construção de projetos de desenvolvimento local a partir da valorização dos produtos florestais da Amazônia brasileira**: caso da castanha-do-brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2008.

DINIZ, J.D.A.S.; FIGUEIREDO, A.S. Logística integrada no abastecimento de frutas e hortaliças. In: FIGUEIREDO, A.S.; DINIZ, J.D.A.S. **Logística integrada aplicada ao agronegócio de base econômica familiar**. Brasília: Universa, 2007. P. 25-56.

DINIZ, J.D.A.S.; FABBE-COSTES, N. Supply chain management and supply chain orientation: key factors for sustainable development projects in developing countries? **International Journal of Logistics: Research and Applications**. London, v.10, n.3, p. 235-250, sep., 2007.

DINIZ, J.D.A.S.; ROSÁRIO, L.T.R.; SOUZA, J.S.A.; ELS, R.H. O papel das incubadoras de empresas e de cooperativas nas cadeias produtivas extrativistas: caso do sul do Amapá. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESAS**, XV., Curitiba – PR. *Anais...* Curitiba: AMPROTEC, 2005.

DOMICIANO, C.S. O cooperativismo como estratégia de participação social da agricultura familiar. **Estudos**, Goiânia, v.34, n. 9/10, p.803-820, set./out., 2007.

DOMINGOS, D.C.C. Alternativas de uso sustentável do bioma Cerrado através de práticas extrativistas e agro-extrativistas. **Publicações SENAC-MG**, 2008.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **História e geografia**. Acesso em 11 de novembro de 2013. Disponível em <<http://www.mg.gov.br>>.

FARIA, K.M.S. **Caracterização dos remanescentes de Cerrado e suas relações com o uso e ocupação das terras da Alta Bacia do Rio Araguaia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2006.

FARINA, E.M.M.Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Gestão & Produção**, v.6, n.3, p.147-161, dez., 1999.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAEMG. **Módulos fiscais**. Acesso em 09 de janeiro de 2014. Disponível em <<http://www.faemg.org.br/>>.

FERNANDES, P.A.; PESSÔA, V.L.S. O Cerrado e suas atividades impactantes: uma leitura sobre o garimpo, a mineração e a agricultura mecanizada. **Observatorium – Revista Eletrônica de Geografia**, v.3, n.7, p.19-37, out., 2011.

FERREIRA NETO, J.A.; SOUSA, D.N.; CARDOSO, P.O.; MILAGRES, C.S.F.; AMODEO, N.B.P. Assentamentos rurais e desenvolvimento econômico: um estudo sobre o noroeste de Minas Gerais. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, XLVII., 2009, Porto Alegre – RS. *Anais...* Porto Alegre – RS, 2009.

FILIZOLA, B.C. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável da fava d'anta**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2013. 76 p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Toward a harmonized definition of Non-Wood Forest Products**, 2007. Acesso em 07 de março de 2013. Disponível em <<http://www.fao.org/docrep/x2450e/x2450e0d.htm#fao>>.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. **Economia solidária**, S/D. Acesso em 07 de março de 2013. Disponível em <<http://www.fbes.org.br>>.

FRAZON, R.C.; CAMPOS, L.Z.O.; PROENÇA, C.E.B.; SOUZA-SILVA, J.C. **Araçás do gênero *psidium***: principais espécies, ocorrência, descrição e usos. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, 2009. 48p.

FREITAS, H.M.R.; JANISSEK-MUNIZ, R.; ANDRIOTTI, F.K.; COSTA, R.S.; FREITAS, P.H.N.R. **Sphinx aprendiz**. Canoas – RS: Sphinx, 2008.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar**: histórico e perspectiva, 2005. Acesso em 27 de dezembro de 2013. Disponível em <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/alimentacao_escolar/encontros_nacionais/pnae_historico_e_perspectivas_112005.pdf>.

GUTIERRES, J.V. **Sistematização das ações da caonsultoria exercida pelo projeto Vale do Urucua Grandes Sertões**, no âmbito da estratégia DRS. Brasília – DF: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA, 2010.

HOMMA, A.K.O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? **Estudos Avançados**, São Paulo, v.26, n.74, p.167-186, 2012.

HOMMA, A.K.O. Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia. **Texto para discussão 27**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

HOMMA, A.K.O. **Extrativismo vegetal na Amazônia**: limites e oportunidades. Brasília: Embrapa – SPI, 1993. 201p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades**. Acesso em 17 de dezembro de 2013. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br>>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. O que é mercado *spot*? **Desafios do Conhecimento**, 2009. Acesso em 15 de abril de 2013. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2099:catid=28&Itemid=23>.

JESUS, E.A.; OLIVEIRA, K.E.D.; SILVA, J.A.B. Estratégias não agrícolas da agricultura familiar: uma perspectiva de permanência no campo. **Cadernos de Graduação Ciências Humanas e Sociais**. Aracajú, v.13, n.13, p.71-81, jan.-jun. 2011.

KLINK, C.A.; MACHADO, R.B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, v.1, n.1, julho, p. 147-155, 2005.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Canais de distribuição e gerenciamento da cadeia de suprimento. In: **Princípios de marketing**. 12.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall 2007. Cap. 12. P. 302-322.

LEITÃO, F.O.; MEDEIROS, J.X.; BRISOLA, M.V.; SILVA, R.S.; VIEIRA, D.F.A. Análise sob a ótica da NEI/ECT das estruturas de governança na cadeia produtiva da ovinocaprinocultura no Distrito Federal. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, XLVI., 2008, Rio Branco – AC. *Anais...* Rio Branco – AC, 2008.

LEITE, M.P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.24, n.69, fev., 2009.

LIMA, I.L.P.; SCARIOT, A. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável da mangaba**. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010. 68p.

LIMA, V.V.F.; SILVA, P.A.D.; SCARIOT, A. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do coquinho azedo**. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010. 60 p.

LOURENZANI, A.E.B.S.; SILVA, A.L. Um estudo da competitividade dos diferentes canais de distribuição de hortaliças. **Gestão e Produção**. São Carlos, v.11, n.3. p. 385-398, set/dez., 2004.

MAMEDE, F. **A agricultura familiar alimentando o Brasil**. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

MARCONI, M.A., LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MELO, S.W.C.; SAUER, S. Extrativismo no Cerrado: estratégia de desenvolvimento rural. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, L., 2012, Vitória – ES. *Anais ...* Vitória – ES, 2012.

MENDES, E.P.P. Ocupação e produção no Cerrado goiano: do século XVIII ao XX. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DO CERRADO**, IX., 2008, Brasília – DF. *Anais ...* Brasília – DF, 2008.

MENDES, V.J.M. **O Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável (PDTIS) Grande Sertão do Vale do Urucuia em Minas Gerais/Goiás**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Cooperativismo**. Brasília: MAPA/SDC/DNACOOP, 2008. 48p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, 2009.

MOREIRA, H.F. **“Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro”**: o Norte de Minas e a formação das lideranças rurais. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R.A; MITTERMEIER, C.G.; FONSECA, G.A.B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, p. 853-858, 2000.

NAVES, I.M. **Agronegócio e logística: dicotomia**. Sem data. Acesso em 24 de janeiro de 2013. Disponível em <www.conab.gov.br>.

NAVES, I.M. **A remoção dos estoques públicos através do Corredor Noroeste: uma análise sob a ótica da logística do agronegócio.** Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2007.

NOGUEIRA, J.M.; SANTANNA, A.C. Valor econômico de bens e serviços ambientais: uma aplicação para o extrativismo no Cerrado. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, XLVIII., 2010, Campo Grande – MS. *Anais ...* Campo Grande - MS, 2010.

NOGUEIRA, M.C.R.; FLEISCHER, S.R. Entre a tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. **Estudos Sociedade e Agricultura**. São Paulo, v.13, n.1, p.125-157, 2005.

NOVAES, A.G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

NOVAES, A.L.; MOREIRA, B.C.R.; OLIVEIRA, L.; TALAMINI, E.; VIANA, J.J.S. Análise dos fatores críticos de sucesso do Agronegócio Brasileiro. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, XLVIII., 2010, Campo Grande – MS. *Anais ...* Campo Grande - MS, 2010.

OLIVEIRA, W.L.; SCARIOT, A. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do pequi.** Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010. 84p.

PAULA, M.F.B.; BRAGA, R.F.; MOREIRA, P.A.; RODRIGUES, L.A.; PIMENTA, M.A.S.; OLIVEIRA, D.A. Caracterização de acessos de fava d'anta (*Dimorphandra mollis Benth.*) por meio de marcadores moleculares RAPD. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v.5, p. 282-284, 2007.

PEREIRA, S.C.; GAMARRA-ROJAS, C.F.L.; GAMARRA-ROJAS, G.; LIMA, M.; GALLINDO, F.A.T. **Plantas úteis do Nordeste do Brasil.** Recife: Centro de Informações sobre Plantas – Associação Plantas do Nordeste, 2003.

PORTO, L.L.M.A. **Coordenação e governança da caprinovinocultura no semiárido baiano: caso da caprinovinocultura de corte na região de Jussara – Bahia.** Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano.** Acesso em 17 de dezembro de 2013. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/IDH>>.

REINHARDT, N.; BARLETT, P. A persistência da agricultura familiar na agricultura dos Estados Unidos. **Sociologie Ruralis**, v.39, p. 203-225, 1989.

RIBEIRO, R.F. Da Amazônia para o Cerrado: as reservas extrativistas como estratégias socioambientais de conservação. **Sinapse Ambiental edição especial**, PUC – Minas Gerais, p. 12-32, 2008.

ROCHA, C.; TEJERINA-GARRO, F.L.; PIETRAFESA, J.P. **Cerrado, sociedade e meio ambiente: desenvolvimento sustentável em Goiás.** Goiânia: Editora da UCG, , 2008. P.11-12.

RODRIGUES, A.F. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Revista Brasileira de História**, v.23, n.46, p.253-270, 2003.

ROESLER, R.; MALTA, L.G.; CARRASCO, L.C.; HOLANDA, R.B.; SOUSA, C.A.S.; PASTORE, G.M. Atividade antioxidante de frutas do Cerrado. **Ciência e tecnologia de alimentos**, Campinas, v.27, n.1, p.53-60, jan.-mar., 2007.

ROSEMBLOOM, B. **Canais de Marketing**. São Paulo: Atlas, 2002.

ROSINA, L.; LEÃO, F.R.; SPROESSER, R.L.; TREDEZINI, C.A.; CAMPEÃO, P. Governança em sistemas agroindustriais: complementaridades entre a Economia dos Custos de Transação e a Teoria Econômica das Convenções. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, XLV.**, 2007, Londrina - PR. *Anais ... Londrina – PR*, 2007.

SAMPAIO, M.B. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do buriti**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2011. 80 p.

SANO, S.M.; RIBEIRO, J.F.; BRITO, M.A. **Baru: biologia e uso**: Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, 2004. 52 p.

SANTOS, E. V.; FERREIRA, L.A.B.; LAMBERT, D.; SOUZA, C.L.; MENDES, A.A.P.; FERREIRA, I.M. A ocupação do bioma Cerrado: da expansão da fronteira agrícola aos dias atuais. In: **SIMPÓSIO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO GOIÁS, VII.**, 2006, Catalão – GO. *Anais ...Catalão – GO*, 2006.

SASSO, S.A.Z.; CITADIN, I.; DANNER, M.A. Propagação da jaboticabeira por enxertia e alporquia. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v.3, n.2, p.571-576, jun., 2010.

SAWYER, D.R. Fluxos de carbono na Amazônia e no Cerrado: um olhar socioecossistêmico. *Sociedade e Estado*, Brasília – DF, v.24, n.1, p.149-171, jan./abr, 2009.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR, J.F. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas - SP, v.12, n.2, p.273-292, jul./dez, 2009.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M.A.; KOPPE, L.R.; SILVA, C.C. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre, UFRGS, 2006. p. 137-165.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS**, v.16, n.51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H.C.; VALLE, L.M. (Org.) **La pluriactividad in el campo latinoamericano**. Quito, Flacso, 2009. p.132-161.

SEYFERTH, G. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana**. Rio de Janeiro – RJ, v.17, n.2, p.395-417, ago. 2011.

SILVA, A.A.; SANTOS, M.K.V.; GAMA, J.R.V.; NOCE, R.; LEÃO, S. Potencial do extrativismo da castanha-do-pará na geração de renda em comunidades da mesorregião baixo

Amazonas, Pará. **Floresta e Ambiente**, Seropédica – RJ, v.20, n.4, p. 500-509, out.-dez. 2013.

SILVA, C.E.M. **O Cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais**. Brasília: Confea, 2009. 264p.

SILVA, V.L.S.; RODRIGUES, F.; SANNOMYA, J.; PEREZ, L.; CORVACHO, T. Integração vertical como estratégia de apropriação de valor: um estudo exploratório no canal de distribuição de produtos agrícolas. **Gestão & Produção**, São Carlos – SP, v.16, n.1, p.44-53, jan./mar. 2009.

SILVA-JÚNIOR, M.C. **100 árvores do Cerrado: guia de campo**. Rede de sementes do Cerrado, 2005. 278 p.

SILVA, M.R.; SILVA, M.S.; MARTINS, K.A.; BORGES, S. Utilização tecnológica dos frutos de jatobá-do-Cerrado e de jatobá-da-mata na elaboração de biscoitos fontes de fibra alimentar e isento de açúcares. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Campinas – SP, v.21, n.2, p.176-182, maio-ago, 2001.

SIMONI, J.; SAWYER, D.R.; ALMEIDA, F.V.R. **Entraves regulatórios na produção agroextrativista**. Brasília: ISPN, 2012.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Acesso em 26 de março de 2013. Disponível em <<http://www.incoop.ufscar.br/Links/textos/paul-singer-2002-fundamentos>>.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Planejamento e controle da cadeia de suprimentos. In: **Administração da Produção**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. Cap. 13. p. 414-448.

SOUZA, E.R.B.; NAVES, R.V.; OLIVEIRA, M.F. Início da produção de frutos de cagateira (*Eugenia dysenterica* DC) implantada em Goiânia, Goiás. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v.35, n.3, p. 906-909, set., 2013.

SPROESSER, R.L.; LIMA FILHO, D.O. Varejo de alimentos: estratégia e marketing. In: BATALHA, M.O. (Org.). **Gestão Agroindustrial**. vol. 1, 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007. p.257-335.

STERN, L.W.; EL-ANSARY, A.I.; COUGHLAN, A.I. **Canais de marketing**, 5. ed. Upper Saddle River: Prentice- Hall, 1996.

SUARÉZ, J.E.A.; MIGUEL, L.A.; SOUZA, G.C. Extrativismo da samambaia-preta na encosta da Mata Atlântica: uma perspectiva comunitária, econômica e espacial. In: **ENCONTRO DA ANPPAS**, III., 2006, Brasília – DF. *Anais...* Brasília – DF, 2006.

TEIXEIRA, L.; NEVES, M.F.; SCARE, R.F. Auditoria e sistema de informação em canais de insumos do agronegócio: proposta de uma ferramenta de pesquisa. **Gestão e Produção**. São Carlos, v.11, n. 3, p.399-411, set./dez. 2004.

TEJERINA-GARRO, F.L. Biodiversidade e impactos ambientais no Estado de Goiás: o meio aquático. In: ROCHA, C.; TEJERINA-GARRO, F.L.; PIETRAFESA, J.P. (Org.) **Cerrado**,

sociedade e meio ambiente: desenvolvimento sustentável em Goiás. Goiânia: Editora da UCG, 2008. p.15-48.

TOLEDO, V.M. **La apropiacion campesina de la naturaleza in análisis etnoecológico.** Tese (Doutorado em Ciências - Ecologia) - Facultad de Ciencias, Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, 1996.

VAL, A.M.; NEVES, M.F. Coordenação e gestão de marcas em canais de distribuição: o caso da indústria de suco de laranja. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA E GESTÃO DE REDES AGROALIMENTARES, IV.,** 2003, Ribeirão Preto – SP. *Anais...* Ribeirão Preto – SP, 2003.

VIEIRA NETO, R.D.; CINTRA, F.L.D.; SILVA, A.L.; SILVA JÚNIOR, J.F.; COSTA, J.L.S; SILVA, A.A.G.; CUENCA, M.A.G. **Sistema de produção de mangaba para Tabuleiros Costeiros e Baixada Litorânea.** Aracajú: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002. 22 p .

VIOLA,E.; FRANCHINI, M. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. **Caderno EBAPE.BR.** Rio de Janeiro, v.10, n.3, p.470-491, set., 2012.

WIKIPÉDIA. **Mapa do Estado de Minas Gerais.** Acesso em 16 de abril de 2013. Disponível em < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro: Minas _Gerais_in_Brazil.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Minas_Gerais_in_Brazil.svg)>.

WILLIAMSON, O.E. **The economic institutions of capitalism:** firms, markets, relational contracting. Yale: The Free Press – MacMillan, 1985.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE – **WWF.** Agricultura e extrativismo caminhando juntos. Disponível em <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/agricultura/agr_acoes_res ultados/agro/>. Acesso em 13 de março de 2013.

YIN, R.K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANETI, T.B. **Das panelas das nossas avós aos restaurantes de alta gastronomia:** os processos sociais de valorização de produtos agroalimentares tradicionais. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ZYLBERSZTAJN, D. Economia das organizações. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. **Economia e gestão de negócios agroalimentares:** indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000. Cap. 2. P. 23-38.

ZYLBERSZTAJN, D. **A estrutura de governança e coordenação do agribusiness:** uma aplicação da nova economia das instituições. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1995.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS DIRIGENTES DAS COOPERATIVAS

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA – FAV
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS –
PROPAGA

MESTRANDA EM AGRONEGÓCIOS: TAYLINE WALVERDE BISPO

ROTEIRO DE ENTREVISTA – DIRIGENTES DAS COOPERATIVAS

DATA: ___/___/___

ENTREVISTADOR: _____

PARTE I – Identificação

1. Nome: _____
2. Sexo: () Feminino () Masculino
3. Grau de Escolaridade:
 Não Alfabetizado Fundamental 1ª a 4ª Fundamental 5ª a 8ª
 Ensino Médio Ensino Superior
4. Nome _____ da _____ organização: _____
5. Você é cooperado ou associado?

6. Função _____ que _____ exerce _____ na _____ organização: _____
7. Localização _____ da _____ Organização: _____
8. Quantidade _____ cooperados _____ ou _____ associados: _____
9. Tempo _____ de _____ funcionamento _____ da _____ organização: _____

10. Comente sobre o histórico da organização:

11. Quantos colaboradores a organização possui? _____

12. Quais são os principais produtos comercializados pela organização?

13. Quais certificações a organização possui e quais premiações?

PARTE II – Canais de distribuição

1. Como são feitas as compras para a cooperativa? Existe programação de para compras da cooperativa?

2. Como são selecionados os participantes da cooperativa? _____

3. Quais são os principais clientes da cooperativa? _____

4. Como são comercializados os produtos da cooperativa? _____

5. Existe alguma barreira de entrada no mercado? _____

6. É feito algum tipo de programação de compra de produtos?

7. Quais são as principais dificuldades encontradas na comercialização dos produtos da cooperativa?

8. Quais são os produtos mais vendidos? Por quê?

9. Quais são os produtos menos vendidos? Por quê?

10. Vocês fazem estoque de matéria prima? E de produtos beneficiados?

11. Como é feito o abastecimento de estoque de matéria prima da cooperativa? E dos produtos beneficiados?
-
12. Quanto tempo em média os produtos ficam no estoque da cooperativa?
-
13. Qual a maior dificuldade encontrada na chegada dos produtos até a cooperativa? E da cooperativa até o consumidor final?
-
14. Onde são encontrados os maiores clientes da cooperativa?
-
15. Vocês tiveram que fazer alguma modificação na produção ou transporte por causa de algum cliente?
-
16. Como é feito o transporte dos produtos até os pontos de comercialização ou intermediação?
-
17. Qual é o agente coordenador da cadeia?
-

PARTE III – Cooperativa

1. Quais são os maiores entraves para o funcionamento da cooperativa?
-
2. Quanto a aquisição de matérias primas e de produto final representam para a cooperativa?
-
3. Você acha que os cooperados são comprometidos à cooperativa?
-
4. Existem outros meios de comercialização usados pelos cooperados?
-
5. A cooperativa participa de algum programa governamental de aquisição de alimentos?
-

6. Você acha que existem atravessadores na comercialização dos produtos? Se existem você acha que a presença deles influencia de que forma na comercialização?

7. Você consegue identificar algum agente que coordene a comercialização? Se sim, quem?

8. Você acha que a forma de comercialização utilizada pela cooperativa está bem estruturada?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS AGROEXTRATIVISTAS

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA – FAV
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS –
PROPAGA

MESTRANDA EM AGRONEGÓCIOS: TAYLINE WALVERDE BISPO

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – AGROEXTRATIVISTAS

DATA: ___/___/___

ENTREVISTADOR: _____

PARTE I – Identificação

1. Nome: _____
2. Sexo: () Feminino () Masculino
3. Grau de Escolaridade:
() Não Alfabetizado () Fundamental 1ª a 4ª () Fundamental 5ª a 8ª
() Ensino Médio () Ensino Superior
4. Situação da Propriedade:
() Própria () Alugada () Arrendada () Assentamento () Posse
() Financiada () Outro _____
5. Área da Propriedade: _____
6. Qual a principal fonte de renda da propriedade?

7. Existe outra fonte de renda que não tenha origem na propriedade (Aposentadoria, Bolsa Família, etc.)?

8. Quais os membros da sua família participam da atividade agrícola? E da coleta?

PARTE II – Agroextrativismo

1. Quais são os principais itens coletados no Cerrado por sua família?

2. Quais são os principais cultivos agrícolas da sua propriedade?

3. Quais são as principais criações animais da sua propriedade?

4. Existe autoconsumo dos produtos coletados e cultivados?

5. Quais são as principais dificuldades encontradas na atividade do extrativismo?

6. Você acha que a renda derivada do extrativismo é importante para a sobrevivência da sua família?

7. Além dos produtos derivados do extrativismo, quais são os outros produtos vendidos que são produzidos na sua propriedade?

8. Você coleta os produtos na sua propriedade? E aonde mais?

9. Você exerce alguma atividade remunerada além do agroextrativismo? Se sim, qual?

10. Na sua propriedade, existe alguma atividade como turismo, agroindústria, etc?

PARTE III - Cooperativa

1. É cooperado ou associado a alguma organização?

2. Há quanto tempo participa da cooperativa/associação? _____
3. Você acha importante participar da cooperativa? Por que?

4. Você percebeu alguma melhoria de vida após sua participação na cooperativa?

5. Você sofreu alguma influência de outros agroextrativistas para entrar na cooperativa?

6. Qual é o seu envolvimento com a Cooperativa?

7. Liste alguns prós e contras de sua participação na cooperativa:

8. Você tem alguma sugestão em relação à gestão da cooperativa?

PARTE IV – Comercialização

1. Para quem o Senhor vende os produtos coletados?

2. Existe beneficiamento dos produtos coletados antes da comercialização?

3. Como é feito o transporte dos produtos coletados da propriedade até o consumidor/cliente?

4. Durante o acondicionamento dos produtos existe a possibilidade de mofo, fermentação, ou algum tipo de avaria deste tipo?

5. Você acha que a distância influencia na qualidade dos produtos do extrativismo?

6. Você acha que os preços pagos pelos produtos do extrativismo são justos?

7. Você sabe da existência de uma política pública de preços mínimos para produtos do agroextrativismo?

8. Você participa de alguma política de aquisição de alimentos como PAA ou PNAE?
